

LÚCIA MONICA MENEZES PEREIRA

**“MATEI PORQUE...”
HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA
SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
CRIME DE HOMICÍDIO**

Fortaleza, setembro de 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Lúcia Monica Menezes Pereira

“MATEI PORQUE...”
HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA
SÓCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PELO COMETIMENTO DE
CRIME DE HOMICÍDIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Orientadora: Profa. LD Maria do Socorro Ferreira Osterne

FORTALEZA – CEARÁ, 2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

**“MATEI PORQUE...” HISTÓRIAS DE ADOLESCENTES
QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO
PELO COMETIMENTO DE CRIMES DE HOMICÍDIO**

LÚCIA MONICA MENEZES PEREIRA

Defesa em ___ / ___ / ___

Conceito obtido: _____

Nota obtida: _____

Banca Examinadora

Profa. LD Maria do Socorro Ferreira Osterne
ORIENTADORA

Profa. Dra. Ângela A. A .Pinheiro
MEMBRO

Profa. Dra. Glória Diógenes
MEMBRO

Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o címbalo que retine.

Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda

Que eu tenha tamanha fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada será. (1Cor.13:1-2)

AGRADECIMENTOS

Este é um momento que considero dos mais agradáveis, por várias razões. É quando podemos expressar sentimentos que nos renovam. É quando podemos referir-nos a pessoas importantes em diferentes momentos de nossas vidas e quando podemos reconhecer o quanto temos que aprender.

Assim, agradeço em primeiro lugar a Deus, inspirador do saber e da ciência.

A emoção deste momento diz muito das emoções que senti nos três meses que convivi com os adolescentes internos no CECAL. Os dez jovens que colaboraram participando das entrevistas não podem imaginar quanto eles foram ficando cada vez mais importantes e o quanto lhes sou grata.

De forma semelhante, gostaria de agradecer à diretora e à equipe técnica do CECAL (“DonLêda” e as meninas “quase” do mundo de lá), pelo acolhimento que expressaram e pela inestimável colaboração na construção deste trabalho.

Agradeço imensamente à Socorro Osterne, minha orientadora pela segunda vez e fonte tranqüila de saber e competência.

Um agradecimento especial à Ângela Pinheiro pela disponibilidade e pelas sugestões inestimáveis na qualificação do projeto.

Outro agradecimento especial à Glória Diógenes pela alegria sincera com que recebeu meu convite para participar desta defesa.

Agradeço ainda à Helena Frota por sua participação preciosa na qualificação do projeto.

Agradeço especialmente a três pessoas muito importantes em minha vida, mulheres de coragem e exemplos de vida. São elas: Maria Lúcia, minha mãe, Dodô, minha super tia e Marisanta, minha sogra-mãe.

Agradeço ainda a uma companheira de caminhada, Rejane Vasconcelos, por sua lucidez nas sugestões e pela “loja de títulos”. Por fim, quero me dirigir a outra grande companheira, Cristina Neiva, pela amizade que só cresceu nas diferenciadas experiências.

Ao meu amor, meu Super Homem (de Gil), Fernando.

***Aos meus filhos Isadora, Érico e Artur pelo que me ajudam a me renovar
a cada dia.***

Aos adolescentes/jovens que me
ajudaram, talvez sem saber o
quanto, a construir o trabalho que
ora apresentamos: A., B., F.B., D.F.,
J., J.H., J.N., J.R.L., e O.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fundamental conhecer as histórias e as razões que levam os adolescentes a cometerem crimes de homicídio. Procuramos traçar o perfil dos jovens autores de atos infracionais violentos que estão cumprindo medida socioeducativa de internação no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider. No sentido de alcançar os objetivos propostos, realizamos uma pesquisa através de entrevista semi-estruturada e observação participante. A história oral e história de vida foram, contudo, os principais instrumentos que nos possibilitaram compreender em parte o significado e a repercussão dos atos de violência na vida dos adolescentes. Procuramos ainda comentar sobre as políticas públicas de atendimento direcionadas a adolescentes autores de atos infracionais no Estado do Ceará. Os resultados do estudo apontam que não existe uma relação linear de causa-efeito para o cometimento de crime de homicídio por adolescentes. No entanto, a visibilidade do problema está associada principalmente com as classes empobrecidas. Apesar do que sugere o senso comum, os jovens que cometeram crimes de homicídio, sujeitos desta investigação, demonstraram não banalizar a vida. No que pese as políticas públicas, para esses sujeitos, fica evidenciado que o investimento na área punitiva não tem eficácia real na contenção de atos delitivos por parte da população juvenil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – PERCURSO METODOLÓGICO INVESTIGATIVO	
1.1 Delimitando o objeto de estudo	19
1.2 Construindo a metodologia do trabalho	36
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVENDO AS CATEGORIAS TEÓRICAS:	
2.1. Violência e Juventude Em Destaque	44
2.2. Juventude: conceitos e significados	49
2.3. A violência em suas multiplicidades de forma e sentido	61
2.4. Quando se cruzam a Violência e a Juventude.....	66
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS : A ação do Estado no fenômeno adolescência X infração	
3.1. Políticas Públicas: uma breve contextualização	71
3.2. Uma análise das políticas públicas para adolescentes.....	80
3.3. O Ceará na gestão de políticas públicas para adolescentes autores de atos infracionais	84
3.4. Ato Infracional: conceitos e aplicação da lei: medida socioeducativa de internação.....	89
CAPÍTULO 4 – O CAMPO DE PESQUISA, “AQUELE MUNDO DE LÁ” CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER	
4.1 Reconhecimento do campo	100
4.2 O contato com a realidade: sentimentos que perpassam todos os momentos	114
4.3 Trajetórias de vidas de adolescentes em conflito com a lei.....	122
4.4 Ouvindo as histórias dos jovens “do mundo de lá”	128
4.5 Histórias de Vida: quando o jovem é o escritor.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157

BIBLIOGRAFIA.....	173
ANEXOS	183
Organograma do CECAL.....	184
Regimento Interno do Cecal	185
Entrevista.....	200
Origem dos adolescentes	201
Atos infracionais – estatística interna do CECAL.....	202

INTRODUÇÃO

Muitos são os estudos que se vem produzindo na atualidade sobre o fenômeno da violência, suas múltiplas formas de manifestação e seu movimento ascendente nas sociedades humanas. Esse tema, além de antigo, tem sido motivo de preocupação em todo o mundo.

Maria Lúcia Aranha, por exemplo, afirma que “podemos observar atos de violência entre os animais, ou mesmo em fenômenos naturais, como terremotos e tempestades, mas a prática deliberada da violência é atributo do homem” (1997: p. 20).

De imediato, pensar em violência, nos remete a pensar em crimes, mortes e assaltos. Entretanto, há que se exercitar um novo olhar sobre esse fenômeno para se compreender que essas não são suas únicas formas de manifestações. Existem outras formas sutis, veladas, que não deixam marcas de sangue embora produzam, outras conseqüências que se manifestam através da fome, da miséria, do descaso, da exclusão, da usurpação dos direitos humanos. Aliás, desse tipo de violência provam milhões de “cidadãos” brasileiros.

O Brasil destaca-se, de acordo com o Censo de 2000¹, como uma das dez maiores economias do planeta e como 2º lugar em crescimento do PIB após a Segunda Guerra, sendo superado somente pelo Japão. No entanto, contraditoriamente, enquanto os 50% mais pobres detêm 14% da renda total, os 10% mais ricos concentram 43% dessa totalidade. De acordo com dados do IBGE², no Índice de Desenvolvimento Humano que conjuga renda per capita, longevidade, alfabetização e escolaridade, o Brasil esteve colocado no 70º em 1998, ficando em 74º em 1999, chegando a 105º na classificação do UNICEF, no Relatório *Situação Mundial da Criança 2000*.

A esse respeito, Loïc Wacquant comenta:

(...) e a despeito do enriquecimento coletivo de décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua

¹ Relatório “Síntese dos Indicadores Sociais – 2000”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades. Assim, a partir de 1989, a morte violenta é a principal causa de mortalidade no país (...) (2001: p.8)

As desigualdades sociais brasileiras são, de fato, gritantes. Aproximadamente 20% de sua população ganha até um (01) salário mínimo, enquanto apenas 2,2% ganham mais de 20 salários mínimos. Tais dados indicam uma profunda concentração de renda, em nosso país, que se mantém inalterada desde a década de 90. A rigor, o rendimento dos mais ricos passou de 13,30 salários mínimos para 18,40 e o rendimento dos 40% mais pobres passou de 0,70 salário mínimo para 0,98. Impossível desconhecer que a sociedade brasileira, nesse contexto, vivencia um perverso acirramento das desigualdades sociais além do seu desnível de renda se destacar entre os maiores do mundo.³

Como bem enfatizou José de Sousa Martins:

Nossas desigualdades sociais são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente, incompletamente. A força das formas sociais, econômicas, estilísticas é que nos faz agentes de uma modernidade aparente, desprovida de laços fundos com os processos sociais, anúncio de nossas privações. (2000: p.29)

Acrescente-se que esse contexto de pobreza, miséria e exclusão vem sendo construído ao longo da história da sociedade brasileira com uma paralela escassez de políticas de proteção social. Nesse sentido, não obstante o quadro de democratização da sociedade, o que temos sentido, de fato, é

² Relatório PNUD: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1999.

³ Relatório “Síntese dos Indicadores Sociais-2000”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001.

uma crise econômica sem precedentes pautada num modelo perverso de ajustamento econômico e reformas sociais.

Um outro fenômeno que vem chamando a atenção dos estudos na atualidade é o fato de que os jovens (abaixo de 25 anos) no mundo, ocupam mais da metade do total da população mundial. Acrescente-se que 80% deste segmento vive nos chamados países em desenvolvimento. (Oliveira, 2001: p.16).

O Brasil conta, atualmente, com uma população de aproximadamente 51 milhões de adolescentes o que configura “uma onda jovem demográfica sem precedentes em nossa história”, nas palavras de Carmen Oliveira. Nesse sentido, é legítima a preocupação com esse segmento populacional, uma vez que, como afirma essa autora: “(...) uma das coisas que mais chama a atenção no início deste novo século é a forte presença de jovens no cenário urbano brasileiro, muitas vezes na condição de vítimas da hostilidade contemporânea e, em outras ocasiões, como autores de práticas de violência”. (Idem, Ibidem. p. 16)

Nunca se falou tanto em mundo globalizado, em novos padrões de produtividade e de competitividade, em lógica de mercado, em robótica, genética, ecologia, desenvolvimento sustentável, ética e qualidade de vida. Esse mundo globalizado pressupõe transformações que podem até se naturalizar em nossa vida cotidiana, contudo, não deixam de constituem-se, de fato, mudanças substanciais nas relações sociais contemporâneas. Assim, nos deparamos com:

A forte presença da mídia nos recantos mais íntimos de nossas vidas, o domínio das modernas tecnologias, a concentração urbana, o esvaziamento da mobilização política, a valorização das qualidades mais rápidas, a dessacralização das figuras parentais, as novas relações de trabalho e o prolongamento da escolaridade. (Oliveira, 2001: p. 18)

O contexto parece desconsiderar o referencial humano. Sim, pois, tem-se a impressão de que estamos vivendo em dois mundos cuja separação abissal são provocadas pelas desigualdades sociais agravadas por uma crise generalizada no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, vimos assistindo ao desgaste das relações sociais, seja no âmbito da família, seja no âmbito mais geral da sociedade. Esses elementos sinalizam um agravamento, também, nas relações interpessoais, nos valores, na ética, na qualidade de vida.

Os jovens brasileiros inserem-se nesse quadro das sociedades contemporâneas e têm sido também alvo de muitos olhares e análises de seus lugares ou “não-lugares”⁴. Não podemos esquecer que os jovens das classes pobres⁵ possam passar por essas transformações de uma forma absolutamente diferenciada daquelas vivenciadas pelos jovens de outra condição social. Os “benefícios” das transformações das transformações são para os jovens das periferias realidades virtuais, ou seja: inacessíveis a eles. Essa falta de acesso real a muito do que o mundo globalizado, competitivo e consumista possibilita, de fato, só chega para a minoria privilegiada.

Assim, há que se reconhecer as semelhanças e as complexas diferenças entre jovens das classes ricas e pobres. Há que, de fato, se considerar as diversas “juventudes”⁶ formadas no seio de uma sociedade tão desigual como a brasileira. A esse respeito reporta-se Carmen Oliveira: “(...) 80% dos adolescentes brasileiros vivem em áreas urbanas com problemas também graves e crescentes, como é o fato de que a taxa de crescimento das periferias das regiões metropolitanas no Brasil vem atingindo níveis surpreendentes, somando 30% nos últimos dez anos (...)” (2001: p. 54).

Percebendo que as grandes dificuldades das periferias de nossas cidades passam por carências básicas desde saneamento, falta de equipamentos sociais de saúde, educação, transporte, planejamento e segurança pública, bem como inexistência de áreas de lazer, devemos

⁴ No sentido usado por Marc Augé em sua obra homônima: *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus Editora. [S.d.]

⁵ Vamos considerar classes pobres, para efeitos deste estudo, segundo Yasbek: “são pobres aqueles que, temporária ou permanentemente, estejam impedidos do acesso a um mínimo de recursos e, portanto, excluídos, em níveis diferenciados, da riqueza social.” (1993: p. 62).

reconhecer que a vida cotidiana dos jovens nas periferias não deve ser fácil de enfrentar.

Seguindo este raciocínio, referendamos a hipótese de Oliveira “de que a juventude brasileira de periferia pode estar em situação de maior vulnerabilidade, sendo presumíveis os enormes obstáculos que se antepõem à sua inserção na sociedade atual (...)” (2001: p. 55).

Assim, com um aumento significativo da população juvenil, caberia aos gestores das políticas públicas estimar minimamente as demandas que se apresentam para esta categoria no contexto atual. No entanto, no Brasil, a história da proteção social vem se constituindo permeada de contradições, fragilidades e ineficácias, demarcando claramente a intencionalidade do Estado em atender prioritariamente, além de, controlar as contradições da relação capital-trabalho.

A questão social não é mais tratada, como foi durante muito tempo em um passado não muito distante, como “caso de polícia”, mas continua sem conseguir ser tratada no patamar de uma efetiva política pública. Assim, as políticas sociais vão agenciando, de forma segmentada e atomizada em diversas instâncias, práticas que nem de longe apontam para alterar o quadro dramático das desigualdades sociais a que estão submetidas imensas parcelas da população brasileira.

O Ceará não foge ao quadro nacional apresentando-se como o 5^o Estado no ranking nacional de maior concentração de renda do país. Neste Estado, 42,4% da população sobrevivem sem renda e não dispõem de serviços considerados essenciais.⁷

Fortaleza vem despontando no marketing turístico nacional, muito bem articulado pelos dirigentes estaduais, como uma espécie de “ilha da fantasia”. A especulação imobiliária, a indústria do turismo, os interesses do capital enfim, agenciam um modelo de cidade onde parece vir sendo resgatado o mais

⁶ Expressão usada por Luís Antônio Groppo em seu livro *Juventude* (2001). Sobre esse assunto vamos tratar melhor no Capítulo 2.

⁷ O levantamento consta do Mapa da Exclusão Social num País Assimétrico: Brasil, do professor Jesus Lemos, da UFC. (Jornal O Povo -Fortaleza, 5 /8/2003)

retrógrado modelo higienista⁸ de intervenção social com a desculpa inescrupulosa do progresso urbano, que “limpa” das áreas consideradas nobres, as famílias pobres e seus “feios” casebres, através de acelerado (e porque não dizer desumanizado) processo de urbanização, além de programas sociais que ensejam tirar as chamadas populações de rua (principalmente crianças e adolescentes) do espaço público, limpando de fato a cidade, livrando-a do incômodo da visibilidade de uma população de “outro mundo”.

Nesse cenário, encontram-se crianças e adolescentes alvo dos olhares disciplinadores e dos controles instituídos oficialmente nas políticas sociais destinadas a essa parcela da população. Sabemos que, historicamente, a trajetória política e social da infância e adolescência em nosso país teve sempre, sob o discurso da “proteção”, um viés disciplinador e punitivo⁹. O Estado do Ceará também assumiu esses princípios em seus programas governamentais. Atualmente, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento jurídico que vem inaugurar o princípio do “direito” superando a doutrina da “situação irregular”, ainda podemos perceber, em relação a crianças e adolescentes das classes pobres brasileiras, a existência de um profundo distanciamento entre o real e o jurídico.

Prova incontestável de tal fato é que, há ainda hoje, depois de mais de dez anos de promulgação dessa Lei, idéias bastante divulgadas, por forças contrárias a este instrumento jurídico que, fundamentalmente, considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, de que seria o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, o responsável pelo aumento da criminalidade cometida por jovens na sociedade brasileira, como se a emancipação do direito, sob o ponto de vista de sua legislação, contivesse os fatores condicionantes do objeto a ser tratado.

No entanto, há que se considerar que o ECA está longe de ser responsável pelo desemprego de milhões de brasileiros, pela falta de políticas públicas de saúde, educação e moradia, bem como de políticas destinadas

⁸ No sentido utilizado em meados do século XVIII, de “esvaziamento do espaço público e de privatização do espaço familiar”. (DANZIATO, 1998, p. 31)

⁹ Sobre a trajetória histórica da questão da infância e adolescência no Brasil ver OSTERNE, Maria do Socorro *Menino Trabalhador: Identidade no Confronto Família-Rua*. Fortaleza, UFC, 1991. Ver também Capítulo 3.

especificamente para a população jovem o responsável pela falta de perspectivas concretas de vida futura de trabalho e cidadania dos adolescentes das classes pobres.

Parece que os jovens do mundo inteiro estão cometendo mais atos violentos. No entanto, estudos comprovam que, ao contrário do que a indústria mediática insiste em alardear, no Brasil, são estes jovens exatamente as maiores vítimas da violência em nossa sociedade. Além do mais, contrariando as notícias que circulam de forma bem sensacionalista quanto à autoria de delitos cometidos por essa população, não são apenas os jovens das periferias dos centros urbanos que cometem as infrações. Apenas sobre esses sujeitos pesa maior visibilidade e publicização dos fatos.

Os jovens das classes médias e alta também cometem delitos e aquela separação entre o real e o jurídico a que nos referimos anteriormente emoldura situações do tipo, já emblemático, dos jovens de Brasília, que queimaram um índio pataxó que dormia em um banco de rua justificando terem se enganado pensando tratar-se de um mendigo. Não longe de nós, há cerca de um ano um jovem de classe média aqui em Fortaleza matou um outro jovem com um golpe de jiu-jitsu, conhecido por “gravata” e, embora não tenha se tratado de um crime doloso, não temos notícias que o autor da infração tenha cumprido alguma medida sócioeducativa, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, nas unidades de atendimento da Secretaria de Ação Social¹⁰.

Essa é uma questão que atinge a sociedade brasileira como um todo. Essa mesma sociedade tem demonstrado estar atônita e paralisada diante dos fatos. Alguns jovens, com maiores possibilidades de alternativas para enfrentar essa crise, que marca a sociedade contemporânea (dificuldade de relações familiares, estudo e trabalho, tratamentos de saúde, perspectiva de futuro, por exemplo), acabam por superar tais dificuldades. Outros, porém, além da exclusão social a que estão submetidos, envolvem-se com o fenômeno da violência e dificilmente encontram formas de romper com essa realidade. É,

¹⁰ As unidades de atendimento são os chamados Centros Educacionais que atendem adolescentes autores de ato infracional e cumprem medida de internação ou de semiliberdade. Vale registrar que este tema será trabalhado no Capítulo 3.

portanto, com esses jovens que pretendemos estabelecer uma relação de conhecimento.

Como afirma Ecléa Bosi, “É preciso conhecer o problema de perto, tocar nos fatos. Mas isso não basta para que se fale em nome de alguém: devemos também enxergar de sua perspectiva a realidade”. (1996: p. 211).

A importância deste estudo, portanto, reside na possibilidade de conhecer um pouco da vida de adolescentes, autores de crimes de homicídio que estejam cumprindo medida judicial de acordo com o que preceitua o ECA. Importa-nos saber sobre suas histórias de vida e, principalmente, as razões que encontraram para cometer atos violentos, razões que serão reveladas por eles mesmos.

Este trabalho encerra a intenção de buscar compreender a violência cometida por adolescentes a partir de seus próprios relatos e justificativas no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas para esse segmento populacional. Via de regra, os estudos feitos sobre crianças e adolescentes parecem não ouvir o discurso que parte exclusivamente deles. Nossa tentativa é de superar, em parte, essa limitação e dar oportunidade de voz, de discurso próprio a esses adolescentes, tão visados pela sociedade, a partir de sua própria leitura de mundo.

No primeiro capítulo delineamos o percurso metodológico empreendido para a concretização do estudo, onde tivemos a oportunidade de entrecruzar o embasamento teórico que respalda um trabalho de natureza científica com as curiosidades advindas da realidade social de nosso percurso profissional já bastante solidificado ao longo de quase vinte anos de prática com a população infanto-juvenil atendida em programas institucionais do Estado. Também expusemos as hipóteses que nortearam nossa investigação e nossos objetivos e a metodologia que escolhemos para acompanhar o movimento do nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo, enfocaremos as categorias centrais deste estudo tentando recuperar teoricamente aquilo que se compreende por Adolescência/Juventude e Violência.

No terceiro capítulo trataremos das políticas públicas para adolescentes autores de atos infracionais construindo um breve resgate histórico sobre as políticas públicas no Brasil, fazendo um recorte mais preciso sobre as políticas para adolescentes em conflito com a lei. Além disso, trataremos sobre as medidas socioeducativas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente bem como sobre a prática de atos infracionais.

Finalmente, no quarto capítulo, trabalharemos com o pedaço mais precioso de todo o nosso empreendimento. Trata-se do resultado da pesquisa realizada com os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade em uma unidade de internação, vinculada a Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará.

Por fim, mas não de forma conclusiva, apresentaremos nossas considerações finais onde acreditamos que se possa extrair algumas contribuições para as políticas estaduais dirigidas à população juvenil.

Mesmo sendo este um tema já bastante estudado, vislumbramos que esta também poderá ser uma colaboração importante na área das políticas públicas, visto que a proposta é deixar o adolescente falar por si mesmo, com seu “jeito jovem” de ser, apontando suas necessidades e seus sonhos. Dessa forma, o adolescente será o autor de sua própria história, o dono de seu discurso, o que fala, o que tem todo o direito a expressar seus sentimentos por ele mesmo, a “mandar seu recado para a sociedade”.

CAPÍTULO 1 – PERCURSO METODOLÓGICO INVESTIGATIVO

1.1. Delimitando o objeto de estudo

Eu acredito que é o dever de todo intelectual estar consciente da posição privilegiada que ocupa. Ele tem o dever de escrever da maneira mais simples e clara a seu alcance da maneira mais civilizada possível; e nunca esquecer que os grandes problemas que atingem a humanidade e que exigem novas e corajosas, mas pacientes idéias, quer a modéstia de Sócrates, do homem que sabe quão pouco ele sabe.

Karl Popper, 1978

Desde os primeiros contatos mais diretos com adolescentes procedentes das classes pobres, na prática de estágio e, depois, profissional, na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará – FEBEMCE, há cerca de dezesseis anos, alguns aspectos de suas vidas – relacionamento interpessoal, relacionamento familiar, vivências próprias da rua, códigos de honra e ética, nos inquietavam e nos motivavam para a busca das razões que os levavam às ruas, a cometerem delitos e a não participarem de atividades próprias para aquela fase da vida.¹¹

Percebemos posteriormente, contudo, que muitas daquelas inquietações baseavam-se em referências, parâmetros, e valores éticos e até morais de ordem pessoal. Não que não houvesse de nossa parte uma leitura mais crítica da realidade, das desigualdades sociais, das relações de poder estabelecidas. Faltava, entretanto, no ponto de partida para a análise da situação daqueles adolescentes, um olhar que transcendesse o particular, ou seja, um olhar que não se baseasse apenas em nossos referenciais de mundo.

Em nosso cotidiano profissional, pudemos perceber que, praticamente, todos os adolescentes encaminhados para as Unidades de atendimento da FEBEMCE procediam das classes pobres. Essa experiência iniciava-se em meados da década de 80, época em que o mais importante instrumento

¹¹ Àquela época, nós técnicos das diversas áreas, acreditávamos no mito do espaço sagrado do lar, ou seja: que a família era, a despeito de qualquer contexto problemático, o lugar ideal para a permanência de crianças e adolescentes.

jurídico para decidir sobre os problemas da infância e da adolescência brasileira era ainda o Código de Menores¹², o qual garantia ao Juiz de Menores plenos poderes para tratar todas as questões relativas à essa parcela da população.

Vivia-se o contexto da “doutrina da situação irregular” que, segundo Emílio Garcia:

Na realidade, trata-se de uma doutrina jurídica que tem pouco de doutrina e nada de jurídico – no sentido iluminista – regras claras e pré-estabelecidas de cumprimento obrigatório para os destinatários e para aqueles responsáveis por sua aplicação. (...) Sua missão consiste, na realidade, legitimar a disponibilidade estatal absoluta de sujeitos vulneráveis que, precisamente por esta situação são definidos em situação irregular. (...) Crianças e adolescentes abandonados, vítimas de abusos ou maus-tratos e supostos infratores da lei penal, quando pertencentes aos setores mais débeis da sociedade, constituem os clientes potenciais dessa definição. (Mendez, [s.d.]: p.13).

Nos dias atuais, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente¹³, fica hierarquizada a função judicial e quando se trata de ato infracional¹⁴, cuja punição legal será a medida sócio-educativa de internação¹⁵, os adolescentes a quem são destinadas essas medidas parecem continuar sendo aqueles provenientes das classes de baixa renda. Pelo menos nas informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa – jornal, rádio e televisão – tampouco nas estatísticas das unidades de atendimento, não se

¹² Instrumento jurídico que disciplinava questões referentes a crianças e adolescentes e que antecedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este tema será melhor trabalhado no Capítulo 3 do presente trabalho.

¹³ Lei Federal No 8.069 de 13 de Julho de 1990, que em seu Art. 1º declara: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Trabalharemos melhor esse tema no Capítulo 3 deste trabalho.

¹⁴ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 103, “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

¹⁵ Ver Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 112: “Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:... VI – internação em estabelecimento educacional”.

tem notícias de jovens das classes médias e altas que tenham sido julgados e condenados a cumprir as medidas legais como previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). É notório, contudo, que não são apenas os adolescentes procedentes dos extratos populacionais mais pobres e miseráveis que cometem atos infracionais, basta considerarmos infrações tais como acidentes no trânsito, agressões físicas, depedração do patrimônio público, para citar algumas.

Nesse ponto, retomamos aquelas indagações que nos inquietavam no tocante à presença do fenômeno da violência na vida desses adolescentes, tema de interesse desta pesquisa.

Quando pensamos e falamos “violência” não estamos nos referindo à violência estrutural que vem acometendo parcelas cada vez mais majoritárias das sociedades, como a fome, a miséria e o desemprego. Também não estamos fazendo referência à violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, na maioria dos casos por seus próprios pais ou responsáveis ou por pessoas de sua convivência. Tampouco nos referimos, especificamente, à violência dos grandes centros urbanos traduzida em assaltos, seqüestros, tráfico de droga, ou violência no trânsito, modalidades do fenômeno que, de fato, vêm atingindo significativa parcela das populações citadinas, indiferentemente de idade, situação sócio-econômica ou territorialidade.

Referimo-nos à violência praticada pelos próprios adolescentes. Consideramos que persistem muitas indagações a respeito. Por que eles estão se envolvendo cada vez mais em crimes violentos¹⁶, por que matam?

Parece próprio da natureza humana a dimensão da agressividade e da violência visto que desde os primórdios das civilizações há registros de guerras, conflitos e lutas entre os homens.¹⁷ Numa perspectiva psicanalítica, Yves de La Taille (2002) cita Freud, em uma passagem de seu livro *Mal-estar na civilização*, onde o psicanalista argumenta que o homem é, por natureza, agressivo e anti-social:

¹⁶ De acordo com Sérgio Adorno, crime violento é aquele “cometido com grave ameaça à sobrevivência física das pessoas, quando se usa uma arma para ameaçar a vida de alguém.” (2002: p. 107).

¹⁷ Sobre este assunto veja-se ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S.A.*. São Paulo: Moderna, 1996 (Coleção Polêmica).

O homem é tentado a satisfazer sua necessidade de agressão tomando o outro como vítima, explorando seu trabalho, utilizando-o sexualmente sem seu consentimento, apropriando-se de seus bens, humilhando-o, infligindo-lhe sofrimentos, martirizando-o, matando-o. O homem é o lobo do homem. Diante de todos os ensinamentos da vida e da história, quem teria a coragem de discordar desse adágio? (2002: p. 111-112)

De fato, na história das civilizações humanas, há registros de inúmeras guerras e lutas, e, conseqüentemente, de violência entre os homens. Para que se possa controlar essa condição inerente ao gênero humano, de forma a possibilitar a convivência entre as pessoas, são estabelecidos vários mecanismos, no plano consciente e inconsciente, com base no respeito à liberdade e ao espaço individual do outro, bem como, a partir de normas diferenciadas estabelecidas em cada sociedade. Aí entram em cena a moral e a ética de cada modelo de organização das sociedades.

A despeito do potencial violento do ser humano, o que vimos assistindo nos dias de hoje na sociedade brasileira, principalmente, nos maiores centros urbanos, indica de fato, uma espécie de exacerbação de crimes violentos, manifestados em múltiplas formas. Os meios de comunicação, ao divulgar a violência, além de cumprir seu papel fundamental, qual seja, o da informação, divulgam e contribuem para disseminar um certo clima de terror percebido em todos os níveis e classes da sociedade atual, como se estivesse institucionalizado o sentimento de desproteção. Nesse sentido, os vários segmentos da população vão tentando se proteger das mais diversas e possíveis formas, dependendo inclusive das possibilidades reais de quem possa pagar mais por um serviço melhor de segurança. Instaurou-se inegavelmente um sentimento de medo e insegurança coletivizado no âmbito das sociedades contemporâneas e o Brasil é um exemplo vivo desse fenômeno.

Não poderíamos afirmar no entanto, que os sujeitos dessa “onda” de violência seriam “os outros”. O que estamos querendo dizer é que, além das formas estruturais de violência como a fome, a miséria e o desemprego, onde o

sujeito parece indeterminado, as próprias instituições que deveriam exercer seu papel de proteção social, como as polícias, os patrões, os professores, e os dirigentes, eles próprios têm se tornado sujeitos da violência, quando violam muitas vezes, os próprios direitos humanos ou quando não cumprem devidamente os preceitos institucionais previstos para o desempenho de seus papéis, cargos e ou funções. Atualmente temos tido, com muito mais frequência e intensidade, notícias de crimes praticados por adolescentes. Ou nas palavras de Sérgio Adorno, “Por que a criminalidade está aumentando? Porque os jovens estão cada vez mais se envolvendo com o mundo do crime, cada vez mais se tornando violentos, estimulando uma espécie de inflação, uma ciranda de novos crimes”. (2002: p.100).

Há cerca de vinte anos atrás, as nossas questões seriam diferentes, pois um adolescente que tivesse praticado um homicídio chamava a atenção de todos, fato incomum que era a prática de atos dessa natureza, tendo por autor um jovem. Rapidamente aquele jovem, encaminhado pelo Juiz de Menores para uma unidade de atendimento da extinta FEBEMCE, ficava muito conhecido por sua “periculosidade” e esse estigma de perigoso haveria de lhe acompanhar até o presídio ou até a morte. Era comum, ao atendermos adolescentes reincidentes nessas unidades, estes nos relatarem que, estando na rua, fazendo biscates, ou no ônibus, fazendo algum percurso, eram abordados por policiais, interrogados ou não, e serem presos. Não adiantava argumentar com o Juiz, uma vez que, o motivo “perambulando” constituía uma das mais utilizadas justificativas para a apreensão de menores.

Nos dias atuais, as estatísticas apontam que há, de fato, um número maior de cometimento de delitos graves, que atentam contra a vida da pessoa humana, praticados por adolescentes.

É mister destacar que, por outro lado, os crimes cometidos contra essa população são, em nosso país, muito mais numerosos, a despeito do que o senso comum possa acreditar e embora nem sempre sejam notificados ou divulgados pela mídia. Tal situação é bem retratada por Sérgio Adorno quando apresenta resultados de vários estudos comprovando o crescimento assustador de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil:

Se confrontarmos alguns dados da década de 1980 com os da década de 1990, verificaremos que no Brasil inteiro, em particular nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, o número de casos da chamada mortalidade por causas violentas, sobretudo a mortalidade por homicídios voluntários, está crescendo absurdamente. E quem são as vítimas preferenciais? Os jovens. (Adorno, 2002: p.104).

A falta de visibilidade dessa questão, também, parece ter uma certa contribuição da mídia que, em vieses sensacionalistas, tem levado à população, principalmente aquela menos informada, uma visão unilateral e às vezes distorcida de que são os jovens aqueles que mais têm envolvimento com o mundo da droga, da violência e do crime. Tal unilateralidade precisa ser refutada uma vez que a violência, em nosso país, não tem apenas uma categoria de sujeito, mas várias.

É justamente sobre essa população jovem que reside o nosso interesse. Não os adolescentes vítimas da violência, mas aqueles que se tornam sujeitos da violência. Por que os adolescentes - esses seres em constantes transformações, que buscam o novo e o imediato, que negam e desafiam freqüentemente a ordem posta, que querem fazer do “jeito deles”, — estão envoltos nessa “onda” que está se banalizando na vida cotidiana, essa onda que cresce revolta no mar da violência? Por que os adolescentes teimam em protagonizar a violência?

Na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, a situação também não se diferencia do resto do Brasil. Com seus mais de dois milhões de habitantes¹⁸ representa bem esse contexto. É a quinta cidade maior do país e a segunda de maior concentração de renda. Desponta como a cidade dos contrastes, onde convivem, em um mesmo espaço físico, os barracos de taipa de uma favela e as mansões da pequena parcela muito rica da população.

¹⁸ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2000, são 2.141.402 habitantes.

A migração provocada pelas secas cíclicas, típicas da região, aliada ao incentivo à industrialização das grandes metrópoles e a falta de uma política agrícola eficaz, fez com que a cidade de Fortaleza vivenciasse, nas últimas décadas, um acelerado processo de crescimento urbano. Essa capital, sem qualquer tipo de planejamento, sem políticas públicas de atendimento às populações migrantes, vem apresentando uma ocupação desordenada e, na maioria das vezes, em condições sub-humanas, de seus espaços vazios¹⁹. Nesse contexto, aparece a problemática de sua população jovem, a qual, dessasssistida, torna-se mais vulnerável ao cometimento de atos infracionais.

As estatísticas da Delegacia da Criança e do Adolescente, por exemplo, comprovam o aumento da criminalidade juvenil e apontam que no ano de 2001, de Janeiro à Dezembro, 2122 casos de atos infracionais cometidos por adolescentes foram registrados. Já em 2002, foram 2192 registros de atos infracionais, como podemos verificar no quadro síntese, que se segue:

INFRAÇÕES COMETIDAS POR ADOLESCENTES:

2001		2002	
Meses	No de adolescentes infratores	Meses	No de adolescentes infratores
Janeiro	179	Janeiro	157
Fevereiro	129	Fevereiro	170
Março	177	Março	159
Abril	149	Abril	188
Maio	180	Maio	174
Junho	196	Junho	162
Julho	197	Julho	157
Agosto	199	Agosto	207
Setembro	171	Setembro	166
Outubro	201	Outubro	230
Novembro	175	Novembro	201

¹⁹ Documento: O Brasil diz não à violência. Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência. Fevereiro/2002 (Versão: Fortaleza)

Dezembro	169	Dezembro	221
TOTAL	2122	TOTAL	2192

Fonte: Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA – Estatísticas – Ano 2001/2002

A natureza desses atos varia, das infrações mais graves às menos graves. Dentre elas, destacam-se, homicídios, latrocínios, estupros, atentados violentos ao pudor, invasões de domicílios, furtos, roubos e lesões corporais, dentre outras. Segundo a DCA, os atos infracionais que ocorrem com maior frequência são: furto, roubo, lesão corporal e porte ilegal de arma.

Vai nos interessar, no presente estudo, os casos de crimes de homicídio cometidos pelos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. No entanto, não podemos pensar esses adolescentes deslocados do contexto social em que estão inseridos.

Um pouco de história sobre a sociedade brasileira, que até umas duas décadas atrás não registrava cenário de tanta violência, pode significar um recurso para o melhor entendimento das novas configurações sociais que vêm emergindo nos dias atuais. Vale, então, situar o Brasil no contexto político latino-americano:

(...) por volta do começo dos anos 80, a América Latina parecia disposta a tentar organizar, uma vez mais, sua vida pública em consonância com os preceitos democráticos. Essa tendência foi reforçada pelo fato de que, desde meados dos anos 70, o impulso democrático começou a ser sentido com uma força sem precedentes na história da humanidade. (Borón, 1995: p. 64).

Notadamente, em meados da década de 80, também o Brasil vivenciava seu processo de transição democrática, que foi o mais lento da América Latina. Como afirma Borón (1995: p. 65): “Atendo-nos à experiência histórica brasileira, poderíamos dizer que foi muitíssimo mais simples conseguir a abolição da escravidão e produzir a queda do império do que alcançar a democracia burguesa”. Depois de vinte e um anos de ditadura militar, o povo brasileiro assistiu o retorno de um governo civil, não de forma passiva, mas

através do reavivamento dos movimentos sociais da sociedade civil organizada. Desde então, vem lutando e avançando nas

conquistas em muitos campos, particularmente naqueles dos direitos sociais e dos direitos políticos. Não obstante os avanços democráticos e as profundas modificações pelas quais a sociedade brasileira tem passado nos últimos quinze anos, o regime democrático coincide com a ocorrência de uma verdadeira explosão de violência no seio da sociedade. (Adorno, 2002: p. 70).

Para o autor, havia uma expectativa na sociedade brasileira de que a violência fosse conseqüência do regime militar autoritário. “(...) acreditávamos que, com o fim desse regime, com a redemocratização e a reconquista do Estado democrático de direito, conquistaríamos em conseqüência uma sociedade internamente pacificada (...)” (Idem, *Ibidem*. p. 98)

Configura-se, então, um paradoxo: de um lado, o significativo avanço das conquistas sociais e garantia de direitos da sociedade, que se mobilizou e se organizou a ponto de fomentar debates nacionais sobre as graves questões sociais brasileiras como a saúde, a assistência social e a proteção criança/adolescente. Debates esses que foram para as ruas no movimento emblemático de ressurgimento da sociedade civil no cenário nacional, conhecido como “Diretas Já” (1984). De outro, a violência que eclode em nosso cotidiano, através das mais diferenciadas manifestações e que se expressa na injustiça social, na desigualdade e na usurpação dos direitos universais.

Em um cenário de tantas ambigüidades, a violência tem deixado suas marcas como coadjuvante poderosa. Em todos os níveis perpassa, sem restrições, a vida da maioria dos brasileiros. Daí podermos sinalizar que este fenômeno hoje está se tornando geral e banal, ou seja, para além de fatos isolados e episódicos.

De fato, constatamos que a sociedade brasileira tem sido palco de profundas transformações que se complexificaram a partir dos anos 90. Atualmente, o cenário nacional se configura como dos mais caóticos. Essa

crise que vem atingindo a sociedade brasileira como um todo e que inscreve o Estado nos preceitos da nova ordem neoliberal²⁰ não se delinea somente a partir de agora, trata-se de uma construção de anos. Se fizermos um balanço de nossa formação societária vamos verificar a marca da apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas de grupos poderosos e a marca da tradição autoritária e excludente. (Iamamoto, 1997: p. 21).

Em um contexto econômico, político e social de transformações e, na maioria das vezes, de perdas, inserem-se também mudanças nas formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária. Nesse sentido, vimos assistindo, na contemporaneidade, a uma profunda transformação no modelo das famílias, que hoje diferem significativamente do modelo ocidental/nuclear – pai, mãe, filhos. Há que se reconhecer que o processo de industrialização causou de fato uma grande mudança nos papéis femininos, que culminou com a separação entre a produção e a reprodução. (Carvalho Filho, 2000: p. 32). Na verdade, o que aconteceu foi uma significativa maior inserção da mulher no mundo do trabalho e nas esferas públicas. No entanto, esse processo tem se mostrado essencialmente contraditório, pois, esta mesma sociedade que se industrializa e se moderniza não consegue superar alguns problemas inerentes à sua própria formação. Nos dias de hoje, por exemplo, à mulher está reservado assumir variados e concomitantes papéis, os chamados “papéis masculinos” e os “papéis femininos”. É muito comum encontrarmos a mulher sobrecarregada com a responsabilidade pela sobrevivência da família, enfrentando as precarizações do mercado de trabalho, além do encargo da socialização e da educação dos filhos, que, muitas vezes tem que assumir sozinha.

A mulher, das classes pobres, precisa sair de casa para o trabalho e, em geral, deixa os filhos – independentemente de suas idades – em casa, sob os cuidados de uma avó, de algum vizinho mais disponível ou dos próprios filhos mais velhos – mesmo que estes encontrem-se em faixas etárias ainda na

²⁰ “A partir dos anos 1980 uma nova ortodoxia econômica assumiu o lugar do keynesianismo no mundo ocidental. Trata-se do que ficou conhecido como neoliberalismo por ser, de fato, o liberalismo econômico revisitado e adaptado aos tempos atuais do capitalismo globalizado e de produção flexível.” (Pereira, 2001 p. 35-36). Sobre neoliberalismo ver ainda Sader, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina.

linha da infância. Nessas famílias, muitas vezes, aparece, também, a figura do padrasto cuja presença pode ser, paradoxalmente, edificante ou desastrosa.

Nas classes médias e ricas, a mulher, também, vem assumindo vários papéis e, pelas próprias condições materiais de existência, podem repassar suas responsabilidades para com os filhos, por exemplo, aos empregados ou aos serviços privados de educação extracurricular em tempo integral, o que também acarreta uma minimização no tempo da convivência familiar.

Nesse cenário, encontram-se crianças e adolescentes que, muitas vezes, vivem à mercê de seus próprios destinos, já que, longe daqueles que representam seu referencial masculino e feminino - o pai e a mãe - dificilmente se submetem às normas estabelecidas por aquelas pessoas com quem os laços parecem ser mais frouxos, no tocante à hierarquia e à obediência às regras e limites. Nesse sentido, as ruas podem tornar-se, cada vez mais, atrativas e cheias de novidades e os amigos, as pessoas mais importantes, na falta dos pais ou de outras formas de convivência ou lazeres peculiares à fase da infância e adolescência. Composto, portanto, ambientes familiares em geral problemáticos, essas crianças crescem e vão se formando adolescentes, através de um processo precoce de adultização, imposto pelas próprias condições da vida, e do contexto mais amplo no qual se encontram inseridos.

O processo de formação da sociedade brasileira deixou um legado originado no modelo patriarcal de relações autoritárias e adultocêntricas às nossas crianças e adolescentes. Dessa forma, essa população só há pouco tempo tem tido oportunidade de expressão para além do que lhe permitia a condição de “capital biológico da família” (Adorno, 2002: p.101). Como propriedade, suas necessidades e desejos eram naturalmente manifestados e representados por seus pais ou pelos adultos a quem coubesse a responsabilidade legal por aquela população infanto-juvenil. “Por essa razão, jovens e adolescentes no Brasil são considerados ou foram considerados, até muito recentemente, sujeitos sem fala, sujeitos cuja vontade era expressa através da vontade dos adultos.” (Idem, *Ibidem*. p.101). Cumpre destacar que

essa é também a história da criança e do adolescente na sociedade ocidental e o Brasil não foge a esse contexto histórico mais amplo.²¹

Em um trabalho realizado por estudiosos do tema da infância (Freitas, 1997) encontra-se uma referência ao fato de ter sido a infância, historicamente, sempre *objeto* do estudo e não o *sujeito* do estudo, como se a voz da infância nunca pudesse ser ouvida, senão vejamos:

Assim, por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não se ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora. (Lajolo, M. apud Freitas, 1997: p. 226)

Nessa lógica, podemos pensar também a adolescência. Só muito recentemente, a juventude tem podido ocupar espaço nos estudos sociológicos, nas leis, na mídia, ou tem tido a oportunidade de ocupar a primeira pessoa nos discursos sobre si. No Brasil, a história social da criança e do adolescente é perpassada por profundas contradições manifestadas, tanto pelo poder público como pela sociedade que, sob o discurso da necessidade da proteção desse segmento populacional, tentava esconder os preceitos morais e controladores que, em última instância, vinham atender às exigências do capital. Cumpre acrescentar que esse viés contraditório relacionava-se fundamentalmente com as classes mais empobrecidas da sociedade brasileira. O veio higienista das primeiras ações direcionadas a essa população, por exemplo, contava com o apoio financeiro e operacional da Igreja Católica, das Santas Casas de Misericórdia e das mulheres que desenvolviam trabalhos filantrópicos. Dessa forma, a questão da criança e do adolescente, bem como a pobreza de suas famílias, eram consideradas um problema em si mesmo e tratadas através de ações disciplinadoras. Via de regra, essas crianças/adolescentes e seus familiares eram culpabilizados por se encontrarem em situação de carência. Assim, a ordem jurídica estabelecida era

²¹ Trataremos melhor desse assunto no próximo capítulo.

a dos Códigos de Menores e a vida da população infanto-juvenil pobre brasileira ficava ao dispor de diferentes sujeitos indeterminados.

Na década de 60, passou-se a dispensar outras formas de atenção à população infantil ou jovem, na tentativa de minimizar os profundos equívocos cometidos contra nossas crianças e adolescentes ao longo da história da sociedade brasileira. Em 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)²², depois, em nível estadual, as Fundações Estaduais. O Brasil vivia sob o regime ditatorial militar e certamente a criação dessas instituições específicas criadas sob a égide da ditadura, pouco iria significar no tocante a transformações na qualidade das ações voltadas a esse segmento.

Cabe acrescentar ainda que, toda a política destinada à população de crianças e adolescentes inseria-se no movimento histórico mais amplo da sociedade e inevitavelmente subjugava-se à ordem política estabelecida. Para melhor situar essa reflexão, referendamos uma síntese, bastante clara, do processo histórico de mobilização da sociedade brasileira em favor desse segmento populacional que culminou com a elaboração de uma lei verdadeiramente voltada para essa população como portadora de direitos. Nas palavras de Lena Lavinas:

Na verdade, a visibilidade crescente da violência praticada contra o menor, dentro e fora do lar, dados alarmantes sobre a precariedade do ensino básico e seus rebatimentos negativos sobre o desempenho escolar, a ampliação e a agudização das seqüelas num quadro de reestruturação social e econômica, a extensão do trabalho precoce dos jovens e as profundas mudanças na família foram, ao longo da década de 80, argumentos mais do que suficientes para mobilizar a sociedade brasileira, na sua trajetória de afirmação de novos direitos civis e sociais, em prol da criança e do adolescente. (1997: p.18)

²² No terceiro capítulo discorreremos um pouco mais sobre esse período da política para infância e adolescência.

No entanto, somente a partir da Constituição Federal de 1988, é que foram inseridos, na sociedade brasileira, os Direitos Internacionais da Criança proclamados pela ONU²³ nos anos 50. Em nossa Carta Magna encontra-se um artigo especial para regulamentar o novo direito da criança e do adolescente, que é o direito à proteção especial²⁴. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente o Estado brasileiro assume, pela primeira vez na história, sua responsabilidade no que pese a assistência à infância e à adolescência, considerando essa população como sujeito de direitos.

O ECA é a expressão da evolução do ordenamento jurídico referente à criança e ao adolescente, uma vez que, toma como referência as diretrizes paradigmáticas, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. Assim, “Afastado o autoritarismo no qual, invariavelmente, se transmuda a discricionariedade ilimitada do revogado Código de Menores, implanta-se por intermédio da Lei 8.069/90 a ‘proteção integral’, conjugando (...) as várias medidas protetivas especiais (...) e as medidas sócio-educativas (sancionadoras), para o esboçar de um Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.” (Nogueira Neto In: Ceará: Documento SAS, 2003: p.32).

Nesse sentido, cabe reconhecer que na nova condição de sujeito portador de direitos, o adolescente em conflito com a lei, tem hoje um respaldo jurídico legal de garantia desses direitos.

A despeito do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente e de sua conseqüente e profunda mudança de paradigmas em relação aos adolescentes que cometem infrações, via de regra, é ainda sempre a voz do *outro* que é ouvida. A fala desses jovens parece abafada por um som unívoco de acusações da sociedade como um todo, sem que haja um esforço maior e mais geral de ouvir, também, suas razões e suas histórias.

²³ Convenção da ONU sobre os direitos da criança, Art.37 e Art.40. In: VOLPI, Mário (Org.).1997: p.35-38.

²⁴ Art. 227 da C.F.: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Buscar uma aproximação que permita conhecer melhor a vida desses jovens, cujos atos e comportamentos violentos culminaram na morte de terceiros, seu processo de punição legal, ouvi-los em suas experiências cotidianas e conhecer um pouco suas vidas, constitui o interesse maior deste trabalho. As perguntas portanto que nortearam nossa pesquisa foram:

- Por que os adolescentes matam?
- É possível perceber nesses jovens algum sentimento de banalização da vida e naturalização da morte?
- As relações familiares constituem-se elementos significativos na manifestação das atitudes violentas desses jovens?
- Qual é, de fato, a situação socioeconômica dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação?
- Que políticas públicas estão voltadas para atender a população jovem que comete atos infracionais de natureza grave e que cumpre medida sócio-educativa de internação?

Sempre foi nossa intenção ouvir os próprios discursos, os próprios relatos dos adolescentes que vivenciaram o problema. Importava-nos compreender os significados da violência de seus atos para eles mesmos. Importava a este estudo conhecer as razões que os próprios adolescentes internos apontavam como causa dos atos de violência que redundaram em medidas legais severas contra a sua pessoa. Esta pesquisa pretendeu portanto, ouvir através do relato da história de vida, o sujeito da ação, isto é, o adolescente autor de ato infracional de natureza grave.

Conhecer, portanto, as histórias e as razões que levaram os adolescentes, que estão cumprindo medida sócio-educativa de internação, a cometer crimes de homicídio, constitui o objetivo maior do presente trabalho. Para a sua consecução outros objetivos foram traçados no intuito de melhor nortear os caminhos a serem percorridos ao longo da pesquisa, quais foram:

- Traçar o perfil dos adolescentes autores de atos infracionais violentos (homicídio), que estão cumprindo medida de internação no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, no que

se refere às suas condições materiais de vida, relações familiares, nível de escolaridade e perspectivas futuras.

- Compreender o significado e a repercussão do ato de violência em suas próprias vidas.
- Conhecer que políticas públicas de atendimento, no Estado do Ceará, estão direcionadas a adolescentes autores de atos infracionais.

Partindo desse eixo norteador que são os objetivos do estudo, passamos à construção de nossas hipóteses considerando como bem argumenta Socorro Osterne:

A hipótese cumpre importante papel em toda a organização de uma pesquisa: sua construção permite ao pesquisador identificar as informações necessárias, evita a dispersão, focaliza os ângulos do campo de observação, seleciona dados, sugere o instrumental a ser utilizado, enfim, funciona como bússola da intenção investigativa. (2001: p.34)

Considerando ainda, como Rubem Alves que, a hipótese determina a direção dos olhos do pesquisador e já determina o que buscar (2000: p. 93), elegemos as seguintes hipóteses como norteadoras de nosso estudo:

- A violência urbana da atualidade tem nos deixado atônitos e prisioneiros do nosso próprio contexto histórico, em razão da nossa aparente impotência real de combatê-la e da visível incapacidade do Estado em enfrentá-la. Incapacidade esta, demonstrada através de seu poder legítimo de fazê-lo e não acontecer, de fato. Nesse cenário, encontra-se a população jovem brasileira que, apontando pistas para uma nova ordem juvenil colocada, vai se envolvendo progressivamente no universo complexo da violência. Dados da observação cotidiana nos tem demonstrado que os adolescentes estão se envolvendo cada vez mais com crimes de homicídio, nos dias de hoje. Embora não se

possa confundir a existência ou exarcebção de um fenômeno com a sua visibilidade.

- Os jovens autores de atos infracionais que cumprem medidas punitivas, têm demonstrado, a partir de seus comportamentos violentos, posturas de descaso com a vida. Indicam, portanto, no contexto no qual estão inseridos, que suas próprias vidas não têm de fato muita importância. Por conta disso também banalizam a morte e tiram a vida de outras pessoas sem que o fato, pelo menos aparentemente, possa repercutir mais fortemente em suas atitudes ou reações comportamentais.
- As relações familiares, independente da forma como estejam constituídas, têm um significado decisivo na manifestação de comportamentos violentos ao longo do desenvolvimento das fases da infância e da adolescência. As famílias brasileiras têm passado por significativas modificações nos últimos anos inseridas que estão no movimento mais amplo do mundo capitalista. De um modo geral, as famílias, de acordo com sua condição de classe, vão se adaptando à nova ordem social, de forma essencialmente diferenciada em função de suas condições materiais de existência. O fato é que, concretamente, muitas crianças e adolescentes ficam a mercê de sua própria vontade, sem a devida orientação e convivência familiar tão necessárias nessa fase. Assim, seja através de relações familiares mal construídas, seja por situações conflituosas ou de profunda ausência familiar, esses jovens tornam-se muito mais vulneráveis aos fatores condicionantes da violência característica das sociedades contemporâneas.
- No Brasil, historicamente, temos que todas as políticas públicas criadas para a população infanto-juvenil tiveram um viés de controle e sempre estiveram essencialmente direcionadas para crianças e adolescentes procedentes das classes pobres. Nesse sentido, não obstante a promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), desde o ano de 1990, o qual estabelece a superação da doutrina da situação irregular, as medidas socioeducativas que prevêm a punição para os adolescentes autores de atos infracionais não têm conseguido alcançar os adolescentes das classes abastadas da sociedade. Apenas os jovens das classes pobres têm cumprido medida de privação de liberdade (ECA, Art.121).

- Com o empobrecimento acentuado da sociedade brasileira que vem acontecendo notadamente, a partir da década de 80, as políticas sociais públicas, que antes já se voltavam apenas para minimizar as questões sociais decorrentes da movimentação capitalista, têm registrado sua marca da ineficiência e ineficácia, uma vez que tratam os problemas de forma residual, sem considerar o fenômeno da exclusão social em toda sua dimensão de totalidade. Assim, as famílias pobres e seus jovens têm ficado à margem das perspectivas concretas de inserção na sociedade através do acesso a seus bens e serviços. Nesse sentido, o que temos de fato, não são políticas de prevenção à marginalidade dos jovens e sim ações de atendimento restritas à repressão e à punição de atos infracionais, o que pouco ou quase nada tem contribuído para o desenvolvimento de perspectivas futuras para esses adolescentes.

1.2. Construindo a metodologia do trabalho

A minha intenção não é substituir um conjunto de regras gerais por outro conjunto semelhante: a minha intenção é, antes, convencer o leitor de que todas as metodologias, mesmo as mais óbvias, têm os seus limites.

Paul Feyerabend, *Contra o Método* (1993)

Vimos assistindo a uma constante onda de transformações nas sociedades e nas formas de relacionamentos. Esse processo constante de mutação tem nos forçado a conviver com as mudanças, com a diversidade e

com a emergência de novos paradigmas tanto em nível científico, como em nível político, econômico, social e cultural. Tudo aponta para um novo ordenamento. É tempo de infinitas surpresas, de profundas transformações.

Nessa lógica, vamos concordar com Rubem Alves, quando afirma: “É evidente que a ciência não pode ser definida em função de seu conteúdo, pois ele tem sofrido profundas revoluções ao longo da história”. (2000: p. 150). Tal assertiva nos assegura que as verdades não são absolutas tampouco imunes ao processo histórico, ao tempo e ao espaço.

Esse mesmo autor destaca que “(...) historicamente, a ciência surgiu quando certas pessoas, repentinamente, se perguntaram sobre as razões por que coisas corriqueiras ocorriam da forma como ocorriam”. (Ibidem, Idem p.140), quer dizer, a grande contribuição da ciência não é só analisar os fatos em si mesmos, mas interpretá-los, ir além do que está posto na aparência dos fenômenos. Nesse sentido, podemos perceber que os fatos não são, por si próprios, o ponto de partida e chegada do conhecimento científico. Resulta, portanto, que a teoria é fundamental para permear as relações que se travam entre os dados e os fatos da realidade e o fazer científico.

No campo das ciências sociais²⁵, há discussões que parecem eternas em relação ao método científico. Com o advento do empirismo e do positivismo a questão do método tomou importância de tal envergadura que fez aparecer críticas severas a muitos autores, cujo saber científico estava essencialmente cerceado pelo extremo rigor do método, em nome de uma ciência isenta de emoção e imaginação. Muitos autores ficam tão presos à questão metodológica que perdem de vista o conteúdo mais importante da produção do conhecimento científico, ou seja, a explicação dos fenômenos, da realidade vivida. Portanto, só a sistematização do pensamento, embora sendo requisito

²⁵ Piaget traz uma reflexão muito interessante sobre a insistência de muitos autores em diferenciar as ciências humanas das ciências sociais, o que para ele não faria mais sentido. Assim, afirma: “A distribuição das disciplinas nas unidades universitárias varia grandemente de um país a outro e não basta para fornecer um princípio de classificação. A esse respeito limitamo-nos a assinalar que não saberíamos reter nenhuma distinção de natureza entre o que chamamos freqüentemente as ‘ciências sociais’ e as ‘ciências humanas’, visto ser evidente que os fenômenos sociais dependem de todos os tipos de caracteres do homem compreendidos aí os processos psicofisiológicos e, reciprocamente, as Ciências Humanas são todas elas sociais por um ou outro de seus aspectos. A distinção só teria sentido (e aí reside a hipótese que está em sua origem) se pudéssemos dissociar no homem aquilo que diz respeito a sociedades particulares nas quais ele vive e aquilo que constitui a natureza humana universal.” (PIAGET, 1970: p. 3).

preliminar, não constitui ciência. Daí resulta obviamente que não existe “o” método científico.

De outro lado, há os autores que refutam, de modo radical, a questão do método. Rubem Alves faz referência a Feyerabend, que escreveu a obra *Contra o método*, no qual “... sugere claramente que a idéia de um método científico não passa de um mito que não resiste à investigação histórica”. (2000: p. 151).

Preferimos assumir uma posição de que o método não deva assumir o papel principal no trabalho científico, em detrimento do papel do cientista, que pensa, cria e pode voar nas asas da imaginação. Como diz Pedro Demo, “a ciência propõe-se a captar e manipular a realidade como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação de como chegar a isto” (1991: p. 20).

É notório que a pesquisa deve ser base para qualquer trabalho na área social, pois a partir dela podemos construir um saber científico sobre a realidade. Trata-se de instrumento fundamental para a apreensão da realidade e para a construção do conhecimento na medida das necessidades sociais colocadas. Segundo Pedro Demo, “a pesquisa é a maior finalidade básica da ciência” (Idem, *Ibidem*, p. 22). É através dela que podemos desvendar a realidade, ir além das aparências dos fenômenos. O compromisso com a objetividade dos fatos é questão fundamental. O método pelo método, contudo, só reduziria a tão pretendida cientificidade.

Segundo Pedro Demo:

realidade são todas as dimensões que compõem nossa forma de viver e o espaço que a cerca. (...) realidades sociais circunscrevem-se às dimensões sociais, tanto àquelas que estão em nós quanto àquelas que nos circundam. Fazem parte delas igualmente nossas ideologias, nossas representações mentais, nossos símbolos, nossas crenças e valores, bem como nosso comportamento externo e os condicionamentos circundantes de ordem social.²⁶ (Demo, 1991: p. 27).

²⁶ Consideramos importante conceituar realidade no intuito de dar essa dimensão científica para além do fatídico.

Percebe-se, assim, que a pesquisa é um processo interminável, posto que sempre há mais para se descobrir na realidade, sempre há que se desvendar outros significados, para além das aparências.

Procedemos ao estudo do tema em questão através da pesquisa de natureza qualitativa tanto quanto da pesquisa de natureza quantitativa. O método qualitativo foi utilizado na busca dos sentidos mais relacionados à subjetividade dos interlocutores. O método quantitativo foi-nos útil para a busca das incidências relacionadas ao fenômeno analisado. Através da pesquisa de natureza quantitativa colhemos dados para a composição do perfil dos adolescentes pesquisados.

Sempre tivemos o desejo de ouvir os adolescentes, seus relatos, a versão que emprestavam às suas histórias de vida, ouvi-los de viva e própria voz. É comum termos nas pesquisas e estudos sobre essa população uma voz alheia a ela mesma, uma representação, muitas vezes, sem representatividade, um discurso, uma retórica, uma fala de estranhos, de terceiros. Nesse sentido elegemos como técnicas fundamentais a História de Vida e a História Oral, por acreditar que através desses instrumentos de pesquisa, poderíamos captar não só, tecnicamente, a voz (através do gravador como recurso técnico), mas o sentido de cada uma das subjetividades através do contato pessoal, da escuta, da possibilidade de sentir as emoções, de observar os gestos, enfim de captar o não explícito.

A História Oral, anteriormente denominada Relato Oral, e a História de Vida, foram técnicas bastante utilizadas desde o século XIX até os anos 50, e eram consideradas, pelos cientistas sociais, instrumentos fundamentais para fazer contraposição às metodologias quantitativas. No final da década de 40, contudo, com o aparecimento das técnicas estatísticas, que tiveram amplo desenvolvimento e aceitação, a História Oral e a História de Vida foram relegadas e desvalorizadas como técnicas de pesquisa.

Os críticos da História de vida e da História oral argumentavam que esses recursos só mostravam parcialmente a realidade, pois, ao suscitarem aspectos subjetivos da vida dos informantes, continham elementos psicológicos que embotavam a objetividade da análise. Para esses cientistas, as evidências quantificáveis abafavam valores e emoções contidos na maneira

de pensar e sentir do pesquisador, daí sua maior confiabilidade, importância e superioridade. Somente com o avanço da tecnologia que possibilitou a utilização do gravador, a História Oral e História de Vida passaram a ser revalorizadas. (Queiroz, 1998).

Com a revalorização da História Oral abriram-se as possibilidades para que sujeitos, até então silenciados e desvalorizados enquanto pessoas comuns, pudessem participar, através de seus depoimentos e da reconstituição de fatos, acontecimentos e fenômenos sociais do processo de conhecimento de suas próprias realidades. Existe já há algum tempo um movimento que, de certo modo, desloca a visão que desqualifica essa forma de pesquisa, elegendo a história cotidiana e não a história dos grandes feitos, bem como, a valorização do homem comum e do homem simples como parâmetros fundamentais do processo de conhecimento.

Com o reavivamento do relato oral, passou-se a considerá-la técnica de grande utilidade para o registro daquilo que ainda não fora documentado. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz,

História Oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. (Queiroz, 1988, p. 19).

A autora supracitada afirma ainda que a “História de Vida se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. (Idem, *Ibidem*. p. 20).

Nesse sentido, reafirmamos nosso interesse pela História de Vida no estudo do caso dos adolescentes sujeitos de nossa pesquisa pois: “As histórias pessoais ganham alcance social na medida da inscrição de cada pessoa nos grupos mais amplos que as explicam”. (Meihy, 2000: p. 11).

Para o presente trabalho importa a *história oral de vida*²⁷ dos adolescentes que cometeram crimes de homicídio, valendo ressaltar que essa técnica resguarda a dimensão muito mais subjetiva que objetiva da questão. Como diz MEIHY, “A história oral de vida é o retrato oficial do depoente”. (2000: p. 63).

Quanto ao tipo de pesquisa, trabalhamos, com a bibliográfica, documental e empírica. A observação participante no âmbito da instituição e a entrevista não estruturada, como forma de compor a história desses atores, foram os nossos instrumentos fundamentais e mais utilizados. O gravador foi acessório importante para a nossa modalidade de pesquisa (só utilizado, naturalmente, com a autorização prévia dos entrevistados).

Os principais informantes foram os próprios adolescentes do sexo masculino, autores de ato infracional grave, que estavam (ou ainda estão) cumprindo medida judicial no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, instituição vinculada à Secretaria de Trabalho e Ação Social .

A escolha por adolescentes de sexo masculino se deu em função das estatísticas comprovarem que o número de autores de atos infracionais é muito mais elevado entre essa população. A título de ilustração, informamos os dados da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) referentes ao ano de 2001: do total de 2122 atos infracionais, de natureza diversa, mais de 90% foram cometidos por adolescentes do sexo masculino. Os anos que se seguiram, 2002 e 2003, não apresentaram diferenças, o percentual de maioria masculina fica sempre em torno de 90%.

2001	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MASC	157	120	163	130	151	196	186	191	163	207	156	157
FEM	22	11	15	12	12	13	11	8	8	9	14	12

Fonte: Delegacia da Criança e do Adolescente – DCA – Estatística – Ano 2001

²⁷MEIHY é o autor que trabalha esse termo *história oral de vida* deixando claro a não separação entre história oral e história de vida.

A Unidade escolhida foi aquela para onde são encaminhados todos os adolescentes e jovens autores dos atos infracionais mais graves: O Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider²⁸, unidade da Secretaria de Ação Social, inaugurada em 16 de Dezembro de 2000, fica situada à Rua Ipaumirim, no. 830, Pantanal – Bairro José Walter, em Fortaleza - Ce. Esta unidade foi estruturada com o objetivo de representar maior avanço no atendimento ao adolescente/jovem infrator. Sua infra-estrutura, com um total de 7.200m² de área construída, foi projetada em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e lhe permite atender, dentro dos parâmetros da Lei, o jovem maior de 18 anos, bem como adolescentes de 14 a 17 anos, que tenham cometido ato infracional grave, devendo todos, ao serem sentenciados, permanecerem separados por alas de acordo com a faixa etária e a compleição física.

Estes adolescentes/jovens já são encaminhados para esta Unidade cientes de sua sentença judicial, cujo prazo não é determinado previamente. Suas permanências poderão ter duração de até três anos, de acordo com a avaliação técnica elaborada pela equipe da unidade a cada seis meses e avaliada pela autoridade máxima, o Juiz da Infância e da Juventude e sua equipe técnica de apoio, que por sua vez, também emite pareceres. Todo esse processo se dá em consonância com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Inicialmente pensamos em reunir doze adolescentes para apresentar os objetivos desta pesquisa e ouvi-los sobre quem gostaria de participar do trabalho, como entrevistado. A idéia de convidar doze jovens se deu pela possibilidade da não aceitação do convite por parte de alguns. Na verdade, o que pretendíamos era constituir um grupo de no máximo dez pessoas, o que representaria aproximadamente 10% da população interna neste Centro Educacional, cujo número de internos nunca é menor do que noventa.

O primeiro passo, então, foi reunir a equipe técnica e direção da unidade para fazer a apresentação do projeto, abordando, além de seus objetivos, os nossos sentimentos e anseios sobre a construção deste estudo. O espaço

²⁸ No Capítulo 4 procederemos a uma exposição mais detalhada sobre esta unidade de atendimento.

aberto por este grupo que já trabalha na Unidade desde sua inauguração, onde atuam assistentes sociais, pedagoga e psicólogas, foi promissor e abriu possibilidades para uma metodologia viva, permitindo perceber, claramente, o mover dinâmico entre a teoria e a prática, além de modificar algumas idéias que vínhamos tendo antecipadamente.

Aconteceu assim com a entrevista semi-estruturada que havíamos montado antes de chegar ao campo. No transcurso das abordagens nos foi possível rever questões sobre os aspectos a serem abordados, sobre a própria forma de abordagem inclusive, além da possibilidade de estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados. Percebemos a condição de uns adolescentes serem mais colaboradores do que outros. Enfim, em todos os momentos iam se descortinando significados novos e acontecia uma espécie de preparação para os momentos subsequentes em nossos contatos com os adolescentes.

Por sugestão da diretora da unidade, reunimos dois grupos de seis jovens separadamente pois, dentre os nomes que haviam sido selecionados, de acordo com os objetivos do trabalho, havia alguns jovens que enfrentavam problemas pessoais entre si. Foi então ela mesma quem convidou os jovens e nos apresentou a eles falando já do objetivo do nosso estudo. Na ocasião, continuamos a esclarecer um pouco mais sobre a finalidade do tema escolhido, as razões para a escolha daquele assunto, como as entrevistas iriam acontecer, a necessidade da autorização pra o uso do gravador, o compromisso com a preservação das identidades e a promessa dos resultados finais do trabalho, que eles teriam oportunidade de conhecer.

No percurso destes caminhos, conseguimos adentrar bem mais no mundo dos jovens internados, procuramos entender melhor as normas próprias de funcionamento da unidade, as formas como eles lidavam com essas normas e como construíam suas próprias regras. Dessa forma fomos paulatinamente ultrapassando os limites dos nossos próprios anseios e preconceitos, desmistificando verdades e nos aproximando mais do mundo dos adolescentes que cometem crimes de homicídio.

No próximo capítulo vamos apontar as bases teóricas e metodológicas de nossa investigação, desvendando os conceitos e significados das categorias Juventude e Violência e suas associações.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVENDO AS CATEGORIAS TEÓRICAS

2.1. Violência e Juventude em Destaque

...não creio haver utilidade em denunciar os vícios, o mal, o pecado. Para que sempre acusar, sempre denunciar? É a moral dos tristes, e uma tristeza moral.

André Comte-Sponville, *Pequeno Tratado das grandes virtudes*

Muitos são os estudos realizados em diversas áreas sobre o fenômeno da violência: muitos olhares, muitas análises, e, às vezes, muitos equívocos também. Cada abordagem do fenômeno busca dar uma contribuição no sentido de melhor compreendê-lo e de tentar superar os problemas e as dificuldades que lhes são inerentes.

O fenômeno da violência envolvendo crianças e adolescentes, quer na condição de vítimas ou de vitimadores, na atualidade, tem sido também motivo de muitos esforços de estudiosos, das mais diferenciadas áreas, para o melhor entendimento dessa problemática.

Na verdade, a face do fenômeno que mais se revela, tornando visível no cenário social os atos de violência cujos protagonistas são crianças e adolescentes, finda por distorcer o foco essencial da questão e por causar as reações mais adversas por parte da sociedade. Essa realidade ganha destaque na mídia sendo vista e analisada como inaceitável. A partir daí percebemos uma tendência, no conjunto da sociedade, para a formação de acusações e combate a essa população, que encontra-se de fato em situação de risco.

Como temos afirmado, vivemos tempos de grandes transformações, de profundas mudanças, inclusive, de mudanças de paradigmas. Boaventura dos Santos afirma que vivemos um tempo de *transição paradigmática*. Nesse sentido, acrescenta que o desaparecimento de um velho paradigma já antecipa a emergência de um novo. (2000: p.16). Para esse autor, o fenômeno da

transição paradigmática tem várias dimensões onde destacam-se principalmente a dimensão epistemológica e a societal:

A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. (...) a transição societal menos visível ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global e excludente – para um paradigma ou um conjunto de paradigmas que por enquanto não conhecemos (...) (SANTOS, 2000: p.16).

Nesse sentido queremos referendar sua reflexão sobre a importância do conhecimento científico, quando supera a ordem dominante, saturada, estabelecendo uma outra, desejosa de apontar saídas para uma “vida decente”. Este é, decerto, o sentido maior da ciência para a vida nas sociedades humanas: estar, de fato, a serviço da vida, respeitando acima de tudo o espírito, a cultura, os valores das pessoas.

O mesmo autor continua sua instigante reflexão sobre esse cenário pleno de transformações e demarcado a partir da modernidade, apontando que os sonhos de igualdade, liberdade, paz e de dominação da natureza, sonhados com o advento da modernidade, parecem não ter passado de sonhos:

No que respeita à promessa da igualdade os países capitalistas avançados com 21% da população mundial controlam 78% da produção mundial de bens e serviços e consomem 75% de toda a energia produzida. (...) Mais pessoas morreram de fome no nosso século que em qualquer dos séculos precedentes. (...) No que respeita à promessa de liberdade, as violações dos direitos humanos em países vivendo formalmente em paz e

democracia assumem proporções avassaladoras. (...) No que respeita à promessa da paz perpétua que Kant tão eloqüentemente formulou, enquanto no século XVIII morreram 4,4 milhões de pessoas em 68 guerras, no nosso século morreram 99 milhões de pessoas em 237 guerras. Entre o século XVIII e século XX a população mundial aumentou 3,6 vezes, enquanto os mortos na guerra aumentaram 22,4 vezes. (...) a promessa da dominação da natureza foi cumprida de modo perverso sob a forma de destruição da natureza e da crise ecológica. (...) A desertificação e a falta de água são os problemas que mais vão afetar os países do Terceiro Mundo na próxima década. Um quinto da humanidade já não tem hoje acesso à água potável. (SANTOS, 2000: p. 23,24).

O homem, no seu afã de dominação dos outros homens e da própria natureza, parece não se dar conta de que sua ação, que poderia ser humanizada e construtiva, tem sido, mais das vezes, uma ação predadora e destrutiva. Não podemos, contudo, classificar dessa forma todas as constelações de pensadores do universo científico. Não obstante tenhamos a compreensão de que a ciência, muitas vezes, está a serviço de interesses estritamente econômicos e políticos (leia-se de demarcação de poder) dos países, povos e dirigentes mais poderosos, há sem dúvida, aqueles que podem demarcar uma diferença enorme acreditando e fazendo uma ciência humanista e solidária nesses tempos de profundas e complexas transformações que temos vivido. Por isso, acreditamos que possa haver um movimento na esfera do conhecimento humano (que já produziu e produz ainda armas para a destruição do homem e da natureza), direcionado para essa mudança de paradigma que venha alimentar a esperança da realização dos sonhos referidos anteriormente, a despeito de seu viés ideológico.

Em meio a um quadro de teorias inusitadas, reelaboradas e às vezes reabilitadas, está o conhecimento como parte de um processo social complexo, sendo, ele mesmo, objeto de estudo e crítica, em cada momento histórico

dados. Por isso é importante percebermos que a própria ciência vai se transformando e sendo utilizada sob variados enfoques e a partir de diferenciados interesses. É fundamental ainda procurar desmistificar seus saberes como incontestáveis e buscar exercer o direito de um controle democrático de seu verdadeiro uso.

A história nos tem mostrado que muitas vezes o avanço da ciência pode ser deslocado de seu objetivo maior, humanitário e ético, ou melhor, de estar a serviço da humanidade e de suas necessidades sociais. Nessa lógica, vamos referendar as palavras de Rubem Alves: “A ciência é uma função da vida. Justifica-se apenas como órgão adequado à nossa sobrevivência. Uma ciência que se divorciou da vida perdeu a sua legitimação.” (2000: p.40).

Temos consciência, no entanto, de que o conhecimento científico, muitas vezes, tem estado a favor dos interesses bélicos e econômicos dos organismos internacionais que findam por manipular a ordem mundial: aumenta a fome no mundo, os blocos de países se armam, cada vez mais, aumenta o profundo fosso entre países ricos e países pobres e os recursos naturais do planeta vão se saturando com a ação predadora do homem. Ou ainda como afirma Paul Feyerabend: “O ‘progresso do conhecimento’ significou em numerosos lugares o extermínio do espírito”. (1993: p.14).

Nossa preocupação com os estudos na área das ciências sociais constitui-se a partir de sua relação com essas tendências sociais do mundo contemporâneo. Os sentimentos de mal estar e de indignação em relação a esses sinais devem contribuir com sua superação, na construção de novas teorias que apontem para a busca incessante de melhores condições de existência para a humanidade, em qualquer tempo histórico. Dessa forma, poderemos defender e justificar “um uso socialmente mais equitativo do conhecimento científico”. (Chalmers, 1994: p. 161)

Nesse sentido, ao defendermos um conhecimento científico que possa contribuir para o engrandecimento do ser humano defendemos também a mudança de visão em relação a determinadas construções sociais, ao longo da história de cada sociedade. Aqui, se insere a análise das categorias centrais de

nossa investigação em relação ao objeto que delimitamos, qual seja, o da violência cometida por adolescentes.

Desta forma, queremos considerar a categoria de crianças e adolescentes, sob uma nova ótica, socialmente constituída e diferenciada do enfoque tradicional historicamente construído na sociedade brasileira, que era o da “situação irregular”, onde crianças e adolescentes, portanto, eram tratados exclusivamente como objetos do Direito. Nosso enfoque os concebe como sujeitos de direitos em um mundo social, perpassado por mudanças paradigmáticas. O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, traz em seu interior, para a sociedade brasileira, a concretude oficial dessa mudança.

Para o desenvolvimento deste estudo, temos como fundamentais as categorias adolescência/juventude e violência as quais, analisadas em si e de per si, não dariam conta da essência de nossa intenção. Por esta razão elas serão constantemente remetidas ao contexto social, político e econômico brasileiro. Seria incoerência considerar teorias descoladas da teia de relações que formam o arcabouço da compreensão dos fatos. Ou nas palavras de Rubem Alves: “... o que o cientista deseja não é o rol dos fatos, mas sua integração num esquema teórico explicativo”. (2000, p. 141). Assim, além destas categorias outros conceitos terão papel preponderante na construção do arcabouço teórico deste trabalho tais como: ato infracional e políticas públicas.

2.2. Juventude: conceitos e significados

*Acredito nos jovens à procura de caminhos
novos*

Cora Coralina, Eu Creio.

Podemos afirmar que, embora havendo, em nossos dias, uma rica produção em estudos sobre a adolescência, muito ainda há que se discutir e pensar sobre o tema, ainda mais considerando que essa população desenvolve sua identidade inserida em um contexto histórico e social amplo,

onde as relações sociais são construídas de forma dinâmica e, em nossos tempos, de forma até muito veloz. Assim, tratar sobre adolescência é tarefa instigante que nos desafia a um constante olhar inovador e, acima de tudo, desprovido de preconceitos, pois se trata de uma parcela da sociedade muito especial, no sentido de que tem características próprias sob o ponto de vista cronológico, bem como é bastante susceptível às determinações do movimento dinâmico das relações sociais mais gerais, por sua vez, determinadas historicamente.

Para efeitos deste estudo, vamos considerar os termos *juventude* e *adolescência* como sinônimos, tomando por base as *Regras mínimas das Nações*

*Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade*²⁹ - que define como jovem “uma pessoa de idade inferior a 18 anos” e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que considera adolescente “(...) a pessoa entre doze e dezoito anos de idade”³⁰ Nessa perspectiva, usaremos os termos jovem e adolescente com o mesmo sentido, embora como já fizemos referência anteriormente, o local da pesquisa atenda também a jovens com mais de dezoito anos.

Sobre a infância e a adolescência temos a obra clássica do francês Philippe Ariès (1981) que além de situar historicamente a evolução desse segmento populacional problematiza sua inserção gradativa na sociedade ocidental. Esse estudo indica que a sociedade tradicional não valorizava a criança tampouco o

adolescente, categorias que, inclusive, demoraram muito mais a povoar o interesse dos estudiosos. A passagem da criança na sociedade e na própria família, além de breve, caracterizava a pouca importância que lhe era atribuída àquela época.

Na Idade Média vivia-se uma ausência do sentimento da infância, fase que ficava restrita à sua dependência dos adultos. Aos primeiros sinais de

²⁹ In VOLPI, Mário (org.). *Adolescentes Privados de Liberdade: A Normativa Nacional e Internacional&Reflexões acerca da responsabilidade penal/FONACRIAD*. – São Paulo: Cortez, 1997.

³⁰ ECA- Livro I- Parte Geral, Título I – Das Disposições Preliminares. Art.2º.

maior autonomia, as crianças eram logo misturadas ao mundo dos adultos, participando de suas relações mais específicas e construindo, a partir desse contato direto, sua aprendizagem. (Ariès, 1981)

Até o século XVIII, a adolescência foi confundida com a infância. Essa ambigüidade entre infância e adolescência se contrapunha à categoria da juventude. Na Idade Média também, não havia lugar para a adolescência. Pode-se compreender, pois, que essas pessoas eram desvalorizadas enquanto tais. Era como se criança e adolescente não fossem sujeitos, não tivessem pensamento, idéias e vontades próprias, tudo advinha dos adultos.

De fato, a idéia de adolescência tal como a temos na atualidade, como uma categorial social construída em contextos sócio-históricos diferenciados (Pinheiro, 2001) e que se baseia fundamentalmente pelo princípio de que adolescente é pessoa em desenvolvimento e por isso mesmo com peculiaridades próprias da fase, não existia até a Idade Moderna e, segundo Ariès, essa idéia demoraria a aparecer. Ainda no século XVIII, duas personagens sugerem, mesmo que de forma incipiente, a idéia de adolescência: uma personagem literária, o Querubim, e uma outra social, o Conscrito (Ariès, Op. cit. p. 46).

Já na Idade Moderna, tem-se que o primeiro adolescente típico foi o da música de Wagner, Siegfried. Para Ariès, essa música “(...) pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência”. (Ariès, Op. cit. p. 47).

O autor vai afirmar que: “Tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVIII, a ‘infância’ do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX “. (Idem, Ibidem. p. 48).

Nessa lógica da importância gradual que foi sendo dada às fases da infância e da adolescência, o olhar controlador sobre esse segmento foi gestado na visão higienista dos médicos, primeiros profissionais a direcionar ações mais específicas à população infanto-juvenil. Época em que a família passava a ocupar um novo espaço distanciado da esfera pública, ou seja, a

casa, como novo espaço privado reservado aos membros da família, sem a presença de intrusos.

As “ciências comportamentais” e a “medicina doméstica” adquirem papel fundamental nas relações familiares, principalmente, no tocante às crianças e adolescentes: em sua educação, saúde, higiene, corpo, sexualidade.

Dessa forma, a escola, pode ser considerada, historicamente, como a instituição de intervenção social sobre crianças e jovens que as “(...) isola do convívio promíscuo com os adultos, marca neles uma condição diferenciada (que justifica seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submete o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição)”. (Groppo, 2000: p. 57)

Ainda sobre a construção histórica da categoria juventude, esse autor afirma que a psicologia dos séculos XIX e XX cria o conceito de adolescência como ‘função de maturação do indivíduo’. Tal conceito, na sociedade capitalista, tornou-se referência central das demais ciências humanas para a constituição do objeto ‘juventude’. Acrescenta que, para a psicologia moderna: “a idade juvenil ou ‘adolescência’ é uma fase de preparação psicossocial para a idade adulta e a sociedade, fase da definição de uma identidade e de uma individualidade”. (Idem, *Ibidem*. p. 60-61).

Quando pensamos em adolescentes nos nossos dias, temos a tendência a assumir um referencial adultocêntrico (centrado no mundo dos adultos) construído naturalmente a partir de nossas heranças históricas de formação societal e do papel dos adultos na formação de crianças e jovens. Dessa forma, é comum nas relações entre adultos e adolescentes haver sempre uma dimensão de desigualdade, pois parece que o mundo só funciona na lógica adulta. Essa assimetria acaba por criar distanciamentos entre as gerações. Podemos compreender a construção desse olhar ao longo da história da sociedade brasileira³¹, por isso mesmo, atentamos par o fato de que, a partir daí, os equívocos podem ser enormes, tanto em nível das relações sociais, quanto em nível mais genérico das análises sobre esses

³¹ Sobre esse assunto ver: PINHEIRO, A.A.A., 2001 e SAFFIOTI, H.I.B. In: AZEVEDO e GUERRA, 1989.

grupos. “Por essa razão, jovens e adolescentes no Brasil são considerados ou foram considerados, até muito recentemente, sujeitos sem fala, sujeitos cuja vontade era expressa através da vontade dos adultos.” (Adorno, 2002: p. 101)

Os adolescentes buscam uma identidade e uma identidade original, singular e única. Nessa fase, eles são o próprio espelho, vivem uma paixão narcísica (Lins, 1997). Assim, o que vem dos adultos parece não ser confiável, as únicas verdades são as dos iguais, dos grupos, bandos, galeras. É essa distância natural que pode ser aprofundada pelo mundo adulto com suas normas e leis pré-concebidas que culminam por causar um estranhamento nos jovens em relação a esse mundo.

Como afirma Groppo: “A juventude como ‘estágio em que o indivíduo cria sua identidade’ faz parte de uma série de saberes empíricos e ciências, que nos levam ao moderno conflito entre o papel social oficialmente outorgado à juventude e os comportamentos juvenis desviantes” (2000: p. 69).³²

Percebemos então todo um movimento da sociedade científica em geral, voltado para a compreensão e a solução de problemas em razão das juventudes manifestarem comportamentos, estilos de vida diferenciados, e até incompatíveis, com os padrões de valores da sociedade moderna.

Françoise Dolto afirma que:

A adolescência é uma fase de mutação tão significativa quanto os primeiros quinze dias do recém-nascido. Fase esta em que o adolescente, agora no mundo do simbólico propriamente dito, sente-se oprimido num contexto avesso às suas inquietações e, ainda, onde se constitui como objeto de questionamento por parte dos adultos. (Apud Danziato, 1998: p. 20)

³² Segundo esse autor esses saberes e ciências humanas são: moralistas e reformistas educacionais do século XV ao XIX e depois, a psicologia moderna, a criminologia, a pedagogia, a psicanálise, a sociologia e outras.

Os sentimentos chocam, em via dupla, aos adultos e aos próprios adolescentes. A desarrumação nas idéias próprias se contrapõe à “arrumação” das idéias impostas. Céticos e críticos, os adolescentes protestam contra a ordem estabelecida, contra os modelos encontrados e acreditam serem os salvadores do mundo.

Sabemos que a relação entre o ideal e o real constitui-se uma problemática no âmbito das ciências humanas em geral. Assim, a compreensão mais real sobre adolescência é aquela considera essa fase como repleta de conflitos, descompassos e problemas, e portanto, longe do ideal de uma transição perfeita da infância para a idade adulta. No entanto, o que temos na realidade é o ideal da psicologia moderna e de outros saberes científicos que emitem inúmeras prescrições sobre a educação ideal, a socialização ideal, o comportamento adequado dos pais, professores, psicólogos, médicos, etc. (Groppo, 2000).

Nessa perspectiva, o autor supracitado afirma:

o ideal da perfeita ou quase perfeita adolescência levou, e ainda leva, inúmeros profissionais das ciências humanas e das instituições disciplinares a perceberem as diferenças, os descompassos, as contradições e os conflitos das juventudes reais em relação à identidade adulta ideal ou padrão como “infuncionalidades”, “inadaptações” ou “problemas”. (Idem, *Ibidem*, p. 64-65)

Mudanças, transformações, críticas, negação, contestação são alguns elementos que dão o tom dessa fase. Tudo indica que há um certo descompasso entre o que se era, e ainda é, e o que virá a ser, ou já se é em algumas vezes. É uma espécie de “indecisão subjetiva” acompanhada de uma “incerteza social”.³³ Assim, num movimento de desconstrução, construção e reconstrução de sua identidade, subjetividade, inserção no mundo dos adultos sem, de fato, ter chegado a essa fase, vai o adolescente trilhando caminhos

³³ Expressões utilizadas por Oliveira (2001).

nunca dantes percorridos, descobrindo e inventando outros, negando outros tantos, num verdadeiro turbilhão de sentimentos e emoções.

Esse descompasso pode acarretar insegurança, medo, rebeldia, agressividade. Essa inconsistência, por sua vez, parece alimentar o olhar ameaçador do mundo adulto. Contraditoriamente, esse mundo dos adultos também, parece ser ameaçado pelo movimento muito próprio e pelas inquietações dos adolescentes, no sentido de que eles podem, de fato, desestabilizar o que está posto.

Para Daniel Lins,

A adolescência é um movimento de passagem relativamente violento. É uma prova mediante a qual é necessário ou passar ou ficar (permanecer). Igual a uma mudança de pele, é o momento durante o qual deve-se deixar sua pele velha antes que ela não se torne estreita demais ou que corra o risco de se rasgar a todo instante. Momento de uma alternativa, de uma expectativa, que se assemelha muitas vezes a um grande mergulho. É uma espécie de renascimento de si que oscila entre criatividade e destrutividade. (Lins, 1997: p. 2).

Nessa fase, uma das mais frágeis e mais confusas da existência, a busca por uma identidade única, singular é quase frenética. Além do mais, o impulso violento natural dessa fase pode ser canalizado para o positivo ou criativo, nas palavras do autor.

Em meio a tantas transformações na sociedade, encontram-se os adolescentes mergulhados em suas próprias transformações. Glória Diógenes que estudou jovens, galeras e gangs, afirma: “A juventude simboliza a idéia do novo, o estágio de vida referente à passagem do mundo da infância para a fase adulta, ou seja, o signo das transformações (...)” (1998: p. 27).

Luís Antônio Groppo define juventude, como uma categoria social e defende que a partir dessa categoria pode-se ter uma melhor compreensão da

modernidade, no tocante à formação e funcionamento das sociedades modernas, suas características e transformações. Nesse sentido, justifica:

Acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não-institucional, etc. (2000: p. 12).

Para o presente trabalho importa a análise desse autor porquanto ele nos chama a atenção para a existência de grupos sociais concretos, inseridos em realidades específicas, com características diversas em relação à classe social, etnia, religião, gênero, mundo urbano ou rural, etc. Tal análise nos indica que os jovens que estão cumprindo medida de internação têm suas particularidades quanto ao contexto no qual estão inseridos. Nas palavras do autor:

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social -, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero. (Idem, Ibidem. p. 15).

O que nos parece muito significativo é a visão do autor de que as experiências de juventude podem ser diversificadas – tanto que utiliza o termo “juventudes” – e faz referência à questão de classe ao afirmar que historicamente a juventude, bem como a infância, foi primeiramente

experimentada nas classes burguesas e aristocratas. Só depois é que se tornou um direito³⁴ das classes trabalhadoras. No entanto, cabe destacar que, para além do direito de classe, a juventude foi concebida como direito humano na modernidade.

Na sociedade moderna, os direitos humanos são o discurso formal da justiça, convertendo, pelo menos em nível teórico, todos os indivíduos em iguais. “Desse modo a juventude, suas respectivas atribuições e cuidados seriam um direito de todos os indivíduos que se encontram neste período de desenvolvimento humano. Um direito que seria de todos, não importando a classe ou o estado social” (Groppo, Op. cit. p. 72).

No entanto, a despeito do discurso formal do ideal igualitário e democrático, o que temos na realidade social são as diferenças e desigualdades nas estruturas de classe, nas estratificações sociais, nas etnias, nas culturas e até nas relações de gênero, o que certamente concorrem para não impedir, limitar o exercício dos direitos.

Nesse sentido, voltamos à questão do ideal e do real, pois, se a sociedade moderna expressa o ideal de igualdade e justiça mas se constitui no real como um sistema de classes, estratificado, que cria e reproduz as desigualdades sociais, temos aí pistas para a compreensão das “juventudes desiguais” que compõem a sociedade brasileira. Poderíamos pois afirmar que, historicamente, a adolescência, como fenômeno ocidental moderno, não constitui somente um evento universal ou meramente biológico. Ao contrário, só pode ser definida a partir de certas condições culturais (Oliveira, 2001: p. 34).

Nessa perspectiva, por tratar-se de categoria que só mais recentemente tenha se tornado objeto de estudos mais aprofundados, uma vez que insurgida na modernidade, necessita ser, constantemente, remetida tanto ao contexto histórico diversificado de épocas anteriores e em constante mutação, como ao que temos vivido atualmente. Importa-nos, portanto, compreender a vida dos

³⁴ Interessante essa abordagem de juventude como “direito”, exercer o direito de ser jovem de estar jovem. Certamente vem ao encontro dos estudos anteriormente citados quando a infância não representava nenhum valor para a sociedade, o que acontecia também em relação aos adolescentes e jovens (categorias que vieram surgir com o desenvolvimento da sociedade tradicional).

adolescentes autores de crime de homicídio, considerando o contexto político, social, econômico e cultural no qual estão inseridos.

Este argumento remete a uma reflexão sobre o reavivamento recente do interesse por questões referentes à juventude brasileira nos mais variados espaços da sociedade, como universidades, instituições de saúde e de educação, organizações governamentais e não governamentais e até nos meios de comunicação. Com relação a estes últimos, convém lembrar que seu papel é, apesar de fundamental no conjunto das relações sociais, bastante contraditório, pois ora coloca o jovem como importante personagem dos ditames do consumo, ora o ressalta como protagonista da violência nos centros urbanos, quando, na verdade, poderia constituir-se instrumento por excelência para o fortalecimento da cidadania juvenil.

Ângela Pinheiro nos chama atenção também para o fato de que, por tratar-se de uma categoria socialmente construída, em nossa complexa e desigual vida social brasileira, ainda convivemos com o sentido do termo menor, utilizado, de forma estigmatizante, para designar crianças e adolescentes das classes empobrecidas ou em “situação irregular”, de acordo com o antigo Código de Menores. Este sentido ainda hoje é transmitido pela mídia.

Assim, segundo a autora:

A abordagem da criança e do adolescente pelo seu lugar social, nos dicionários especializados consultados, é feita, de forma discriminatória, pelo termo *menor* para designar crianças e adolescentes vitimados pela marginalização, no sentido de sinalizar a sua posição de carente e/ou desviante, associada à noção de perigo à sociedade. É sempre uma definição pela negativa, pelas faltas que lhes são inerentes. (2001: p. 20).

Parece ser nessa ótica que ainda assistimos constantemente imagens³⁵ distorcidas, principalmente dos segmentos mais empobrecidos da população, sobre a juventude e a prática de violência divulgadas pela mídia, sobretudo, na televisão³⁶, muitas vezes agravando situações que os próprios meios de comunicação poderiam ajudar a minorar através da informação fidedigna e da verdade dos fatos. É comum a formação de opiniões, mesmo em nível do senso comum, sobre a responsabilidade dos jovens no aumento da violência dos grandes centros urbanos. A seguir uma reflexão que referenda nossas afirmações:

Ao contrário do que normalmente se pensa, essa sofisticadíssima manipulação de consciências e desejos não seria possível apenas com os recursos das ciências exatas, que constróem os meios de difusão e captação das mensagens por milhões de pessoas. Ela envolve também a mobilização das ciências humanas – a psicologia, a sociologia, a estatística aplicada -, para criar mecanismos de convencimento que operam de forma cada vez mais subliminar, isto é, sem passar pela razão. Tudo desemboca na mídia, a indústria-chave da nossa época.³⁷

Não podemos deixar de perceber que temos assistido nos dias de hoje a uma “onda” de violência manifestada em ações praticadas por jovens que parecem banalizar a vida. Grande parte das manifestações destas manifestações— não aquela violência positiva "inerente e necessária ao processo da construção do adolescente" como afirma Daniel Lins (1997: p.1), — estão, de fato, pondo em risco a pessoa física de terceiros e a deles

³⁵ Marc Augé nos traz uma instigante reflexão sobre as transformações aceleradas no mundo contemporâneo que chama de ‘supermodernidade’, onde imagens de toda espécie são produzidas por satélites. Nesse sentido afirma que: “a imagem (...) exerce uma influência, possui um poder que excede de longe a informação objetiva da qual é portadora.”

³⁶ Segundo Inês Sampaio, “a televisão pela sua relevância e centralidade indiscutíveis para a compreensão do processo de tematização pública da realidade na sociedade brasileira e pela riqueza de seus recursos técnicos em relação às outras mídias, os quais lhe conferem um lugar privilegiado numa reflexão acerca das formas contemporâneas de comunicação”. (2000: p.17).

próprios. Tal argumentação se baseia no número de adolescentes que têm cometido atos violentos contra pessoas, conforme as estatísticas da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) apresentadas no capítulo anterior.

Os jovens que cometeram crimes de homicídio e, que por isso, estão cumprindo medida de internação, via de regra, apresentam baixa escolaridade, nenhuma qualificação profissional, e, portanto, poucas perspectivas de inserção no mercado de trabalho, depois do cumprimento da pena. O trabalho, entretanto, é sempre apontado, pela maioria dos entrevistados, como o caminho mais viável para sua futura inserção social.

"Marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os 'excluídos' por excelência". (Forrester, 1997, p.57-58). Esses adolescentes parecem querer dar uma resposta a essa trama da sociedade que lhes exige inserção no mercado de trabalho embora o projeto político dessa sociedade venha cerceando as possibilidades de trabalho para milhares de jovens no mundo todo. Tentam imprimir sua marca nesta sociedade que lhes criou e lhes exclui de tal forma que registre sua identidade, que afirme suas presenças, que confirme suas vidas.

Convém destacar, de antemão, a marca diferenciada da desigualdade de condições de existência e de perspectivas de vida futura entre os jovens das classes pobres e os das classes médias e alta inseridos nas profundas desigualdades sociais características da sociedade brasileira. Assim, gostaríamos de registrar uma reflexão muito instigante que nos traz Ângela Pinheiro sobre as "representações sociais"³⁸ que traduzem desigualdades no interior do universo da infância e da adolescência:

- Há crianças e adolescentes cujas famílias e/ou responsáveis são capazes, podem suprir suas necessidades de sobrevivência, dispõem de meios sócio-econômicos para tal, enquanto outras crianças e adolescentes, não: dependem, para a preservação de suas vidas, de mecanismos públicos ou privados, de proteção social;

³⁷ BENJAMIN, César [et alli.] *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

³⁸ Sobre a conotação dessa categoria referente à população de crianças e adolescentes no Brasil, consultar a obra citada: PINHEIRO, Ângela . (2001)

- há crianças e adolescentes cuja inserção social permite prever que serão adultos produtivos, que estarão engajados no desenvolvimento da Nação, e que ocupam o lugar social que lhes é destinado – de filho(a), de estudante, sem evidenciar comportamentos que perturbem a ordem estabelecida, enquanto outras crianças e adolescentes, não: necessitam de ser engajados em práticas sociais que previnam comportamentos delinqüentes que as crianças e os adolescentes possam cometer, e que os preparem para funções produtivas subalternas, que contribuam para o desenvolvimento da Nação;
- há crianças e adolescentes que não manifestam comportamentos que possam subverter a ordem estabelecida, que não representam perigo para a ordem social, que não ameaçam o funcionamento da sociedade, enquanto outras crianças e adolescentes, sim: a eles é atribuído o cometimento de atos infracionais, e, como tal, precisam de ser reprimidos em suas ações, punidos por tê-los cometido, confinados para que deixem de representar um perigo, uma ameaça para a vida social. (2001: p. 46)

Concluimos, portanto, como já afirmou Groppo, que na sociedade brasileira existem infâncias e infâncias, adolescências e adolescências, dependendo de sua inserção nos, não só diferentes, mas desiguais, contextos.

Como neste trabalho, o ângulo sobre o fenômeno da violência que vai nos importar, em razão da nossa temática de estudo, é a violência cometida por adolescentes, no próximo tópico buscaremos uma maior aproximação com suas tentativas de explicação.

2.3. A violência em suas multiplicidades de forma e sentido.

A paz invadiu o meu coração

De repente me encheu de paz

Como se o vento de um tufão arrancasse meus pés do chão

Onde eu já não me enterro mais

A paz, fez o mar da revolução

Invadir meu destino, a paz

(A Paz, Gilberto Gil/João Donato)

É a violência praticada por pessoas jovens que nos deverá remeter a uma reflexão para além das aparências: por que pessoas tão jovens, com tão pouca experiência de vida são capazes de cometer atos até cruéis contra outras pessoas?

A violência da qual nos falamos insistentemente os meios de comunicação, que de alguma forma nos rodeia, nos espreita, nos atemoriza, da qual de algum modo somos ou fomos vítimas e que de algum modo relaciona-se indiretamente com a violência que estamos tomando como objeto de curiosidade, não será aqui retratada em seus pormenores.

Para Saffioti (1997), a violência é um comportamento aprendido. Crianças vítimas de violência apresentam maior probabilidade de se tornar adultos mais violentos que as não-vítimas. Se considerarmos as diversas modalidades de violência, é provável que esses adolescentes que cometeram ato infracional grave tenham, em suas curtas histórias de vida, esse potencial de comportamento aprendido, considerando a miséria, os conflitos familiares, a exclusão, a falta de oportunidade de acesso a bens e serviços da sociedade, bem como a falta de perspectiva futura.

Pelo que temos assistido em nossa sociedade, onde cada vez mais o número de adolescentes envolvidos com o fenômeno da violência aumenta, embora como já nos referimos, o número de crimes cometidos contra jovens seja incomparavelmente maior, podemos afirmar que não parece só um comportamento aprendido, e sim mais que isso: trata-se de um comportamento às avessas do padrão moral e ético da “normalidade”, do padrão que a sociedade de consumo, contraditoriamente, impõe. Dizemos contraditoriamente pois tudo o que se lhes impõe como condição de cidadania jovem lhes é dificultado, não acontecendo o acesso na vida real: fala-se de necessidade de estudo e não se oferece uma escola de qualidade, que agrade aos jovens minimamente; fala-se da imperiosidade do trabalho como condição não só de sobrevivência mas como condição de cidadania e cada vez menos existem ofertas de trabalho; fala-se de sexo seguro e a programação dos meios de comunicação só incentiva a sexualidade precoce sem qualquer indicação de segurança (veja-se como exemplos emblemáticos as novelas da

emissora Globo e especificamente um programa para adolescentes chamado Malhação).

Embora não possamos considerar que exista uma relação única de causa-efeito entre a pobreza e a violência, não podemos descartar a premissa de que a violência cometida pelos adolescentes, objeto deste estudo, possa ter alguma relação com a situação sócio-econômica e cultural da sociedade brasileira. Como exemplo, podemos afirmar que nos Centros Educacionais as estatísticas³⁹ demonstram que, via de regra, inexistem a presença de jovens procedentes das classes médias e ricas.

De fato, o fenômeno da violência tem sido foco de grande preocupação nas sociedades contemporâneas. Cabe assentir contudo que este não é um fenômeno próprio das sociedades modernas, pois, pelo desenvolvimento da história da humanidade temos registros de guerras entre os homens desde os primórdios da civilização. Um breve resgate histórico sobre a violência nos parece pertinente para que possamos situar o fenômeno para além do que as aparências dos fatos nos têm demonstrado

Na Bíblia, no Antigo Testamento, Livro de Gênesis, são várias as passagens que fazem referência a guerras e disputas entre os povos e até as chamadas guerras santas, ou em nome de Deus. No versículo 8:4 consta o primeiro assassinato da história do povo cristão, o assassinato de Abel por seu próprio irmão, Caim.

Para Zaluar, desde os primórdios das sociedades humanas, os homens manifestam a capacidade de destruição mútua através do uso da violência.

A violência não surge na história dos homens com a exploração, a dominação ou a miséria que conhecemos nas sociedades modernas. A violência não surge na história. Sempre esteve dentro dos homens. Em todas as sociedades, em todas as épocas, em todos os recantos do mundo, existem manifestações da agressividade

³⁹ Estatísticas da Delegacia da Criança e do Adolescente(DCA)-2001-2002 e Estatísticas da Unidade de Recepção e Triagem Luís Barros Montenegro-2001.

potencial dos homens contra seus semelhantes. (1996: p. 9).

Trazendo essa análise das sociedades tribais e seus modelos de guerra e paz, pensamos nas sociedades modernas que lançam sobre aquelas um olhar de espanto e desaprovo parecendo não se dar conta das perversidades imputadas a seu povo através da fome, da miséria, das desigualdades sociais, perfeitamente comparáveis aos aspectos de violência e irracionalidade das sociedades tribais tão distantes do homem moderno.

Anthony Giddens discorrendo sobre o que ele denominou o lado sombrio da modernidade, chamou o século XX de “o século da guerra”, em função dos conflitos militares que culminaram com um número de mortes mais elevado que nos dois séculos precedentes, afirma:

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isso tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. ([s.d] : p.19).

Hannah Arendt nos traz uma instigante reflexão sobre a violência em contraposição com o poder, o que possivelmente contraria a tendência em atribuir a manifestação da violência como uma forma de exacerbamento de poder. Ao contrário disso, para ela,

o poder – que é inerente a qualquer comunidade política – resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. É a desintegração do poder que enseja a violência (...).” (2001: p. 8).

Segundo essa autora, a violência que destrói o poder perpassa significativamente a vida no século XX e tal fenômeno se daria em função da

(...) severa frustração da faculdade de agir no mundo contemporâneo, que tem suas raízes na burocratização da vida pública, na vulnerabilidade dos grandes sistemas e na monopolização do poder, que seca as autênticas fontes criativas. O decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência. (Ibidem, Idem, p. 9)

Essa reflexão nos remete a pensar sobre as relações estabelecidas na sociedade, nos dias atuais, quando assistimos freqüentemente cenas de total incapacidade de agir, ou por não poder ou por não querer, de nossas instituições de segurança, por exemplo.

Quanto à relação de poder e violência, Glória Diógenes observa que: “(...) assim como o poder, a violência não apenas diz ‘não’, mas evidencia demandas sociais de reconhecimento de diferenças, formação de redes de sociabilidade e de ‘micropoderes’, de práticas de ‘solidariedade fechada’, deixando muitas vezes atrás de si, marcas de sangue e lágrimas”. (1998: p. 89).

Diante desses estudos sobre a violência em suas variadas formas de expressão, vamos concordar que há que se lançar um novo olhar sobre o fenômeno, um olhar que “transcenda os discursos de natureza essencialmente denunciatórios, restritos a uma visão fincada na matriz destrutiva do fenômeno da violência” (Diógenes, 1998, p. 75) já que nessa “supermodernidade sombria”, utilizando expressões de Marc Augé (Capítulo 1) e de Antony Giddens, estamos tendo que conviver com isso e importa buscar compreender os sinais da contemporaneidade manifestados no seio de nossa sociedade.

Além disso, há um elemento bastante significativo a que Glória Diógenes chamou de “violência vinda de fora” que denuncia o olhar que aponta a violência como algo exterior, alheio, “do outro”, dando às análises sobre o fenômeno uma visão que “(...) tem se alicerçado na crença que a ordem e o

equilíbrio são estados a serem atingidos em sua plenitude, sendo muitas vezes dificultadas por práticas incentivadas de violência.” (Idem, *Ibidem*. p. 77)

Nesse sentido parece claro então a visão linear e direta da sociedade como um todo sobre a violência cometida por adolescentes em nossas cidades. Essa visão exterior dos que não cometeram, “nem cometem” violência determina a posição de estranhamento e conseqüentemente de um profundo distanciamento, como se a violência só perpassasse a vida do “outro”.

A violência que estamos tratando neste estudo é a violência cometida por adolescentes contra a pessoa humana, o ato em si, uma manifestação interpessoal diferente da violência difusa, por exemplo, da violência estrutural e da violência urbana. Essa violência que tem povoado o imaginário popular, mas não só, que tem movido corações e mentes de intelectuais, pesquisadores, juristas, dirigentes de Estado. Esse mesmo movimento que nos moveu a nos aproximar desses jovens que estão cumprindo medida judicial por terem cometido crimes de homicídio no intuito de entender as razões que os levaram a cometer tais atos violentos, para irmos além do que a mídia teima em banalizar e que o senso comum insiste em referendar.

2.4. Quando se cruzam a Violência e a Juventude

*Eu pensei em mim
Eu pensei em ti
Eu chorei por nós
Que contradição só a guerra faz nosso amor em paz
(A Paz, Gilberto Gil/João Donato)*

A despeito das aparências em relação aos delitos, construídos em parte no registro das instituições oficiais e, em parte por sua visibilidade e divulgação, estudos⁴⁰ têm comprovado o equívoco da proposição que associa o fenômeno da criminalidade ao da marginalização⁴¹, fato comum e possível de

⁴⁰ Veja-se o trabalho de Leda Schnider: *Marginalidade e Delinqüência Juvenil* (1987), onde a autora faz cuidadoso estudo sobre as análises desses fenômenos a partir de vários enfoques teóricos.

⁴¹ Marginalização aqui entendida no sentido sociológico de estar à margem dos bens e serviços da sociedade.

acontecer no imaginário da população, como nos tem comprovado a manifestação da opinião pública em programas de rádio e televisão ou mesmo em alguns espaços de jornais.

O que ocorre em nossa sociedade é que a definição do que seja crime “é utilizada para diferenciar o criminoso ‘oficial’ de tantos outros que violam a lei sem se tornarem ‘legalmente’ criminosos, embora o comportamento de ambos seja idêntico”. (Schnider, 1987: p. 89)

Estamos vivendo tempos de globalização em que se vê uma valorização do mundo jovem, tempos em que “a adolescência virou um ideal social, onde tanto as crianças quanto os adultos desejam ser adolescentes” (Oliveira, 2001: p. 38), muito disso imposto pela ação do mercado mediático em relação ao consumo. O que temos aí são jovens aparentemente iguais, dependendo de seu grupo específico de preferências musicais, estéticas, esportivas e outras, o que se costuma chamar de “tribos” na contemporaneidade (como os rockeiros, os playboys, os pagodeiros, os funkeiros os skatistas, etc.) mas bem diferenciados a partir dos estereótipos que, em última instância, são construídas a partir da divisão das classes sociais.

Dessa forma concordamos que, “como o estereótipo combina atributos de raça e classe social, são maiores as probabilidades que os indivíduos de cor, status socioeconômico baixo sejam enquadrados no estereótipo e sofram tratamento discriminatório mais severo.” (Schnider, 1987: p. 89). No Brasil nos deparamos com uma forte contradição uma vez que, com uma identidade demográfica composta em sua maioria de negros e mestiços, a mídia que, em última instância, atende às demandas do capitalismo contemporâneo (leia-se consumo) veicula uma anti-realidade, uma espécie de surrealismo brasileiro, pois são os jovens louros, atléticos e lindos que estão na mídia. Estes, de fato, pouco representam ou se identificam com a grande maioria da juventude brasileira. Essa contradição reforça o que enfocamos acima sobre o estereótipo, quer dizer : no imaginário ou nos mais profundos esconderijos do nosso inconsciente, associamos criminalidade à marginalização, delinquência à pobreza.

Assim, os jovens moradores das periferias de nossa cidade, negros ou pardos, por mais estilos e roupas de marca que possam apresentar, numa tentativa crucial de inclusão⁴², parecem ser sempre relacionadas ao cometimento de infrações, embora sem ter tido qualquer de envolvimento com atos ilícitos ou delinqüentes.

Nesse sentido, há que se refletir que, a despeito do que possa estar posto, nem sempre a violência juvenil é praticada pelos jovens pobres das periferias. Isto inclusive, vem sendo comprovado por estudos bastante atualizados, como por exemplo o de Júlio Warselfisz, numa pesquisa realizada com jovens de Brasília, onde alguns pais afirmam que jovens de classe média assumem o papel de assaltante só para 'se divertir'. (Warselfisz,1998).

Um estudo mais antigo, datado do final da década de 80 nos parece ainda bastante atualizado ao afirmar: "(...) estudos revelaram que são os jovens de *status* socioeconômico mais elevado que violam as leis com maior freqüência e com maior gravidade". Comentando este resultado, diz Campos Coelho:

o que ocorre, e está refletido nas estatísticas oficiais, é que as pessoas de classe mais baixa não possuem as 'imunidades institucionais' das de classe média baixa e alta, e por isso têm mais probabilidades de serem detectadas, detidas, processadas e condenadas.(1987: p. 90)⁴³

Assim, não é de admirar que seja comum assistirmos no cenário cotidiano de nossa cidade jovens de 'estereótipo marginalizado' (negros, morenos, a pé ou de bicicleta, com roupas baratas, e sandálias), nos bairros nobres, sendo detidos e revistados por policiais muitas vezes sem nenhum flagrante delito.

⁴² Sobre esse assunto Carmen Oliveira afirma: "O consumo passa a ser signo de inclusão, mas também de destituição daqueles que são, potencialmente, não consumidores." (2001: p. 39)

⁴³ A citação da autora refere-se à Edmundo Campos Coelho. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: Revista de Administração Pública, v.12, abr-jun.1972:152.

Como afirma ainda Campos Coelho:

pouco importam os comportamentos efetivos. (...) não importa muito o que o marginal fez ou deixa de fazer, pois do momento em que ele é estigmatizado como um criminoso em potencial, começam a ser acionados os mecanismos legais (policia, tribunais, júris e autoridades penitenciárias) que farão com que a profecia se auto-realize. (Apud Schnider, 1987: p. 91-92)

Essa “profecia” para os pobres da sociedade brasileira é muitas vezes veiculada pela mídia e permeia o senso comum, que via de regra aposta na criminalização da pobreza.

Como numa espécie de mórbida torcida contra, nossos jovens estão expostos a essa sociedade que lhes exclui mas lhes cobra inclusão pela da educação, pela inserção no mercado de trabalho e pela via do consumo.

Quanto ao aumento da violência dos dias atuais que lhes imputam, cabe reafirmar que esses jovens são muito mais vítimas da violência explícita, gestada na complexa teia de relações sociais, numa sociedade onde convivem lado a lado expressões significativas de modernidade e de conservadorismo e atraso. São vítimas também da falta de políticas públicas dirigidas a eles pelo reconhecimento de seus direitos e respeito a sua condição da fase de desenvolvimento.

Loïc Wacquant referindo-se a essa tendência atual de atribuir aos jovens a responsabilidade pelo fenômeno da violência nos dias atuais e a prática punitiva que se sobrepõe a outras alternativas direcionadas a população juvenil, declara:

Quem, seriamente, pode de fato acreditar que prender algumas centenas de jovens a mais (ou a menos) mudará o que quer que seja no problema que insistem até mesmo em se recusar a nomear: o aprofundamento

das desigualdades sociais e a generalização da precariedade salarial e social sob o efeito das políticas de desregulamentação e da deserção econômica e urbana do Estado? (2001: p.70)

Prova incontestável dessa realidade são as estatísticas, referidas no capítulo anterior, que apontam os delitos de roubo e furto dentre os casos mais registrados na Delegacia da Criança e do Adolescente, aqui no Ceará. Assim, ao pensarmos em violência cometida por jovens cuja visibilidade real está nos registros da Delegacia especializada, devemos associar essa realidade ao cenário nacional campeão da concentração de renda, da exclusão social e das desigualdades sociais.

Há que se destacar ainda que “(...) os atos infracionais mais predominantes entre os jovens internos no Brasil são contra o patrimônio, atingindo 76% dos casos, sendo que apenas 19% correspondem a homicídios e latrocínios.” (Oliveira, 2001: p.228). Isso significa, portanto, que as infrações de natureza grave não são, ao contrário do que povoa o imaginário popular, as de maior ocorrência entre a população juvenil. Ademais, parece bastante significativo a reação contra o que representa a realidade desigual em que vivem, quando atingem o patrimônio público ou privado da sociedade.

Tem-se a impressão que existe uma intencionalidade nefasta em responsabilizar os jovens por situações em que são muito mais vítimas do que protagonistas e que, em última instância, finda por escamotear as condições de existência dessa população juvenil e sua associação com a violência na sociedade brasileira.

No próximo capítulo, daremos um enfoque na área das políticas públicas, fazendo o recorte apropriado para essa investigação no que concerne a políticas dirigidas aos jovens em conflito com a lei no Ceará. Além disso, discorreremos sobre o atendimento a esses jovens em unidade específica para o cumprimento de medida socioeducativa de internação.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS : A ação do estado no fenômeno adolescência x infração

3.1. Políticas Públicas: uma breve contextualização

*Quero um chefe brasileiro
Fiel, firme e justiceiro
Capaz de nos proteger
Que do campo até à rua
O povo todo possua
O direito de viver.*

Patativa do Assaré, Cante Lá que eu Canto Cá

No intuito de elaborar uma reflexão sobre as políticas sociais públicas voltadas para os jovens autores de atos infracionais faremos inicialmente uma breve contextualização histórica sobre o tema. Para tanto, nos apoiaremos em algumas idéias de autores cuja contribuição avaliamos como bastante significativa na análise da sociedade brasileira contemporânea.

Para começar, referendamos o conceito de Políticas Sociais usado por Asa Cristina Laurel, como sendo: "O conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem estar e os serviços sociais". (1995: p. 153).

Aqui consideramos, igualmente, importante acrescentar uma rápida abordagem sobre o significado de política pública no sentido de sua distinção do conceito de política estatal, por ser factível se fazer uma certa confusão sobre o real significado dessas duas categorias. Segundo Potyara A. Pereira (1994), no Brasil acostumou-se a utilizar o termo política social de forma genérica. Contudo, política social diz respeito a programa de ação que objetiva atender necessidades sociais da coletividade, com amparo legal, de modo a garantir direitos. Ela é um tipo de política pública dentre outras políticas e necessita da participação do Estado no planejamento e execução de procedimentos e metas que satisfaçam as necessidades coletivas.

Isto posto, a reflexão dessa autora nos parece pertinente e esclarecedora:

A palavra 'pública', que acompanha a palavra 'política', não tem uma identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res publica*, isto é, coisa de todos, e, por isso, algo que compromete, simultaneamente, o Estado e a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo e do mercado. (2001: p. 222).

Ademais o termo política nesse composto “política pública” significa: “[...] planos, estratégias ou medidas de ação coletiva, formulados e executados com vista ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais.” (Idem, *Ibidem*. p. 223). Finalmente conclui da forma como melhor podemos compreender: “Política pública significa, portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previsto nas leis.” (Idem. *Ibidem*. p. 223).

A natureza e identidade da política social têm se constituído a partir da construção e desenvolvimento do capitalismo, como estratégia de reduzir as desigualdades sociais geradas no seio desse modo de produção.

É mister assinalar que os principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista são o Estado, o capital e o trabalho. No longo período do pós-guerra, com a grande expansão do capitalismo, tais atores passaram por várias transformações no intuito de garantir o sucesso no mercado e na produção. Nesse sentido, era imperativo o equilíbrio do poder entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado.

Foi dessa forma que se constituiu o chamado regime fordista-keynesiano que, segundo David Harvey “... teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”. (1997 :119).

Ao Estado cabia, então, “(...) tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou

ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias”.(Idem, Ibidem: p.133). Só dessa forma, garantiria legitimação do seu poder.

Por exigência das próprias transformações do capitalismo, o Estado, uma vez que não é um ser abstrato, também vai tomando novas configurações, assumindo novos papéis, construindo novos poderes institucionais.

Vale ressaltar que essa situação se dava nos países capitalistas avançados, mesmo com regimes políticos distintos, como por exemplo na França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, mas tinham como pontos referencias o estado de bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle dos salários. No tocante aos países do Terceiro Mundo, longe de suas massas trabalhadoras terem acesso as decantadas maravilhas do fordismo, havia na verdade, uma profunda opressão, destruição das culturas locais e diferenciadas formas de domínio barganhados com padrão de vida e ofertas de serviço de baixa qualidade.

Em relação ao chamado *Welfare State* ou Estado de Bem –Estar, a política social difere substancialmente. O Estado de Bem-Estar desenvolveu-se a partir do pós-guerra, caracterizando um tipo de relação entre o Estado e a sociedade, para atender as reivindicações sociais da época que tinham, como objetivo, a extensão dos direitos sociais , a oferta universal de serviços sociais, o pleno emprego, além de assistência social contra a pobreza absoluta. Pretendia, assim, garantir um padrão mínimo de satisfação das necessidades humanas.

Nesse âmbito política social diz respeito a cidadania. Contudo , a política social instituída anteriormente, no século XIV não assegurava nenhum direito. Sua instituição foi motivada pelo medo da desordem social em decorrência do aumento da pobreza. Assim, não foi concebida como um dever do Estado. Não obedeciam a um planejamento de atenção social e a improvisação e versatilidade eram suas marcas.

A concepção de bem estar do século XX, do *Welfare State*, difere substancialmente na prática das políticas sociais que o antecederam. Para Fraser (Apud Potiara, 1994),

O *Welfare State* é um sistema de organização social, que procura restringir as livres forças do mercado em três principais direções: a) garantindo direitos e segurança social a grupos específicos da sociedade como crianças, idosos e trabalhadores; b) distribuindo de forma universal, serviços como saúde e educação; e c) transferindo recursos monetários para garantir a renda dos mais pobres em certas contingências, como a maternidade, ou em situações de interrupção de ganhos devido a fatores como doença e desemprego.

A consolidação do Estado no desenvolvimento dessas políticas públicas se deu no bojo de alguns acontecimentos a partir da década de quarenta: a segunda guerra mundial e o desenvolvimento do fascismo e do socialismo aliado à maior organização da classe trabalhadora.

O *Welfare State* é um fenômeno contraditório pois ao mesmo tempo que procura atender as necessidades básicas humanas, preserva a integridade da sociedade de mercado. Seu surgimento se deu após acirrados conflitos entre a lógica do mercado e as demandas das necessidades sociais sendo o produto do desenvolvimento de serviços sociais conquistados pela sociedade.

Um Estado de Bem- Estar assim denominado nem sempre significa efetivo Bem-Estar de seus cidadãos. Seu funcionamento varia de um contexto nacional para outro, não existindo uma forma única, variando com cada modelo do Estado. Nessa lógica, é mister colocar que a constituição de políticas sociais se dá de forma dinâmica e contraditória no interior das relações sociais históricas, traduzindo-se em fruto de interesses opostos no jogo das forças sociais.

Historicamente, a política social só passou a existir nas sociedades capitalistas a partir dos movimentos populares do século XIX, vinculada às revoluções industriais. Os primeiros países que inauguraram essa relação entre interesse do capital e demandas dos trabalhadores foram: Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e norte da Itália.

O pensamento de Evaldo Vieira (1992), nos indica que qualquer exame da política econômica e da política social deve fundamentar-se no desenvolvimento contraditório da história. Não se pode analisar a política social sem remetê-la à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, da transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrentes do processo de acumulação particular de capital. A política econômica e a política social relacionam-se intimamente com a evolução do capitalismo. Nesse sentido, pode-se afirmar que não tem havido política social desligada do processo de acumulação de capital, tampouco das reivindicações populares (lutas dos trabalhadores, movimentos sociais).

Um conceito bastante esclarecedor construído por Vieira, sinaliza que a política social não possui autonomia em si mesma tampouco o Estado a faz sozinho. Ocorre uma correlação de forças e de interesses norteadas por questões políticas bem como por questões jurídicas:

A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. (1992: p. 21-22).

Constituindo uma unidade, tanto a política econômica quanto a política social podem expressar mudanças nas relações entre as classes sociais ou nas relações entre distintos grupos sociais existentes no interior de uma só

classe. Através destas políticas, é possível evidenciar-se a ação do Estado no sentido do incentivo e ampliação do capitalismo em determinado país.

Laurel assinala que, na década de 90, nos países da América Latina, além do empobrecimento das populações trabalhadoras, há que se considerar também a inserção de novos grupos sociais na condição de pobreza. “Observa-se simultaneamente uma redução considerável nos gastos sociais, o que indica uma redução dos serviços sociais públicos (...)” (1995: p. 151).

Nesse contexto, vivemos na América Latina um evidente retrocesso social, posto que, as imposições das políticas de reajuste têm provocado verdadeiros desajustes para essas sociedades, tais como: queda nos salários, aumento do desemprego e de subempregos, redução nos serviços sociais públicos, deterioração das condições de vida da maioria da população. Sabemos que esse conjunto de elementos origina-se na crise econômica dos países do continente e é resultado da política neoliberal de ajustes estruturais. Daí decorre a crescente e alarmante polarização da sociedade entre pobres e ricos em todo o mundo.

Há que se observar que as políticas sociais no estado de bem-estar estavam consolidadas nessa base desde a fase do pós-guerra. No entanto, com a herança liberal que condiciona a proteção social à contribuição salarial e que culmina por provocar desigualdades sociais e de consumo, podemos entender que o neoliberalismo promove com suas políticas, como diz Laurel, uma acelerada redistribuição regressiva da pobreza.(Op. cit.166). Nesse sentido, os bens sociais, tais como, educação, saúde, etc. ficam submetidos à lógica do lucro.

Para entendermos melhor como o Brasil se insere nesse contexto, precisamos ter claro que o projeto político neoliberal traduz um novo padrão de acumulação capitalista. Trata-se de um novo ciclo de concentração do capital, dessa vez, nas mãos do grande capital internacional. Para lograr êxito, esse projeto necessita, como requisito político fundamental, destruir as instituições de bem-estar social e enfraquecer ou derrotar as classes trabalhadoras e suas organizações. No campo econômico, a exigência se dá em desestabilizar as

instituições públicas para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis.

Ao contrário do muito que já se propagou, o neoliberalismo não é antiestatal. Como bem disse Francisco de Oliveira:

(...) em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições. Dá-se, assim, o primado da política sobre todas as outras esferas, o que constitui um dos traços mais autoritários do capitalismo contemporâneo. (1995: p. 16).

Consideramos importante situar o Estado brasileiro no âmbito do continente latino-americano, pois uma localização geopolítica possibilita a devida contextualização de países com economias, conjunturas políticas e culturas semelhantes e, principalmente, no que diz respeito às relações políticas e econômicas no cenário internacional. Segundo Alba Pinho de Carvalho:

(...) no cenário da modernização capitalista, os países latino-americanos vêem-se às voltas com um duplo desafio: ajustar-se à nova ordem mundial, num processo de acirrada concorrência, dentro de um padrão de produtividade intensiva; responder a grave questão social, encontrando alternativas de vida para uma parcela significativa de suas populações, imersa na fome e na miséria. (1994: p. 57-58).

A chamada crise no Estado brasileiro não é recente, na verdade esta crise vem se delineando desde o período pós-30 quando o Estado institui sua dinâmica a serviço do capital e dos interesses da burguesia: um estado

intervencionista, que assumiu o ônus do desenvolvimento e um Estado desenvolvimentista, privatizado.⁴⁴

Sabemos que no Brasil nunca houve, de fato, um Estado de Bem-Estar Social, “no sentido de ampliação da cidadania via políticas sociais compensatórias, enquanto políticas sociais amplas e abrangentes em termos da universalização dos chamados direitos sociais”. (Carvalho, 1994: p. 59). Ao contrário, o que se viu ao longo da história política brasileira foi um Estado que privilegiava os interesses do capital em detrimento dos interesses do trabalho. Nessa lógica, vimos assistindo a uma minimização do Estado a partir da crescente e concreta restrição de fundos públicos para financiamento das políticas sociais. (Idem, *ibidem*. p. 61).

No cenário político atual, temos assistido no Brasil, com o advento do neoliberalismo — “o liberalismo econômico revisitado e adaptado aos tempos atuais do capitalismo globalizado e da produção flexível” (Pereira, 2001, p. 36), o predomínio da política econômica sobre a política social.

De fato, o Estado brasileiro através do discurso da parceria com a sociedade civil, da solidariedade entre os cidadãos, e do retorno ao voluntariado⁴⁵, expressa em uma real desresponsabilização de suas funções fundamentais em relação à sociedade como um todo. Sobre como esta situação vem ocorrendo na prática. Marilda lamamoto assim se expressa :

Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população Ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos. (1997: p. 6).

⁴⁴ Sobre a crise no Estado brasileiro ver CARVALHO, Alba Pinho (1994); SADER, Emir. GENTILI, Pablo- (orgs.) (1995); PEREIRA, Potiara, A. BRAVO, M. Inês (orgs.) (2001)

⁴⁵ Discurso muito utilizado nos governos FHC (1994-1998/1999-2002) e materializados através de alguns programas de governo na área dos direitos sociais como O Comunidade Solidária, os “Amigos” da Escola, etc.

A política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentado pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam base social para manter-se e aceita seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. No entanto, na atualidade, as repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são muito claras. Como afirma lamamoto:

Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do 'enxugamento do Estado' em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade.(1997: p. 20-21).

Contraditoriamente, podemos aludir que, em nenhum momento, a política social encontra tanto acolhimento como na Constituição Federal de 1988 (artigos 6,7,8,9,10,11): nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância e Adolescência e da Segurança. Define, especificamente, direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional ou sindical, de greve. O Capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), por exemplo, alude aos direitos sociais.

No entanto, em poucos momentos históricos da República brasileira (lembremo-nos da ditadura militar), os direitos sociais sofreram, tão perversamente, ataques da classe dirigente do Estado e dos detentores do poder econômico, como depois de 1995.

Não constitui nossa intenção investigar a questão do Estado brasileiro e as repercussões de sua atual crise fiscal⁴⁶ nas políticas sociais públicas, embora, consideremos fundamental pelo menos tocar na necessidade de uma

contextualização em níveis macros para uma melhor compreensão do ponto onde pretendemos chegar. A partir de agora passaremos a uma reflexão mais focalizada sobre as políticas públicas de atendimento aos jovens autores de atos infracionais no estado do Ceará.

Com relação às políticas direcionadas às crianças e aos adolescentes, também entendemos como de fundamental importância que elaboremos um breve resgate histórico de forma a situar a condição atual desse segmento populacional na sociedade brasileira da contemporaneidade. É o que procederemos no tópico seguinte.

3.2. Uma análise das políticas públicas para adolescentes

(...) Acho que acabar com as drogas e com a fome, dar mais empregos pras pessoas.

D.F., 17 anos (jovem interno no CECAL)

De acordo com um estudo realizado por Socorro Osterne, foi no ano de 1693 que se registrou, na história do Brasil, a primeira preocupação oficial com as crianças e os adolescentes. O governador do Rio de Janeiro àquela época, Paes de Sande, escreveu ao Rei de Portugal comentando a “calamitosa situação dos ‘menores desvalidos e enjeitados’ que morriam abandonados naquela cidade.” (1985: p. 1)

A autora faz uma incursão sobre a história da menoridade no Brasil classificando quatro períodos que, historicamente, antecederam uma política nacional para a infância e a adolescência em nosso país. O primeiro, que começa no Brasil Colônia e vai até o fim do século XIX, caracterizando-se fundamentalmente pela ótica da beneficência, da caridade cristã e da filantropia (de caráter público ou privado). O princípio norteador dessa fase foi a doutrina social da igreja. Os recursos para as ações àquela época dependiam de doações particulares ou de eventuais dotações orçamentárias do poder público.

⁴⁶ Por crise fiscal entenda-se: *a crise do padrão de financiamento público, em tempos de desequilíbrio entre as demandas de financiamento e os recursos disponíveis.* (Carvalho, 1994., p. 60).

O segundo, iria do início do século XX até o final da década de 50, quando foram criados as primeiras instituições de assistência e os primeiros institutos profissionalizantes, respaldados na ética puritana do trabalho. Num viés assistencial repressivo, “os pequenos mendigos, vadios, viciados e abandonados” eram “educados” profissionalmente. É mister destacar que nessa época, mais precisamente em 1927, foi criado 1º Código de Menores da América Latina, sob a liderança do Jurista Cândido de Melo Matos. Este Código vigiu por mais de meio século, ou seja, até 1979. Já em 1941 foi instituído o primeiro órgão destinado a enfrentar a questão da minoridade em nível nacional: o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. Configura-se já a partir daí, um princípio norteador repressor e coercitivo nas formas de tratar as questões da minoridade desprotegida. Eram bastante nítidos os significados assistencial, repressor, coercitivo. e intervencionista que embasavam os programas dirigidos aos que eram considerados abandonados ou delinqüentes.

Cabe aludir, nessa conjuntura em nível internacional, o papel significativo da Organização das Nações Unidas (ONU) nos fundamentos da ação social mundial: a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948 (após a 2ª Guerra Mundial) e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959. Além disso, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) também teve papel relevante na divulgação dos conceitos de bem estar social na América Latina e no Brasil. (Sader, 1987)

Ainda nesse percurso, a autora demarca os outros dois períodos. O terceiro, situado no contexto da ditadura militar, iria do início da década de 60 até o final dos anos 80. À época, a preocupação com a população infanto-juvenil se espraiava no seio da sociedade brasileira e o governo militar, em resposta, instituiu a Fundação Nacional Do Bem Estar Do Menor – FUNABEM, criada em 1964, cuja política ao longo dos anos, não conseguiu superar a perspectiva paternalista e assistencialista, embora encarregada de corrigir as graves distorções do antigo SAM. Inspirada, entretanto, na doutrina da Segurança Nacional, em estratégias de enquadramento e controle social e em uma pedagogia que, de fato, não conseguiu romper com a natureza coercitiva do SAM, a FUNABEM veio apenas trazer uma questionável modernização às formas de atendimento à infância e à adolescência até então. (Osterne, 1995,

p. 3). Nesse período, em outubro de 1979, foi criado o 2º Código de Menores que, desta feita, inaugurava a doutrina da “situação irregular”⁴⁷.

Finalmente, o quarto período, estaria situado a partir dos primeiros anos da década de 90 e viria até os nossos dias, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA foi pensado e elaborado a partir da mobilização de setores da sociedade civil organizada, com destaque para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e para o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que de há muito vinham colocando, na ordem do dia das questões sociais brasileiras, os problemas da população infanto-juvenil de nosso país. Com o poder de mobilização e pressão que, inclusive, caracterizou os movimentos sociais naquela época, ficou garantido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 que as crianças e adolescentes seriam considerados, a partir de então, sujeitos de direito e não mais objetos da tutela e do arbítrio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio em substituição ao 2º Código de Menores. Cabe acrescentar também, que foi extinta a FUNABEM. Em seu lugar foi criada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – FCBIA, no Governo de Fernando Collor de Melo, o qual, em um veio enganador, lança um programa chamado “Ministério Criança” que, fugaz como seu próprio governo, durou muito pouco e culminou por favorecer as correntes contrárias à nova visão sobre a infância e a adolescência instituída no Brasil com o advento do ECA.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza em seu artigo 86 que “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios”. (Lei 8.069).

Em análise referente a essa Lei, Osterne afirma:

⁴⁷ “Nome paternalista dos personagens excluídos pela lógica do sistema vigente numa mesma sociedade. Tudo com o pretexto de ‘reeducação ou ressocializar’ o menor, como se as crianças e jovens das FEBEMs um dia houvessem tido uma educação que perderam ou houvessem pertencido a uma sociedade orgânica da qual se afastaram” (Sader, 1987, p. 49-50)

(...) as linhas de ação dessa política preconizam a articulação e a hierarquização das políticas públicas para a efetivação dos direitos, definindo quatro modalidades básicas da política de atendimento” quais sejam: Políticas Sociais Básicas, de caráter univesalizante (direito de todos, dever do Estado) garantem Saúde, Educação, Profissionalização, Cultura e Recreação. Políticas de Assistência Social destinadas a segmentos que prescindem do básico para a sobrevivência: alimentação, vestuário e abrigo. Políticas de Proteção Especial, atendimento especializado a grupos em situação especialmente difíceis como: exploração no trabalho, abuso sexual, maus tratos, drogas ou atos infracionais. E Políticas de Garantia, objetivam a defesa jurídico-social dos direitos individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes e operacionalizam-se através do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Magistratura e dos Centros de Defesa. (1995, p. 4-5)

Assim, em relação às políticas específicas para a população infanto-juvenil, o referencial jurídico e mais legítimo passou a ser o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cabe ressaltar, a fim de que possamos lançar um olhar crítico sobre o percurso dessas políticas, que o processo de avaliação de políticas sociais envolve princípios políticos fundamentais sobre alguma concepção referente ao bem-estar humano, destacando-se os princípios da igualdade e da democracia, bem como a concepção de cidadania. Os produtos de políticas nem sempre revelam até que ponto os objetivos desejados foram ou não atingidos. São os impactos que permitem revelar tais produtos nas condições de vida da população. Nesse sentido, o impacto de uma política é uma medida do desempenho da ação pública. (Vieira, 1992).

Com relação à população infanto-juvenil brasileira podemos avaliar que muito ainda há que se fazer em termos das políticas públicas de atendimento a esse segmento populacional. De fato ainda não pudemos computar

expressividade, tampouco impactos significativos na aplicabilidade das políticas direcionadas a juventude. Nessa ordem de lógica podemos aludir que a política social para a Infância e a Adolescência no Brasil, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda expressa movimentos de avanços e retrocessos e, muitas vezes, tem permanecido restrita ao âmbito da legislação. Não podemos com isso deixar de reconhecer a grande conquista que o ECA representou para a sociedade brasileira, principalmente, no que concerne ao deslocamento do foco da doutrina irregular para o da proteção integral, da garantia de direitos e deveres universais e de uma proposta de atendimento coerente e justa aos adolescentes em conflito com a lei.

A seguir, um pouco da ação do estado do Ceará na implementação de políticas públicas para a população juvenil em conflito com a lei.

3.3. O Ceará na gestão de políticas públicas para adolescentes autores de atos infracionais

*Não quero dar porque não poderia
Nem receber o que não deveria
O sinalheiro orientou errado
Errei o trilho e fiquei de lado
Pagar porém um juro assim tão alto
Era uma coisa que eu não merecia
Sou passageiro desse mesmo trem
Para um destino tão ignorado
Só que o sinalheiro orientou errado
Errei o trilho
E fiquei de lado
(Descarrilho, Zé Geraldo)*

No Ceará, a Política de Assistência à Infância e Adolescência foi posta em prática pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará – FEBEMCE (denominação que permaneceu até o ano 2000). Criada sob a égide da Lei de Segurança Nacional, em 6 de setembro de 1968, pelo artigo 214 da Lei 9146, a FEBEMCE que tinha vida jurídica, técnica e administrativa

própria, foi, posteriormente, vinculada, de forma direta, à Secretaria de Ação Social do Estado após a extinção da FUNABEM e, em seguida, da FCBIA.

Como toda instituição, a FUNABEM e, em decorrência, a FEBEMCE também reproduziu as regras do poder dominante. Criadas em pleno regime ditatorial, tendo como base o princípio da segurança nacional, as FEBEMs, de uma ou de outra forma, constituíram-se em aparelhos ideológicos do Estado e serviram à manutenção da ordem. A instituição, segundo Madel Luz, “através da ordem garante sua estrutura e com a disciplina assegura as relações sociais. Para se manter a disciplina estabelece-se a ordem.” (1986). As FEBEMs, portanto, à serviço da segurança nacional, jamais conseguiram tratar a problemática da infância e da adolescência sob o prisma de seus direitos universais.

Com algumas reformas das políticas de atendimento à população infanto-juvenil em nível estadual e, de acordo com o movimento nacional de extinção das FEBEMs, extingue-se também, a FEBEMCE, enquanto Fundação autônoma. O trabalho por ela executado passa a ser desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS, na condição de Coordenadoria específica para as ações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes.

Em documento lançado muito recentemente, em maio do ano corrente, pela Secretaria de Ação Social, denominado “Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei no Ceará” (2003), encontra-se delineada uma proposta pedagógica visando à qualificação e melhoria do atendimento a essa população. Tal proposta sinaliza, pelo menos, em nível do discurso, preocupação em contemplar as premissas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de definir melhor o conteúdo programático (pedagógico, administrativo e jurídico) do atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas restritivas ou privativas de liberdade.

Consta na apresentação do citado documento, o seguinte texto:

A partir desse material, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA-CE, aprovou a Resolução nº 41/2002, que disciplinava as ‘Diretrizes Gerais para o Atendimento Socioeducativo’, que de modo pioneiro no Brasil normatiza a execução das medidas sócioeducativas, questão até então debatida em fóruns, mas não consolidada no ordenamento jurídico.

Parece, de fato, que essa iniciativa é fruto de uma longa caminhada de debates e propostas, dos diversos segmentos envolvidos sobre a questão da criança e do adolescente, em nível nacional, preocupados com uma direção mais consistente para a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade ou restritivas de liberdade.

Em outro documento, “Anteprojeto de Lei de Execuções de Medidas Sócio-Educativas – Texto para Discussão”, elaborado pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP – Diretoria 97/99, já se percebia a intencionalidade de se alcançar a aplicação adequada das medidas sócio-educativas, de modo que “...abolindo práticas paternalistas e repressivas que tanto contribuem para ineficácia de sentenças e descrédito do sistema”, se garantisse sua regulação efetiva e uniforme através da lei.

Nesse sentido, a discussão sobre o que foi chamado no referido documento de “crise de execução” apontava “a inexistência de propostas pedagógicas e de regras claras e precisas a respeito da prática das medidas sócio-educativas...”, indicando uma deficiência na área mesma da execução e da necessidade de um controle jurisdicional dessa execução.

Na Coordenadoria de Medidas Sócio-educativas e Proteção Social estão reunidas todas as ações estaduais relativas à população infanto-juvenil o que, na prática, possa talvez significar a definição de uma linha pedagógica, única de execução. Cabe então a esta coordenadoria a responsabilidade pelo

planejamento, implementação e gestão das políticas na área da Infância e da Juventude.

Nesse contexto estão inseridas as unidades que atendem adolescentes a quem se atribui autoria de atos infracionais. Convém destacar que não aconteceram mudanças concretas em suas composições estruturais ou em seus sistemas de funcionamento. São estas as unidades denominadas Centros Educacionais em Fortaleza:

- **Centro Educacional São Miguel** – atende adolescentes de 16 a 18 anos, do sexo masculino, autores de atos infracionais que cumprem medida de internação. Tem capacidade de atendimento para 65 adolescentes. Atualmente encontra-se com 100 internos.
- **Centro Educacional São Francisco** - atende adolescentes de 12 a 16 anos, do sexo masculino, autores de atos infracionais que cumprem medida de internação. Tem capacidade de atendimento para 60 adolescentes. Atualmente encontra-se com 95 internos.
- **Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider** – atende adolescentes de 14 a 18 anos, do sexo masculino, autores de atos infracionais de natureza grave, com compleição física acentuada e de 18 a 21 anos, que cumprem medida de internação. Tem capacidade de atendimento para 60 adolescentes. Atualmente encontra-se com 94 internos.
- **Centro Educacional Patativa do Assaré** – atende adolescentes de 12 a 18 anos e, excepcionalmente, até os 21 anos, enquanto se conclui o processo de apuração do ato infracional pelo Juizado da Infância e da Juventude. Tem capacidade de atendimento para 70 adolescentes. Atualmente encontra-se com 90 internos.
- **Centro Educacional Dom Bosco** – atende adolescentes de 12 a 18 anos, do sexo masculino, que cumprem medida de internação por descumprimento de medida. Tem capacidade para 60 adolescentes. Atualmente encontra-se com 80.

- **Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro** – recebe adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, oferecendo atendimento até a sua apresentação ao Ministério Público e Juiz – Plantão Interinstitucional (Art.145 ECA). Média mensal de atendimento: 150 adolescentes.
- **Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota** - atende adolescentes de 12 a 21anos, do sexo feminino, que cumprem medida de internação, por prática de atos infracionais. Tem capacidade de atendimento para 20 adolescentes. Atualmente encontra-se com 20 internas.
- **Centro de Semiliberdade Mártir Francisca** - atende adolescentes de 12 a 18anos, e jovens de 18 a 21, do sexo masculino, sentenciados com medida de semiliberdade. Tem capacidade de atendimento para 40 adolescentes. Atualmente encontra-se com 40 semi-internos.
- **Projeto Mãos Dadas** – atende adolescentes egressos de medidas sócio-educativas e em meio aberto, na faixa etária de 16 a 21 anos, oriundos dos Centros Educacionais, da Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade. Tem como objetivo a reinserção social de adolescente egresso de medida sócio-educativa, ampliando oportunidades de inserção no mundo do trabalho, através de atividades e geração de renda no mercado formal e informal.

Diante do exposto podemos considerar que, de fato, em relação aos adolescentes em conflito com a lei, o Ceará dispõe de uma rede de atendimento bastante expressiva não só em número de unidades, mas também em relação à estrutura de cada um desses Centros, os quais, não obstante situados em Fortaleza atendem a jovens oriundos de todo o estado. Há que se reconhecer que as unidades mais recentemente inauguradas superam, em parte, as más condições de funcionamento presentes na maioria quase absoluta das unidades de atendimento aos jovens infratores como por exemplo, superlotação, insalubridade estrutural, ociosidade dos internos, maus tratos, e precárias condições de trabalho dos funcionários. Não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que algumas dessas condições ainda persistem como por exemplo, o velho problema da superlotação que se

verifica no próprio CECAL, cuja capacidade de atendimento é de sessenta internos e que em média atende a mais de noventa adolescentes. Na verdade não se consegue cumprir objetivamente o que está contido no Documento “Proposta de Atendimento”, cujo conteúdo, em princípio, expressa a preocupação dos estudiosos do assunto quanto à melhoria do atendimento nestas unidades específicas previstas no Estatuto.

Ainda neste capítulo destacaremos a estrutura de funcionamento do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider. Foi nesta Unidade que permanecemos mais de três meses observando, sua dinâmica diária de funcionamento e o movimento de suas equipes de trabalho (técnicos, instrutores, serviços gerais e segurança).

Antes, porém, a seguir teceremos algumas considerações acerca do ato infracional e sobre a lei que fundamenta a aplicação de medidas socioeducativas de internamento em centros educacionais, focalizando o CECAL, como espaço social pesquisado.

3.4. Ato Infracional: conceitos e aplicação da lei: medida socioeducativa de internação

(...) é justo que o condenado sofra mais que os outros homens?

Michel Foucault, *Vigiar e Punir*

Para falamos de ato infracional e medidas sócioeducativas convém, inicialmente, efetuarmos mais uma vez, algumas reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, nosso referencial maior no que pese as ações relativas a esse segmento populacional. A Constituição Federal de 1988 preconiza, apenas genericamente, a nova construção jurídica, social e política para tratar os problemas da infância e da adolescência no Brasil. O Estatuto é portanto, o instrumento, por excelência, encarregado de implementar esse

novo ordenamento jurídico e acompanhar seus desdobramentos sob o ponto de vista social e político.

Como sabemos, o advento desta lei, específica e especial para crianças e adolescentes, foi produto de um grande movimento de organização e mobilização da sociedade civil em meados da década de 80, quando os movimentos sociais ressurgiam com notória expressividade. Vários segmentos da sociedade civil organizada há muito tempo lutavam por condições legais e dignas de atendimento a essa população. Àquela época, o país inteiro vivia a esperança de uma Constituinte livre e soberana e os movimentos sociais lutava por isso. O Art.227 de nossa Carta Magna bem expressa a síntese dessa luta em favor da população infanto-juvenil brasileira. O ECA portanto, surge como resultado da mobilização da sociedade civil brasileira e vem para assegurar à população de menor idade direitos e deveres numa perspectiva universal e integral para todos independentemente de suas condições sociais ou quaisquer outras diferenças.

As críticas advindas não só do senso comum, mas também de pessoas que declaradamente se posicionaram contra o ECA, desde o início de sua elaboração, sob os mais diferentes pretextos, foram e são ainda, muitas vezes, formuladas de forma equivocada, sem critérios, sem nenhum compromisso com a verdade, tampouco com o sentido da proteção integral e da garantia dos direitos inerentes às crianças e aos adolescentes em nosso país. São posturas que tendem a desviar a compreensão da população sobre as verdadeiras causas dos males sociais que afligem a sociedade brasileira, e, o que é pior, que colocam o Estatuto como responsável pelo agravamento do problema, uma vez que, de forma distorcida, entendem a proteção, numa perspectiva de direito, como sinônimo de permissividade e impunidade.

Convém também destacar que temos parcela de profissionais da área jurídica da infância e da juventude que sempre argumentou e posicionou-se contra o Estatuto da Criança e do Adolescente até mesmo antes de sua promulgação. Esses profissionais, que já foram Juizes de Menores, tornaram-se conhecidos nacionalmente como “menoristas”, pois ao condenar o Estatuto, em seu princípio de proteção integral, defendiam o Código de Menores e a

doutrina da tutela, instrumento que lhes concedia plenos poderes em relação às crianças e aos adolescentes, via de regra, pobres.

De acordo com Vanderlindo N. Neto,

O Estatuto se firma em duas diretrizes paradigmáticas: a criança e o adolescente como sujeito de direitos e como pessoa em desenvolvimento. Estas diretrizes estão em consonância com a Constituição Federal que adotou a doutrina da proteção integral e com a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança. (2003, p. 32).

No entanto, mesmo depois de treze anos da promulgação do ECA parece ainda estar sendo difícil, para a maior parte da sociedade, desfocar sua visão do que se processou durante muitos anos, ou seja, a perspectiva da repressão e da tutela como a melhor forma de cuidar da infância e da juventude no Brasil. Sabe-se, porém, que em todo processo de mudança de paradigma, as resistências fazem parte do próprio movimento contraditório da história. A questão é conhecer e entender como se processam essas resistências, a que interesses servem, e a que projeto elas se vinculam.

Nesse sentido, importa a este estudo contribuir para um melhor esclarecimento sobre as questões que reiteradamente brotam no processo de veiculação de informação, especialmente para as massas, via de regra, menos informadas, menos politizadas e menos intelectualizadas para analisar com criticidade aspectos nocivos que se atribuem ao Estatuto. No entanto, nem todas as manifestações de resistências vêm dessas parcelas da população. Como já nos referimos, há uma facção de “estudiosos” do assunto que, também, se posicionam contrários. Fazem, portanto, da ignorância a mola mestra de seus pronunciamentos, como se o passado, caracterizado pelo autoritarismo do Código de Menores, representasse a melhor possibilidade de superação (ou a repressão) da violência cometida por adolescentes, por exemplo.

Via de regra, os próprios adolescentes desconhecem a dimensão de seus direitos e deveres e passam a reproduzir o que parece estar cristalizado

no senso comum, ou seja, a idéia de que “sendo menor, o ECA poderá proteger-lhe acima do bem e do mal.”⁴⁸

Contrariando, no entanto, o que possam pensar os mal informados, o adolescente cumprirá medida sócio-educativa ao cometer uma infração ou um ato ilícito grave, conforme está previsto no Estatuto, por determinação do Juíz da Infância e da Juventude. Tal medida corresponde à pena prevista no Código Penal para os adultos. Reside aí, entretanto, uma diferença substancial, ou seja, a da *inimputabilidade penal* e a da *possibilidade de aplicação de medidas sancionatórias de caráter educativo*. Cabe reconhecer a coerência dessas especificidades aplicadas ao adolescente, como pessoa em fase de desenvolvimento.

Lançando mão do artifício legal, vamos confirmar, que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90, com relação ao ato infracional, traz em seu Título III, Capítulo I, as seguintes Disposições Gerais:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

No Capítulo IV – Das medidas socioeducativas, Seção I, determina em suas Disposições Gerais:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

O ECA, reserva a Seção VII do Capítulo IV, à medida de internação:

⁴⁸ Esse é um discurso comum entre pessoas de diversos níveis de conhecimento e de diversas áreas profissionais quando o assunto é o Estatuto ou infração cometida por adolescentes.

Art. 121. A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Esta medida representa fundamentalmente a impossibilidade do exercício do direito de ir e vir do adolescente que a estiver cumprindo, devendo ser executada em local adequado e exclusivo para adolescentes. São cinco artigos dedicados à questão da internação que, ao contrário do que muitos críticos do novo Estatuto e defensores do antigo Código de Menores divulgam, nem de longe, estimulam a impunidade dos adolescentes que cometeram atos infracionais. Trata-se de uma lei pensada e construída numa perspectiva humanística, coerente e principalmente respaldada numa ampla visão sobre os direitos humanos, e no reconhecimento dos sujeitos adolescentes como construtores em potencial de suas próprias histórias e atores fundamentais das relações sociais.

Nesse sentido, os adolescentes que estão privados de liberdade respondem legalmente por seus crimes, denominados no ECA, de atos infracionais. Os adolescentes, objeto de interesse deste estudo, que estão cumprindo medida sócioeducativa de internação em local adequado para tal atendimento, estão exatamente nessa situação, ou seja, estão respondendo pelo delito que cometeram, sendo privados do seu direito fundamental de ir e vir, o direito à liberdade.

Cabe acrescentar, de acordo com as reflexões contidas no Documento da Secretaria de Ação Social, “Proposta de Atendimento”, que:

o adolescente em conflito com a lei penal, na estrutura vigente, se constitui parte componente de uma relação processual especial, na qual todos os demais componentes estão inseridos, sob a égide da legalidade, da moralidade, da isonomia, da ampla defesa e do contraditório inerentes ao aparato processual estatal, garantias não encontradas na seara privada (o que de per si deslegitima tendências privatizantes para a execução de medidas sócio-educativas sob regime de

privação de liberdade (...) (Nogueira Neto, Doc. Cit. p.32).

Dessa forma, e, em consonância com as prescrições legais do Estatuto, bem como em consonância com os princípios da legalidade, da moralidade e da isonomia, fica evidenciada a impossibilidade de execução das medidas sócioeducativas privativas ou restritivas de liberdade fora da esfera do Estado. No documento que orienta as ações dirigidas a esse segmento, fica referendado ser o Estado o responsável pela aplicação dessas medidas:

Tendo em vista que a execução das medidas restritivas de liberdade decorre de um procedimento especial que perpassa inclusive a execução e, como tal, é responsabilidade do Estado-membro, já que o poder jurisdicional limita-se constitucionalmente às esferas estadual e federal, é indubitável a impertinência da execução dessas medidas em nível municipal. (Ibidem, Idem. p. 34).

O Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL), unidade da Secretaria de Ação Social, foi inaugurado em 16 de Dezembro de 2000 para atendimento a adolescentes que cometeram atos infracionais de natureza grave, ou seja, contra a vida de pessoas, na faixa etária entre 14 e 21 anos, sendo, como já se sabe, todos sentenciados judicialmente, de acordo com o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente. É válido destacar que a maioria dos jovens que se encontram naquela unidade já atingiram 18 anos e esse é o único Centro Educacional que atende a essa população. Assim, os adolescentes que estão sob medida de privação de liberdade, em outra unidade, ao completar 18 anos, são transferidos para o CECAL. O adolescente poderá cumprir sua medida, mesmo depois de ter completado 18 anos, desde que, se efetive em um prazo máximo de três anos. E esse tempo, determinado pela autoridade judicial, dependerá da gravidade da infração.

A particularidade do atendimento até os 21 anos está prevista no ECA, na Seção VII, Art. 121 § 5º, que trata sobre a medida sócio-educativa de

internação. Consta no texto estatutário que se os jovens cometerem a infração ainda quando menores de idade e, não forem sentenciados imediatamente após o cometimento do delito, cumprirão sua medida até ao completar 21 anos. Após esta idade serão liberados compulsoriamente. Diz o Estatuto, em seu Art.121, § 5: “a liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.”

Além disso, a medida socioeducativa de internação, não determina prazo para sua execução, conforme o Art. 121 § 4º: “A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses”. Nessa base são elaborados relatórios semestrais sobre o adolescente pela equipe técnica da instituição de privação de liberdade e encaminhados ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude, de acordo com o que preceitua o ECA.

O adolescente que cometeu a infração com dezessete anos e onze meses, deverá ser liberado compulsoriamente aos vinte e um anos, conforme preceitua o ECA, no Art. 121 § 3º : “Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.”

Cabe acrescentar que todos os adolescentes/jovens só podem ser encaminhados para as unidades privativas de liberdade ou de semiliberdade, depois de sentenciados.

Compreendemos que, tratando-se de uma unidade de privação de liberdade, o CECAL não foge à regra das instituições totais caracterizadas por Goffman:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (1961: p. 11).

De acordo com o discurso institucional, o CECAL é:

Unidade composta de infra-estrutura completa que responde as exigências da Lei Federal nº 8069 de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na medida em que garante o desenvolvimento de proposta pedagógica baseado no reconhecimento do adolescente autor de ato infracional, como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, capaz de crescer e se desenvolver, tornando-se apto a conviver com a sociedade e conquistar a sua cidadania. O espaço físico está em conformidade com o previsto no Artigo 123 do Estatuto, permitindo a rigorosa separação dos adolescentes por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. (Retirado de documento elaborado para uso interno da unidade).

Referida instituição é mantida com recursos do tesouro do Estado sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social e foi planejada para atender um número máximo de sessenta adolescentes. Sua média de atendimento, entretanto, é de noventa a cem internos.

A unidade encontra-se instalada em amplo espaço físico, cujo prédio é composto pelo bloco administrativo (diretoria, secretaria, recepção de adolescentes e familiares, vistoria, controle de portão, segurança eletrônica); bloco de segurança externa (alojamento e apoio aos policiais); bloco de serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, refeitório, sanitários, vestuários); bloco técnico (serviço social, psicologia, dentista, médico, advogado); blocos dos dormitórios (05 blocos com 10 dormitórios duplos e 01 bloco para recolhimento com dormitórios individuais). Áreas de salas de atividades ocupacionais / lazer (salas de aulas, sala de informática, biblioteca, oficinas profissionalizantes, refeitório, campo de futebol, quadra, sala de jogos, Além

disso, há um Templo Ecumênico e um “Venustério”⁴⁹, sendo que este último encontra-se no bloco técnico da instituição.

Todas as atividades dos adolescentes são desenvolvidas internamente, a não ser casos especiais, relacionados a resoluções de ordem jurídica, a problemas com a saúde ou com a segurança, em função da natureza da própria medida de privação de liberdade, de acordo com o Estatuto, Artigo 112, Inciso VI.

De acordo com o documento interno da unidade, já citado, temos que: a educação formal é repassada através de convênio com a secretaria de Educação, inclusive com a lotação de professores. Mantêm-se na unidade as seguintes classes: 1º ciclo – 1ª a 4ª séries; 2º ciclo – 5ª a 8ª séries e Supletivo – 2º grau.

As atividades profissionalizantes situam-se nas áreas de: informática, tecelagem, artes, tapeçaria e horticultura. Essas atividades funcionam em sistema de oficina fixa e garantem ao adolescente uma bolsa aprendizagem mensal no valor de meio salário mínimo.

Existem ainda os chamados cursos volantes, que não são cursos permanentes, porém, são oferecidos durante o ano, dentro de um planejamento elaborado pelo setor pedagógico da unidade.

Como dinâmicas complementares, tem-se as atividades esportivas, artísticas, de espiritualidade e o programa de DST/AIDS, que acontece em parceria com a ONG Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA).

No que pese os serviços técnicos, têm-se: o atendimento individualizado pela equipe interdisciplinar (diretora, assistente social, psicóloga, pedagoga), o atendimento familiar e a assistência médico-odontológica aos internos.

Quanto ao caráter disciplinar da instituição, a ênfase se dá na dimensão educativa. Existe um regimento interno elaborado e discutido pela direção, equipe técnica, instrutores educacionais e pelos adolescentes. (Anexos, p.92)

⁴⁹ Este termo não foi encontrado nos Dicionários. Tudo indica que foi uma criação recente, mas tem o significado de local reservado para as visitas íntimas dos internos.

Já o sistema de segurança é composto pela vigilância eletrônica (detector de metais, alarme, circuito fechado de câmeras) e pela vigilância externa desenvolvida por policiais militares.

As Diretrizes da Proposta Pedagógica desta instituição contemplam as seguintes intenções: “Transformação de fragilidade e vícios sociais em valores éticos e morais; Resgate da Identidade e auto estima; Educação, artes e profissionalização como canais de socialização e reinserção social; Ênfase na individualização e no reforço à sua relação interpessoal com atores que exercem influencia no processo de ressocialização; Educação para a vida com desenvolvimento de habilidades e atitudes essenciais em qualquer ser humano. (confiança, motivação, esforço, responsabilidade, perseverança, altruísmo e iniciativa).” (Retirado de documento interno da unidade).

A respeito da formulação dessa proposta, cabe registrar que a consideramos confusa, uma vez que, incorpora, de forma pouco esclarecedora, sentidos de ações, intenções, princípios e diretrizes. Não obstante a intenção que lhe imprimiu suporte, o que se percebe é que pouco se aprofundou, ou sequer se adentrou, na lógica do aprisionamento. Embora exista uma proposta social e pedagógica bastante ampla, percebe-se uma profunda lacuna, entre o pretendido e o realizado, uma vez que o ativismo e a burocracia predominam no cotidiano das práticas profissionais. Não se consegue perceber uma leitura mais crítica sobre o agravamento da condição juvenil na sociedade brasileira tampouco uma discussão mais fecunda capaz de questionar as políticas públicas dirigidas a essa população, pelas equipes de trabalho.

No que pese os recursos humanos, existe na unidade uma equipe de profissionais que expressa uma característica muito própria dos tempos de terceirização que temos vivido no mundo do trabalho: com exceção da diretora e dos dois coordenadores de disciplina, todos os demais profissionais são terceirizados.

Compõem, portanto, o quadro de pessoal do CECAL, conforme o organograma da unidade: 01 diretora, 02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 advogada, 01 dentista, 01 gerente, 01 auxiliar de enfermagem, 01 atendente de dentista, 01 gerente, 55 instrutores educacionais, 06

cozinheiros, 06 serviços gerais, 04 professores da Secretaria de Educação (SEDUC), 04 instrutores de cursos, 02 secretários.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da etapa fundamental de nosso processo de estudo, ou seja, dos momentos que nos oportunizaram os contatos diretos com os principais personagens desta pesquisa.

CAPÍTULO 4 – O CAMPO DE PESQUISA, “AQUELE MUNDO DE LÁ” CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER

4.1 Reconhecimento do campo

*Mande notícias do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço
Venha me apertar
Tô chegando*
Milton Nascimento e Fernando Brant
Encontros e despedidas

Depois de tantos anos de prática profissional na área da infância e da juventude, havia já algum tempo que não tínhamos um contato assim, tão próximo, com adolescentes que cometeram atos infracionais. Até novembro do ano passado, estávamos trabalhando num pólo de atendimento localizado no centro da cidade destinado a meninos e meninas em situação de rua (em situação de risco). Apesar de muitos já terem cometido infrações, estas eram consideradas de natureza leve, além do mais, nossos contatos se davam em um espaço aberto onde os adolescentes podiam exercer seu direito de ir e vir.

Em meio a esses sentimentos e emoções, o velho medo. Muitos medos difusos pois não sabíamos identificar, exatamente, de quê. Muitos ensaios para chegar até a unidade foram feitos. A partir dos primeiros contatos com a diretora da unidade, alguns encontros foram marcados e adiados e muitas visitas previstas não aconteceram. Foi exatamente esse ponto de partida, o da emoção, que nos deu a certeza da paixão pelo objeto de estudo escolhido. E as palavras de pessoas importantes, professoras em nossa trajetória de estudos pós-graduados, como Alba Pinho de Carvalho, Socorro Osterne, sobre o significado dessa paixão, que nos move e remove obstáculos, tiveram re-significado e encheram-nos de certeza para continuar.

Nesse sentido concordamos absolutamente com Rubem Alves: “*Emoção e objetividade não se opõem. É a emoção que cria o objeto.*” (2000, p. 170).

Foi então movida pela emoção que realizamos a primeira visita ao Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL).

Como o CECAL havia sido inaugurado no ano 2000, não conhecíamos ainda sequer sua estrutura física. Foi justamente essa estrutura que nos impressionou. Assustamo-nos com seus muros gigantescos. Não só com eles, mas com tudo o mais que havia de 'gigantesco': os portões, o pátio de entrada, o aparato de segurança. À primeira vista já nos deu uma idéia da importância do item segurança para uma unidade destinada a adolescentes autores de atos infracionais graves.

A decisão de entrevistar os adolescentes que estão cumprindo medida de internação no CECAL – aquele “mundo de lá” se deu em razão de termos delimitado nosso objeto de pesquisa em torno da problemática dos adolescentes que cometem atos infracionais mais graves, ou seja, homicídios e por ser esta a unidade que atende essa população.

Esse contato inicial foi bastante significativo para que pudéssemos sentir as primeiras impressões, e, como não poderia deixar de ser, as primeiras emoções. Envoltas nesses pensamentos e nas primeiras sensações, fomos recebidas pela diretora da unidade, profissional da área de Serviço Social e por duas assistentes sociais componentes da equipe. Valeu a pena. Na medida em que íamos conversando e conhecendo alguns casos, sentíamos aumentar a disposição por conversar com aqueles jovens e a expectativa por ouvir suas histórias, tristes histórias. Aumentou a vontade de desvendar seus mistérios no mundo da criminalidade. Não por simples curiosidade mas por necessidade de uma compreensão mais subjetiva dessa realidade, uma compreensão para além da superficialidade dos fatos em si mesmos.

Inicialmente, nossa conversa transcorreu em um tom bem informal mas, sempre em torno das histórias de vida dos adolescentes ali internados, seus problemas durante e depois do tempo de internação, um pouco da dinâmica da unidade e de suas equipes de trabalho. Em seguida, passamos a expor, de forma sucinta, os objetivos da pesquisa. Também expusemos nossas idéias iniciais quanto à seleção dos adolescentes, a partir da natureza de seus atos infracionais, e de sua vontade de participação na pesquisa. Levantamos a possibilidade de reunir um pequeno grupo de jovens, previamente

selecionados, para a apresentação da proposta, explicando onde pretendíamos chegar e de que forma eles poderiam contribuir, caso manifestassem o desejo de participar.

Isto posto, solicitamos a colaboração daquelas profissionais no sentido de emitir críticas e sugestões à proposta. Acertamos que na próxima visita faríamos uma reunião no setor de Serviço Social para iniciarmos a primeira seleção dos dez adolescentes a partir de seus *prontuários*⁵⁰, uma espécie de pré-seleção. Pensamos em escolher mais de dez jovens para o caso de alguns não aceitarem participar da pesquisa.

Por fim, fomos até à sala de monitoramento, que funciona 24 horas, lugar de onde se pode ter uma visão panorâmica de todas as dependências da unidade e de seus arredores, através de circuito interno de TV. Ali observamos a tecnologia a serviço da segurança máxima. São nove monitores através do qual o responsável pelo setor pode observar todo o movimento da unidade, leia-se dos adolescentes, em quase todos os espaços. Cabe acrescentar que embora os dormitórios guardem privacidade quanto às câmeras os adolescentes sabem da existência desse recurso destinado à privação de suas liberdades em outros ambientes.

Depois desse primeiro impacto, sentimos a necessidade premente de conhecer mais a vida “daquele mundo de lá”. Passamos, então, a visitar a unidade diariamente e a aproveitar todos os momentos de contatos com os adolescentes, principalmente, para fomentar mais proximidade com eles.

Pela experiência que conseguimos ter com essa população também aprendemos que sua relação com os profissionais não se dá de forma mecânica. É construída nos momentos de convivência e interação. Como íamos discutir um assunto de intensos significados para eles, percebemos que apenas nossa apresentação formal, por parte da diretora, não seria suficientemente expressiva para estabelecer uma relação que possibilitasse maior abertura para as entrevistas. Como se sabe em qualquer relação pessoal que se estabelece, a confiança também é um sentimento construído. No caso dos adolescentes autores de ato infracional e privados de liberdade, parece

⁵⁰ Pastas onde estão contidas todas as informações sobre a vida do adolescente atendido, bem como a seqüência de todos os seus atendimentos, suas audiências no Juizado, etc., acessíveis apenas à equipe técnica.

que essa característica se acentua, pois, nosso primeiro contato foi perpassado por um distanciamento claramente manifestado. Muitos jovens mal responderam ao nosso cumprimento nos primeiros avistamentos e nossos olhares amistosos foram pouco, ou quase nunca correspondidos. Era claro que outros contatos precisariam ser estabelecidos para que ampliássemos nossas possibilidades de relacionamento e conquistássemos maior abertura para nossos encontros posteriores.

Com as visitas diárias e maior participação na dinâmica de funcionamento da unidade nossas oportunidades de aceitação foram gradativamente aumentando. A partir daí, fomos construindo novos olhares sobre o funcionamento de uma unidade de privação de liberdade com aquela superestrutura peculiar ao Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider. O dia a dia de funcionamento dessa unidade era repleto de tessituras, umas visíveis outras nem tanto, principalmente no que concernia às relações sociais. Era preciso, portanto, exercitar vários olhares e a cada novo momento vivido sentíamos necessidade de redesenhar nosso percurso metodológico.

É sobre essa metodologia, em movimento, que nos reportamos no primeiro capítulo para argumentar que o método não se constitui, por si mesmo, e que não se deve dogmatizá-lo como o personagem principal de um trabalho científico. Claro que deveremos traçar os caminhos que queremos percorrer e esses caminhos devem estar coerentes com o referencial teórico que se pretende adotar. Do contrário, poderemos cair numa grande armadilha, em que, teoria e método, ao invés de se entrecruzarem e se complementarem nas vias do saber até poderiam entrar em contradição ou contraposição. Nesse sentido, fomos percebendo que, a cada dia, novas descobertas e necessidades se delineavam, fazendo aparecer a interdependência entre teoria e prática, sujeito e objeto.

Compatível com o tamanho da unidade, seu quadro de pessoal também era amplo. Eram várias equipes de trabalho, sob um comando único, para garantir normalidade ao funcionamento da unidade.

As relações que se estabeleciam nesse espaço social eram permeadas por contradições. Assim, compreendendo melhor a dinâmica dessa unidade, constatamos que somente com breves visitas jamais chegaríamos a uma visão

de toda sua complexidade, tampouco perceberíamos, com riqueza de detalhes, o que ocorria na prática do seu dia a dia. Cada momento, cada palavra, cada ação adquiriam novos significados e exigiam flexibilidade, atenção e cuidado combinados com uma postura profissional responsável e coerente em todos os contatos.

Já o acesso aos jovens é limitado pois eles permanecem em área restrita (alas, blocos) só saindo para atividades, atendimentos e audiências em horário previamente estabelecido. Ou ainda, para atendimentos extras por motivos diferenciados, via de regra, por problemas de, indisciplina, de relacionamento entre os internos ou com os instrutores educacionais, de saúde ou questões familiares. Nossos contatos foram acontecendo das mais diversas formas, como já afirmamos, e algumas observações merecem ser registradas.

Aproveitamos todas as oportunidades para estar próxima dos adolescentes. Presenciamos os atendimentos em grupos realizados pela diretora, os atendimentos individuais que acontecem na sala da direção e das assistentes sociais; entramos, por diversas vezes, nos blocos para visitar as salas de aula, as atividades ocupacionais e para assistir a partidas de futebol. Além disso, participamos das festas em homenagem às mães e das festas juninas. Cabe esclarecer que as festas são realizadas por blocos no intuito de evitar alguns encontros de “inimigos” (richas antigas iniciadas nos bairros ou até em outras unidades de atendimento), além de evitar a concentração de um número maior de adolescentes, o que dificultaria o trabalho de vigilância dos instrutores.

Nessa convivência eventual, procuramos captar sinais para além das aparências. Interessava-nos sobremaneira entender o significado que os adolescentes atribuíam àquele momento de cumprimento da privação de sua liberdade.

Um fato que nos chamou a atenção de imediato foi que aqueles jovens se vestiam com roupas de marca e, embora cada um do seu jeito, estavam essencialmente atualizados e em consonância com a estética juvenil veiculada pelo mercado mediático do momento. Não há mais o uniforme padrão usado há alguns tempos atrás nas unidades de internação servia como ponto de partida para o processo de massificação, característico das instituições

assistenciais. Não sabemos informar as razões da abolição do fardamento nas unidades de internamento. Se por economia de gastos ou por imposição da população atendida, hoje bem mais consciente e informada de seus direitos.

Logo os jovens perceberam também nossos adereços e, ao contrário do que poderíamos pensar, eles não só conhecem os acessórios de uso do momento como também os desejam, envolvidos que estão na onda de consumo globalizado. “O mercado mediático, sintonizado com essa tendência, se encarrega de transformar a adolescência em modelos de consumo”. (Oliveira, 2001: 38)

Quanto à vestimenta usada na unidade, as roupas e os acessórios como bonés, relógios e pulseiras são levados muitas vezes pelas famílias, no caso dos jovens que moram em Fortaleza. No caso daqueles procedentes do interior do estado, roupas e acessórios eram comprados no comércio local com o dinheiro recebido da bolsa aprendizagem. As marcas são eles próprios que escolhem, e representam a estética juvenil propagada pelas múltiplas técnicas de publicidade.

No que pese as relações interpessoais entre os adolescentes internos, pudemos perceber uma certa agressividade latente sempre pronta a aflorar e a gerar conflitos e tensões entre eles. É comum acontecerem agressões físicas, às vezes graves, cometidas pelos próprios jovens no interior de um mesmo bloco ou entre blocos vizinhos. Os motivos são os mais diversos e podem ou não ser esclarecidos à luz da verdade, posteriormente. Em geral, trata-se de disputa pelo poder, por parte daqueles que tentam ditar regras no intuito claro de controlar o grupo.

Parece que a privação da liberdade ocasiona, muitas vezes o que Márcia Kuumijian designou como: “A incapacidade de se fazer ouvir promove um medo desencadeador de reações múltiplas, que vão desde movimentos contestatórios à reafirmação de poder, mesmo que na esfera do doméstico”. (1983: p. 33). Na convivência diária no interior da instituição, confirmamos que muitos jovens falam em sentimento de medo quando justificam suas atitudes violentas, alguns quanto ao ato infracional cometido, outros nas reações dentro das dependências da instituição.

Neste ponto convém elucidar, conforme essa autora, uma diferenciação conceitual entre conflito e violência:

Conflito compreende embate e discussão, que podem vir acompanhados de injúria e ameaça e possui dois elementos importantes: o reconhecimento das diferenças individuais ou grupais e a possibilidade de se desdobrar em duas situações distintas: o consenso e o dissenso – ambas situações amparadas em códigos éticos que dão a direção e a extensão máxima do conflito. (...) Violência, por outro lado, é um ato que provoca constrangimento físico e moral, que corresponde à coação e ao uso da força e que significa que a ruptura se estabeleceu em uma relação cujo fim depende do jogo do confronto direto, extermínio necessário do mais fraco. (Idem, *Ibidem*. p. 25)

No cotidiano da instituição, ou melhor dizendo, no interior dos blocos, parece que nem sempre se instala a possibilidade dos profissionais analisarem os conflitos ou as manifestações violentas que ocorrem entre os adolescentes. Isso dificulta a possibilidade de transformação dos olhares, principalmente desses profissionais, sobre tais fatos na tentativa de reverter os efeitos destrutivos da violência deslocando-os para algo construtivo e criativo.

Pelo não cultivo de uma prática de compreensão mais essencial do comportamento dos jovens, via de regra, as reações institucionais a tais fatos resumem-se à dimensão punitiva perdendo de vista a possibilidade da construção de um referencial projetivo capaz de positivar tais manifestações.

Por outro lado, há que se destacar os efeitos maléficos causados por essas manifestações, principalmente, quando atingem ou ameaçam a integridade física a que todos têm direito no cumprimento da medida. Assim, há que se considerar o caráter educativo da punição, no sentido de que possa ser reforçada a questão do respeito às regras de convivência, ao interesse coletivo e à vida de cada um.

Todas as possibilidades que se colocam como reparação ou punição a estes conflitos são restritas posto que há muito pouco para tirar de quem já tem seu bem maior, a liberdade de ir e vir, usurpado. Daí que, dependendo da gravidade do fato, os jovens podem ficar reclusos nos dormitórios, portanto, sem participar das atividades comuns da unidade que ocorrem nos espaços, embora restritos, mas fora do limite dos dormitórios. É o que se chama “ficar recolhidos”. O tempo de duração dessas punições pode variar de acordo com a gravidade do ocorrido, com a situação pessoal do jovem na dinâmica da unidade ou mesmo com as negociações para mudança de comportamento.

Ocorre ainda, em casos extremos de agressão física grave, o registro do delito cometido e o encaminhamento para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), no caso de menores de dezoito anos, ou para uma Delegacia Distrital, em se tratando de maiores de dezoito anos. Nesses casos, a(s) vítima(s) pode(m) fazer exame de corpo delito.

Segundo a equipe técnica, muitos adolescentes chegam absolutamente resistentes a cumprir as normas da unidade. Essa reação dificulta, sobremaneira, as relações com os companheiros de bloco, com os instrutores e professores, além de comprometer a participação nas atividades ocupacionais existentes.

Nesse sentido, percebemos nos atendimentos feitos pelo serviço social e pela direção que o incentivo à autocrítica e à avaliação do ato infracional é sempre exercitado junto aos adolescentes no intuito de tentar fazê-los repensar, de forma crítica e consciente, o delito pelo qual estão respondendo judicialmente, no sentido de superá-lo a partir de projeções positivas que possam vir a construir em seu tempo de internação.

Para os técnicos a postura da família em apoiar os encaminhamentos é fundamental. Quando esta não concorda com uma ação punitiva direcionada a seus adolescentes acabam por atrapalhar o processo de tomada de consciência destes em relação à imposição de limites e respeito às normas coletivas, além da conscientização sobre a justiça da medida judicial a qual estão submetidos.

As relações familiares são mais centradas na figura da mãe, mesmo nos casos daqueles jovens que já têm uma companheira. Nessas relações

parecem preservar-se resquícios da constituição de relações desiguais de gênero, com prevalência do masculino, pois, segundo informações da equipe técnica, muitos jovens exercem um domínio significativo sobre suas mães, como teremos oportunidade de verificar em algumas ocorrências registradas a seguir.

Dois acontecimentos que presenciamos parecem confirmar essa análise. O primeiro foi na festa das mães, realizada em seis momentos distintos para cada bloco, no mês de Maio. A programação foi elaborada pela equipe pedagógica incluindo brincadeiras das quais as mães participariam, obviamente considerando algumas possíveis limitações como idade, timidez, religião e o fato do filho não permitir sua participação.

Com relação a esse assunto, da não permissão do filho para a participação da mãe, observamos claramente tratar-se de uma questão de gênero e dominação, onde parece estabelecer-se uma inversão de papéis, passando a mãe a submeter-se a uma posição clara de subordinação em relação aos filhos pois, alguns jovens não quiseram e, de fato, não permitiram que suas mães dançassem, brincassem e se divertissem, principalmente, na frente dos companheiros.

Uma outra situação que expressa essa relação de dominação é que algumas mães já se submeteram e ainda se submetem a levar, nos dias de visita, algum tipo de droga para os filhos, às escondidas, das formas mais inimagináveis. Tivemos, por exemplo, a oportunidade de presenciar um caso em que a mãe levava uma bermuda para o filho e na revista dos objetos (de praxe) foi encontrada maconha no cócs do elástico. O resultado desse episódio foi que a mãe foi indiciada na Delegacia bem como seu filho, que, além disso, foi recolhido ao dormitório, por alguns dias, além de ter suas visitas reduzidas.

Parece claro estarmos diante de uma relação de poder para além do que a razão poderia justificar, como afirmou Osterne, embora analisando outros esquemas de poder e dominação: "(...) Os dominados aplicam às coisas do mundo e conseqüentemente a si mesmos, esquemas de pensamentos impensados, os quais ajudam a construir as relações de poder do ponto de vista daqueles que aí afirmam sua dominação, deixando-as parecer como

naturais.” (2001; p. 149). Somente num ato impensado uma pessoa se submeteria à dominação de uma atitude tão grave e arriscada como esta.

Nesse sentido, vale observar que “os dominados, ajudam a construir as relações de poder a partir do próprio ponto de vista dos que dominam. Daí a sua aparência de naturalidade” (Idem, *Ibidem*. p. 150). Muitas mães passam por situações vexatórias, como a referida, sem a menor criticidade, portanto, sem condições de avaliar as conseqüências de seus atos.

A despeito de um certo sentido de dominação que permeia a relação mãe/filho, cabe registrar, por outro lado, as manifestações de afeto por parte da grande maioria dos jovens que receberam suas mães (algumas não puderam ou não quiseram comparecer) e/ou avós, por ocasião das festas em sua homenagem. Inclusive essas figuras receberam mais atenção do que as próprias companheiras. Para nós, estava posto, mesmo que momentaneamente, o sentimento de família, que parecia reforçado pela separação e pela situação dolorosa da privação de liberdade.

Ainda no âmbito das relações sociais dos adolescentes, discutindo um pouco mais a questão de gênero, chamou-nos atenção algo a nosso ver também inusitado: os adolescentes não quiseram convidar suas namoradas ou companheiras para as festas juninas, o que foi para nós uma surpresa. Eles não querem que suas namoradas ou companheiras se aproximem de outros jovens internos. Demonstrem sentimentos de ciúme e insegurança e, eles próprios, temem que possam ocorrer desentendimentos devido às presenças femininas já comprometidas.

Reivindicaram, no entanto, a presença de outras moças na festa até porque ficaria complicado dançar quadrilha ou forró só com rapazes. O esforço da equipe se direcionou então para garantir a participação de jovens vindas de outras instituições como Centros Comunitários que têm grupos folclóricos ou ainda de outra unidade de internação feminina, no caso, o Centro Educacional Aldacir Barbosa Mota (CEABM) que, de fato foi, quem liberou as adolescentes para participarem das festas.

De início, os jovens demonstram certa dificuldade de se “enturmar” com as jovens. Passado algum tempo o entrosamento foi acontecendo naturalmente pois sempre alguém mais desinibido (a) toma a iniciativa.

Como o número de homens era bem superior ao de mulheres estas puderam escolher seus pares para “ficar”, na linguagem jovem contemporânea, fazendo um certo jogo. Alguns rapazes que foram rejeitados se zangaram com a festa e com a própria equipe, numa espécie de transferência do sentimento de raiva e frustração. Os que se entrosaram e “ficaram com alguém” numa demonstração de satisfação pediram à diretora que convidasse novamente as meninas.

Um aspecto interessante que observamos durante as festas juninas foi que, a despeito da timidez inicial, os jovens quando “ficavam” não demonstravam nenhuma inibição em beijar e abraçar publicamente. Ao contrário, aproveitaram cada minuto daqueles momentos preciosos, embora sob constante e forte vigilância. Talvez até por essa razão mesmo: ou porque superaram os pudores ou porque não iriam poder beijar e abraçar tão cedo, pelo menos enquanto estiverem cumprindo medida de internação.

Durante a festa, os rapazes e moças demonstravam jogos de sedução de ambas as partes deixando transparecer, claramente, a questão da sexualidade, o jogo da conquista, da rejeição, da paquera, da energia sexual liberada nas manifestações de carinho no “ficar”, nos olhares e nas performances. Tudo isso misturado resultava em clima de alegria contagiante, onde, os que não participavam chamavam a atenção pela exclusão naquele cenário de encontros, desencontros e sentimentos múltiplos.

Pensando sobre o tema da sexualidade, cabe lembrar que este sempre foi um assunto, senão maldito, ao menos excluído dos projetos sociopedagógicos da instituição (desde o tempo da FEBEMCE). Parecia que as crianças e adolescentes atendidos nos diversos programas eram assexuados. Ninguém ousava tratar do assunto. Sabemos que esta forma de lidar com a questão da sexualidade na adolescência não é exclusiva do contexto institucional.

Quando, por volta dos séculos XVIII e XIX, foi criada a categoria adolescente, a medicina já apontava um projeto higienista para a sociedade, preocupada com a valorização da família nuclear, que agora deveria ocupar o espaço privado e não mais o público, bem como com a saúde (e controle) dos corpos. Nesse contexto histórico, lançou-se sobre as crianças e os

adolescentes um olhar diferenciado, mas sempre controlador, um olhar panóptico⁵¹: na medicina, através do controle dos corpos e na pedagogia, através da prática educacional disciplinar. Na essência, tudo isso implicava em vigilância e poder disciplinar sobre crianças e adolescentes. A sexualidade dos jovens tornou-se tema problematizado a partir da preocupação primeira com a sexualidade da criança considerada “específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada”, e, objeto de preocupação de uma “rede de poder sobre a infância” (Danziato,1998: p. 16 -17).

Decorreu daí o marco histórico da atenção com a sexualidade dos jovens no início voltada, especificamente, para a masturbação. Essa autora afirma: “A família, a escola, vêm exercer uma vigilância através da perseguição dos corpos, do controle da sexualidade” E mais: “o saber médico-científico sobre a sexualidade vem subsidiar todo um controle do comportamento adolescente, através de um cuidado de si.” (Idem, Ibidem. p. 17-19). Como podemos observar o olhar sobre a sexualidade de crianças e adolescentes sempre teve o viés do controle e da dominação que, em última instância, dava a essa questão um trato basicamente disciplinador embora se utilizasse o discurso do cuidado, da saúde, da higiene, como se a sexualidade carregasse em si o oposto desses elementos fundamentais ao desenvolvimento da vida humana.

Ainda nessa perspectiva e de acordo com Danziato, consideramos importante, para subsidiar nossa análise sobre a questão da sexualidade dos jovens, pouco ou quase nada discutida no âmbito e na história das instituições governamentais, que trabalham com este tipo de segmento populacional, a seguinte assertiva baseada em Michel Foucault:

A partir de Foucault, sabemos que os discursos que se formaram em torno da sexualidade serviram muito mais para contratá-la, normatizá-la, do que propriamente para reconhecê-la. Através da análise genealógica, Foucault procurou deslindar, no estudo da sexualidade, os mecanismos de uma montagem discursiva, cuja

⁵¹ No sentido usado por Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*.

roupagem científica procurou legitimar em saber a partir do qual pode-se criar dispositivos de esquadramento da sexualidade, e conseqüentemente, o exercício de um poder disciplinar sobre os indivíduos aí implicados (1998, p. 18 -19)

Assim, o que vimos observando atualmente nas instituições sociais é um discurso que expressa mais preocupação com a sexualidade dos jovens. No entanto, de fato, essa questão não tem ido além do discurso e das oficinas em geral proporcionadas por ONGs. No cotidiano das instituições de atendimento a problematização da sexualidade, não está ainda sendo tratada devidamente.

O Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider foge um pouco dessa prática já que ao ser ali instalado um *venustério*⁵², abriu-se a possibilidade dos adolescentes assumirem o direito de exercer sua sexualidade. Trata-se de fato de uma decisão inovadora.

As condições para usufruto deste direito são normativas pois deverão estar em conformidade com a dinâmica de funcionamento da instituição: só os jovens que têm companheiras podem ter acesso, e os encontros têm data e horário pré – estabelecidos. Além disso, se a companheira for menor de 18 anos há uma exigência de autorização por parte de seu responsável.

Não se pode negar, portanto, que tenha havido avanços no atendimento dos jovens infratores ao considerá-los sujeitos também de direitos sexuais, de direito sobre seus corpos, embora apenas na unidade estudada se possa verificar concretamente esse avanço.

Em nossas anotações no trabalho de campo (recurso metodológico precioso e íntimo) sempre fizemos registros de detalhes que, se transcritos extrapolariam o recorte de nosso objeto de estudo. Nelas estão contidas, além das observações necessárias ao recorte mais específico da investigação, as impressões do todo vivo e em movimento daquela unidade de internação, que

⁵² Este termo não existe nos dicionários tampouco conseguimos desvendar sua origem. Seu sentido contudo é o de constituir espaço destinado para as visitas íntimas dos jovens que já tiverem relação de convivência. marital.(marital).

indubitavelmente, causaram muitas reflexões e impactos. De fato, “o impacto provocado por uma realidade estranha, por atores que parecem encenar tramas, de outra cena social faz do ‘trabalho de campo’ o terreno primordial para o exercício do pensamento e de estímulo a vitalidade do pesquisador social” (Diógenes, 1998: p.19)

As observações mais significativas contudo foram demarcadas a fim de tentarmos proceder a uma análise posterior. Assim, um outro aspecto que importa registrar refere-se ao medo que, via de regra, as pessoas sentem dos adolescentes infratores. Eles também incorporam o medo institucionalizado em nossa sociedade dos pobres, dos negros, dos pardos, dos feios, dos mal vestidos e dos que andam a pé.

O distanciamento, a separação entre mundos pelos muros, pelas grades, certamente pode gerar uma relação de estranhamento por parte de quem está do lado de fora, “no mundo de cá”. Esse medo parece ser um sentimento amparado pelo preconceito e, mais uma vez, o olhar sobre os adolescentes que cometeram atos infracionais é fragmentado e passível de um único foco: o foco do delito cometido. Inclusive assistimos, em ocasiões diferentes e através de sujeitos distintos, a manifestação desse sentimento e em decorrência, a recusa do contato com esses jovens.

A primeira situação ocorreu com uma jornalista que foi à instituição no intuito de realizar uma matéria referente à Semana Anti-Droga (que acontece em nível nacional). Havia, de fato, no CECAL uma programação específica para os internos, com atividades diversas tais como palestras, filmes, jogos, testemunhos de vida, etc. Referida profissional, ao adentrar nas dependências internas da unidade, onde se encontravam os jovens e toda a equipe técnica, não conseguiu permanecer no local por mais de dez minutos, aparentando além da inexperiência profissional, uma absoluta falta de conhecimento sobre o atendimento realizado por aquela instituição para aquele segmento populacional. Sua postura expressou claramente o medo que sentia daqueles jovens.

Fato semelhante aconteceu com um time de futebol formado por adolescentes que, embora inscrito no torneio denominado Ceará Travesso,

promovido pela Secretaria de Esportes do Estado, não compareceu aos jogos por ter ficado com medo de ir jogar no interior do Centro Educacional.

Assim, com uma sensação de incompletude, pois pensamos que as palavras nem sempre expressam o melhor dos sentimentos, passamos a uma outra etapa da expressão de nossos sentimentos em contato com o “mundo de lá”.

No próximo item desse capítulo procuraremos relatar nossas observações e sentimentos que perpassaram a trajetória da nossa pesquisa de campo.

4.2 O contato com a realidade: sentimentos que perpassam todos os momentos

Com efeito, em última análise, é precisamente nas coisas mais profundas e importantes que estamos indizivelmente sós...

Rainer Maria Rilke, *Cartas a um jovem poeta*

Ao longo desses anos de experiência profissional na área de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal⁵³ ou em conflito com a lei procuramos sempre estabelecer relações de confiança e respeito. Sabemos, entretanto, que o relacionamento com esses jovens não é tão simples como alguns, romanticamente, poderiam considerar. O que estamos querendo reafirmar é que os jovens infratores são pessoas inseridas em um mundo social, portanto, permeado de relações contraditórias que têm sentimentos, necessidades, desejos, medos e que a infração cometida não é a única circunstância a ser considerada.

⁵³ Sobre essa qualificação encontramos uma conceituação muito clara num estudo realizado no Rio de Janeiro sobre políticas para a infância e juventude: “A primeira situação de risco é a desvinculação familiar [...]. A segunda situação [...] são os maus-tratos, destacando-se a violência doméstica e o abuso sexual. A terceira situação de risco é a exploração no trabalho. Depois, temos os meninos e, principalmente, as meninas exploradas sexualmente onde destacamos a questão da prostituição infantil e infanto-juvenil, e temos também o problema da dependência química. [...] Por último, e não menos importante, o menino envolvido com cometimento de ato infracional.” (SARAIVA, Cláudio Tourinho. *Ações Socioeducativas e Políticas de Educação, Trabalho e Promoção Social*. In: BRITO, Leila Maria Torraca de. (Coordenadora) *Responsabilidades. Ações Socioeducativas e Políticas Públicas para a Infância e Juventude no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2000, p. 29-30.

Queremos, no entanto, nos reportar ao sentimento de medo que particularmente também nos acometeu. Depois das duas reuniões que tivemos com os adolescentes para convidá-los a participar da pesquisa e passados alguns eventos, chegou o dia em que deveríamos iniciar nossas entrevistas, e nos deu medo. Não era absolutamente medo dos adolescentes, de estar com eles. Era um medo talvez até de nossas próprias limitações, um medo pessoal.

Talvez pudéssemos traduzir esse sentimento em medo de rejeição, de não aceitação por parte dos adolescentes, como se eles pudessem nos barrar de adentrar em seus mundos. Um mundo que talvez só eles mesmos pudessem compreender porque o vivenciavam. Também o temor de fracassar em relação aos objetivos de possibilitar oportunidade a esses jovens infratores de falar por si próprios sobre suas razões ao praticar os atos infracionais violentos. Além disso, a ansiedade por tentar oportunizar a esses adolescentes, cuja imagem tem surgido mistificada em meio à “violência globalizada” da contemporaneidade, algumas explicações para o “mundo de cá” sobre suas histórias de vida,

Ademais, não queríamos assumir uma postura de avaliadora, ou de juíza, no caso, porque não era esse o nosso objetivo muito menos o nosso papel. Ou como referiu César Barreira ao pesquisar sobre crimes de pistolagem: “Ao mesmo tempo, tentei não me situar na posição de avaliador, objetivando diminuir, ao máximo, a ‘violência simbólica’, bastante presente na relação entre sujeito entrevistador e sujeito entrevistado.” (1998: p. 19).

O medo se transformou em angústia e sentimos a necessidade de dividir esse sentimento com alguém com quem pudéssemos aceitar e assumir a dificuldade de falar sobre crimes de homicídio. Nesse contexto, provocamos então uma discussão com a equipe técnica, onde pudemos colocar claramente os nossos sentimentos. Consideramos tal discussão de uma riqueza incomparável para a composição deste trabalho, além de ter nos ajudado a superar aqueles momentos de grande ansiedade sem perder a emoção. Como afirma Rubem Alves: “emoção e objetividade não se opõem. É a emoção que cria o objeto”. (2000: p. 199)

Iniciamos a discussão colocando claramente nossos temores e emoções daquele dia por estar diante da possibilidade de nos encontrar com os

adolescentes e, principalmente, por ter que falar sobre a violência de seu ato infracional. Naquele momento importava-nos saber como as profissionais reagiam quando recebiam aqueles jovens e como procediam os atendimentos em sua prática profissional. É o que passamos a registrar a partir de agora. Alguns trechos podem vir carregados de linguagem coloquial o que decidimos preservar para que esse momento pudesse ser repassado de forma fidedigna.

Formulamos para a equipe as seguintes perguntas: *Quando chega um adolescente e vocês ficam sabendo que ele cometeu um homicídio grave, que tipo de sentimento se manifesta em vocês?*

V., pedagoga - *Uma estratégia que eu uso é não procurar saber muitos detalhes de como ocorreu. Porque a partir do momento que a gente fica procurando todos os detalhes, realmente cria-se um distanciamento, uma rejeição em relação ao menino. Claro que existem alguns casos em que você vai ter que ver, vai ter que buscar. Mas hoje a avaliação que eu faço, desde quando comecei a trabalhar, e hoje como estou em relação a isso, mudou muito, eu estou muito mais crítica. Até pela questão da inexperiência, a gente acabava buscando mais, procurando saber os detalhes de como aconteceu o ato. Com o passar do tempo fui percebendo que isso fazia com que eu rejeitasse aquele menino. Então passei a não procurar mais detalhes para que eu pudesse trabalhar com ele, enquanto ser humano. Não como um caso de homicídio puro e simples, para que eu não colocasse nenhum julgamento de valor. O julgamento nos coloca dificuldade de trabalho porque você se revolta, fica angustiada. Quando às vezes você encontra um caso julgado de uma forma errada, injusta como por exemplo, um menino que cometeu um ato infracional grave julgado de forma incompatível, causa indignação. Assim, eu prefiro trabalhar o ser humano para ver o que ele tem de bom, o que ele pode melhorar e no que eu possa ajudar para que ele melhore. Porque se a gente for trabalhar visualmente só a questão do ato infracional, eu pelo menos, não consigo trabalhar”*

G., psicóloga: *“Para mim, toca muito mais a questão do abuso, da violência sexual. De qualquer forma, procuro no primeiro momento, não julgar. Porque, nós como psicólogas, temos que explorar os casos um pouco mais. Até mesmo a questão da história de vida. Eu procuro, como se diz, respirar*

fundo, porque acredito que ninguém é ruim, ninguém nasce ruim, isso é construído. Então a história, o histórico de vida, o que aquele jovem passou na infância e na adolescência diz muito do que ele é hoje. Quando você procura saber, você passa a compreender que ele não praticou aquele ato por maldade, por ruindade. Foi todo um histórico de vida terrível que ele passou com muitas privações, violência e tudo mais que fez com que ele se transformasse no que ele é hoje e no que ele cometeu. Quando ele chega a gente realmente diz 'Ah, ele matou!...', mas quando você analisa todo o contexto você faz outra leitura, outro julgamento. Eu tenho uma opinião igual à da Vânia: que a gente tem que ver, não que o menino é 'ruim', ele tem algumas coisas, que talvez nem saiba, de positivo na vida dele, que ele nem se permite ser ou saber porque se acha uma pessoa ruim. Eu já atendi muito adolescente que diz 'ah, eu não presto, eu sou ruim, eu não tenho jeito'. Ouvir isso também choca, né? E você fica querendo ver alguma coisa... Tem situações que realmente nos chocam mais. Na verdade, com o tempo você acaba acostumando mais e não vê da mesma forma... É como no caso dos médicos. Eles têm que construir uma proteção para poder lidar com a dor do outro. É mais ou menos isso o que a gente faz também. Constrói algo para poder lidar com aquela situação, para deixar todos os julgamentos, os preconceitos e os valores, um pouco de lado e focalizar na pessoa mesmo no histórico que levou 'Fulano' a fazer tal coisa a culminar naquilo.

J., assistente social – *Como a gente tem o trabalho com o juizado, principalmente com a equipe da Privação de Liberdade, que enfatiza muito essa parte do ato infracional, alguns casos têm realmente que ver como a história aconteceu. Então temos que ler a sentença e geralmente o primeiro impacto é aquele do distanciamento '- puxa, como é que aquele menino fez isso, foi tão cruel'... Já houve casos aqui que, de princípio, nós tivemos até um pouco de resistência, só que tentamos não transmitir isso para o adolescente porque sabemos que essa reação é natural, é o primeiro impacto. Depois que intensificamos os atendimentos e vamos acompanhando melhor o caso, procuramos uma forma de ver o adolescente como um todo e não só pelo ato infracional que cometeu. Vê-lo como pessoa, como pessoa em desenvolvimento, como a Gláucia disse: uma pessoa que tem uma história na*

infância, até mesmo na gestação, na adolescência, o contexto familiar em que vive. São várias coisas que determinam aquela atitude. Ninguém nasce totalmente ruim nem totalmente bom, todo mundo tem um lado ruim e tem um lado bom. Agora temos é que desenvolver o que há de bom naquela pessoa, que muitas vezes ela nem percebe que tem. Chega com a auto-estima muito baixa. Incorpora mesmo aquela história de ser marginal e nós vamos trabalhando nesse sentido. Mas, realmente, no primeiro impacto, tem casos que nos chocam bastante. Com o tempo porém vamos procurando nos trabalhar para não colocar o ato em si em primeiro lugar. Principalmente, em relação à medida de internação, procuramos trabalhar com o adolescente, como pessoa em desenvolvimento e não só como autor de um ato infracional. Assim, procuramos tratar igualmente tanto o que cometeu um roubo, como o que cometeu um assalto. O que cometeu um estupro, o que cometeu um latrocínio, tratamos todos da mesma forma. Há meninos que, por incrível que pareça, olhamos para sua sentença, lemos sobre o que aconteceu e não conseguimos perceber naquele menino, aquela pessoa que muitas vezes parece aquela pessoa que poderia cometer aquilo. Lógico que aconteceu, está registrado ali. Às vezes porém fica difícil de acreditar porque conhecemos aquela pessoa além do ato infracional que ele cometeu.

L., psicóloga - *O que não se falou aqui é que todos nós temos um viés... É bem verdade que nós temos todo esse cuidado de ver o adolescente de uma forma diferenciada. O adolescente que pratica o ato infracional, não todos os adolescentes que estão em liberdade, sem ter cometido nenhum tipo de ato infracional, mas a questão do viés é a seguinte: eu sei que como ser humano eu tenho as minhas bases. Tenho coisas em que acredito das quais não posso fugir, pois foram construídas através da minha experiência de vida, educação e várias outras coisas. Assim, pode acontecer, algumas vezes, que eu não consiga ter uma empatia com aquele adolescente, não é nem pela questão do ato infracional, mas uma coisa mesmo relacionada com a questão pessoal, uma questão do ser humano mesmo. A respeito do ato infracional é claro que a gente tenta dissociar o ato infracional do ser humano, do adolescente que está aqui com a gente, com o qual estamos tentando fazer um trabalho de ressocialização, um trabalho para tentar engajá-lo novamente na*

sociedade, mas na verdade, em alguns momentos você se choca... Eu lembro do caso de um adolescente que eu tive em minhas mãos todo o processo dele com as fotos do que tinha acontecido, eu já conhecia o jovem de algum tempo, já estava trabalhando com ele há algum tempo, então, quando vi, quando obtive aqueles dados e vi as fotos, é como a Vânia falou, seria melhor a gente deixar passar... Mas aquilo veio para minhas mãos, não que eu tivesse ido atrás, mas chegou até mim. Quando eu olhei, no primeiro momento eu me choquei e fiquei pensando como eu iria trabalhar, porque a questão visual marca muito, como eu iria trabalhar com tudo aquilo que tinha visto, em relação ao adolescente? Passou um certo tempo, eu tinha que atendê-lo tinha que acompanhá-lo em audiência. Aí refleti como aquele ser humano, que tem várias outras qualidades, poderia ter feito aquele tipo de coisa que eu tinha visto. Eu acho que passa por aí a questão que o ser humano tem esse lado, e às vezes surpreende. Nós não sabemos do que ele é capaz, você tem que ter consciência disso, tanto para o lado positivo como para o lado negativo. Tanto que ele é capaz de fazer algo belíssimo como fazer coisas hediondas. É mais ou menos ter consciência que você é um ser humano, que eu estou trabalhando com você e que por ser um ser humano, você pode me surpreender de várias formas...

L., diretora - Eu acho que, porque trabalhamos com essa história, não podemos ver o menino só sob a questão do ato infracional. Até porque trabalhamos com a questão sociopedagógica, com a ressocialização, mas também não podemos deixar de nos horrorizar, porque senão banaliza, você banaliza e embrutece. Você começa a ver as coisas e diz ‘-não, é normal’, daí você deixa de fazer uma análise crítica daquela situação daquele menino até do processo de evolução dele, dentro daquela visão do ato infracional, daquele momento do ato infracional. Eu acho que essa banalização passa pelos instrutores, quer dizer, quando eles, os instrutores, entram, entram com uma visão diferente, pensando: ‘- Ah, os meninos, eles são vítimas. Eles são vítimas de uma sociedade, eu preciso fazer alguma coisa, eu quero aqui ajudar...’ Com o passar do tempo isso fica tão banalizado que eles não acreditam. Eles vêm todo dia aquela violência, tanto cometimento de violência, tanta coisa grave que eles passam a ignorar esse projeto de ajuda em relação aos adolescentes.

Não se horrorizam mais, se acostumam e banalizam. Por isso eu acho que apesar da gente não dever trabalhar apenas com a questão do ato infracional e sim ver o menino como um todo, não podemos trabalhar dissociando da gravidade do que ele cometeu. E tem que se horrorizar sim, temos que nos chocar que é para não embrutecermos o coração. Eu acho que passa por essa visão... Por exemplo, já teve menino aqui com uma história que poderia passar por uma banalização: tinha matado a namorada. Quando ele chegou eu tive muita raiva no primeiro momento, pois em seguida ele pediu ‘- Ah, eu quero a visita da minha namorada’, eu tive um sentimento de ódio dele, pois pensei, como é que ele tinha um relacionamento com uma moça e por sentimento de ciúme, que não foi nem tão claro, ele a mata e vem me pedir a visita de outra namorada, banalizando exatamente o ato que havia cometido. Aí é que tá, a banalização passa por tudo isso, você não pode banalizar porque o adolescente acaba banalizando também e a violência passa a ser uma coisa corriqueira. Então, você tem que passar por esse processo do sentimento, dele ter consciência da gravidade do que cometeu. Eu acho que o menino quando chega, chega um pouco transtornado com a situação mas não com sentimento de arrependimento, não com uma visão crítica, com criticidade em relação àquilo que cometeu. Ao longo do tempo, é que vamos trabalhando e depois começamos a perceber que esse sentimento aparece, com quase um ano de internação. Com a privação da liberdade, esse sentimento vai aflorando, porque nos primeiros meses eles dizem que têm consciência do que fizeram só para poder se dá bem. Para poder constar no relatório da equipe técnica da unidade. Depois a gente vai percebendo isso, com o tempo. E o que temos que trabalhar é essa questão da violência...

E., assistente social – *Outro aspecto muito importante a considerar é a questão da família no processo de tomada de consciência do jovem durante o cumprimento da medida de internação. Pois, muitas vezes, os pais vêm reclamar por alguma punição sofrida por seu filho mesmo que ele tenha cometido uma falta no interior da unidade, como usar drogas, lesionar um companheiro, participar de uma rebelião, etc. e assumem essa postura diante dos filhos, não colaborando em nada para o exercício da autocrítica do adolescente. Antes pelo contrário, atrapalhando. Há situações em que o*

próprio jovem repreende sua mãe enfocando que a equipe está correta em aplicar-lhe determinada sanção em casos extraordinários. A própria sentença judicial é questionada mesmo quando o filho comete um homicídio grave. Então, o trabalho com a família é fundamental e deve ser realizado de forma contínua durante o tempo em que o adolescente estiver cumprindo a medida socioeducativa.

J., advogada – *O meu trabalho é bem diferenciado do resto da equipe porque minha ação se direciona mais às questões legais e ao acompanhamento dos processos judiciais dos adolescentes. Por isso também tenho conhecimento dos casos com riqueza de detalhes e, claro, me choco como as outras. No entanto, não tenho muitos contatos com os adolescentes como as outras profissionais, o que me alivia um pouco desse sentimento de rejeição. Mas na vida fora do trabalho tenho dificuldades em falar sobre os casos daqui porque as pessoas questionam como eu posso defender esses meninos que cometeram tais crimes. Em casa, então, eu até evito comentar sobre esses casos porque gera um clima de desconforto entre meus familiares.*

Continuamos por mais algum tempo aprofundando ainda algumas questões mas num nível mais particular de casos específicos que consideramos redundantes registrar aqui. Gostaríamos de ressaltar, então, que essa discussão foi para nós de um valor incalculável. A possibilidade de falar sobre nossos sentimentos teve um significado “praticamente terapêutico”, uma vez que pudemos expressar algo que se encontrava no recôndito de nossa subjetividade e parecia não caber mais. Ademais, a contribuição que cada uma deu, de seu ponto de vista pessoal e profissional, proporcionou-nos significados diversos sobre essa questão tão complexa das relações pessoais com os jovens infratores. O mais importante é que nos deixou ainda mais seguras em nossas convicções de que há que se estabelecer um olhar diferenciado sobre estes jovens. Diferenciado mas não desigual, diferenciado mas, e fundamentalmente, desprovido de preconceitos.

Naquele momento abrimos nossos corações e mentes e parece que todas vivenciamos uma espécie de processo terapêutico. A partir dali nos sentíamos mais seguras em relação aos nossos próprios sentimentos e temores. A equipe, como numa via dupla, sentiu-se gratificada e quando

esgotamos nossas reflexões estava posta a proposta de se retomar outros momentos como aquele, em que as profissionais pudessem transcender a dimensão burocrática dos atendimentos e o ativismo do cotidiano da instituição, que indubitavelmente concorrem para reduzir os contatos com os jovens, automatizam as ações e impedem ou interferem na capacidade de criar, refletir e propor dos profissionais. Assim, a ação parece que fica num nível mecânico e nunca se tem tempo para parar um pouco, pensar e criar. Vai-se tentando no cotidiano do trabalho colocar no lugar apenas o que está fora “da ordem”.

Depois dessa “lavagem de alma”, agora bem mais fortalecidas, passamos a entrevistar os jovens.

4.3 Trajetórias de vidas de adolescentes em conflito com a lei

*Hei, Joe,
Onde é que você vai
Com essa arma na mão
Hei, Joe,
Esse não é o atalho pra sair dessa condição
Hei Joe, Rappa, 1996*

Finalmente chegou o dia de realizarmos nossa primeira entrevista (Anexos, p.205). Tentamos elaborar as questões de forma a abranger vários assuntos de pretense interesse dos jovens e do nosso próprio na busca de responder as perguntas centrais deste estudo. Assim, abordamos temas referentes às suas histórias de vida, suas famílias, seus sonhos, seus planos para o futuro e, fundamentalmente, suas versões sobre o homicídio que cometeram.

Sabíamos de antemão que alguns jovens seriam mais colaboradores que outros no sentido de falar para além das perguntas específicas da entrevista, seja por suas próprias características pessoais seja pelas próprias circunstâncias que envolveram o ato infracional cometido. Tanto é assim que dois jovens se negaram a participar das entrevistas justificando que só davam entrevistas no Juizado. Depois, foi-nos explicado que esses jovens cometeram

atos infracionais muito graves e, conseqüentemente, não conseguem e não querem falar sobre o assunto.

Desde o primeiro momento sempre recuperamos para os jovens aquela nossa intenção de estudo apresentada na reunião em que mantivemos o primeiro contato. Relembramos os objetivos da pesquisa, reforçamos o compromisso com a manutenção do sigilo de suas identidades e explicamos a necessidade do uso do gravador como instrumental de trabalho.

Procuramos sempre deixar claro que não tínhamos nenhum poder de interferir sobre a questão judicial de seus casos, mesmo assim, houve jovens que, ao final da entrevista, pediram ajuda em seus processos. César Barreira chamou, em situação análoga, este fato de “participação na entrevista” por parte do sujeito investigador exigida pelo sujeito investigado, quando este solicita uma opinião ou uma posição de cumplicidade do entrevistador. (1998: 32)

Cabe informar que estão registradas só as questões que abordam o recorte específico de nossa investigação.

Feito isto começamos por solicitar alguns dados iniciais de identificação numa tentativa de romper um pouco com as inibições naturais de acontecerem no primeiro contato mais formal.

Nenhuma das entrevistas seguiu o mesmo roteiro pois, cada adolescente estabelecia uma relação diferenciada com a pesquisadora e, dessa forma, uma pergunta podia suscitar outras e a conversa ia se desenvolvendo no ritmo de cada entrevistado. Alguns de tanto falar, quase não nos davam chance de seguir nosso roteiro. Outros para os quais precisávamos repetir as perguntas explicando detalhadamente cada uma delas. Dificilmente conseguimos seguir o roteiro previamente elaborado.

Como não havíamos lido os prontuários previamente (no intuito de não formar nenhuma idéia pré-concebida sobre os jovens) só naquele momento ficamos sabendo a procedência dos adolescentes entrevistados. Este é um dado muito significativo pois sabemos que as vivências de um adolescente que mora em Fortaleza são bastante diferenciadas daqueles procedentes do interior. Este fato foi realmente constatado nas entrevistas. Apesar dos efeitos da globalização que “encurta distâncias”, é notória a diferença de experiências

do jovem da capital e daquele do interior, como por exemplo: o tipo de vida que levava antes de ir para o CECAL com relação à escola, trabalho, lazer, relações familiares e comunitárias, etc. Somente sobre o visual, podemos observar que, nessa área, a globalização já deixou sua marca pois aí o “estilo juvenil” é o mesmo.

Confirmando as estatísticas internas da unidade (Anexos) que apontam a grande maioria de jovens procedentes da capital, nossos entrevistados, eram 60% da capital e 40% do interior.

Com relação à faixa etária, temos um jovem de 19 anos, três com 18 anos, cinco com 17 anos e apenas um jovem com 16 anos. Dentre eles, dois foram admitidos no CECAL no ano de 2003, sete foram admitidos em 2002 e um em 2001. Como o caso de todos foi homicídio, alguns bem graves, a expectativa é de que nesses casos, os autores permaneçam na instituição durante o prazo máximo permitido pelo ECA, que é de três anos.

Todos os jovens, com exceção de um apenas, moravam com suas famílias (pais, ou mãe, ou avós ou ainda, tios) e companheiras, no caso de já terem vida conjugal. O único adolescente que não estava morando em casa, pois tinha vivência de morar nas ruas, há mais de três anos, tem mãe e irmãos, o pai já é falecido. Em relação à vida conjugal dos jovens entrevistados, oito ainda permanecem solteiros e apenas dois têm companheiras. Esses dois já têm descendência.

Quanto à renda familiar, temos que 90% das famílias têm renda fixa baseada no salário mínimo vigente (R\$240,00), proveniente do emprego de algum membro da casa, de pensão ou aposentadoria. Apenas um adolescente procede de uma família que possui um comércio além de outras fontes de renda. Dentre os entrevistados, a metade fez referência a ajudas eventuais de outras pessoas como irmãos, tios ou tias, através de trabalho informal, na composição da renda familiar. Assim, podemos verificar, com exceção de um jovem, que as famílias dos outros nove jovens não ultrapassam a média de dois salários mínimos mensais⁵⁴.

⁵⁴ Vale registrar que esses dados são muito mais estimativos do que precisos a não ser nos casos de pensões e aposentadorias, ambos baseados no salário mínimo atual vigente: R\$240,00.

Caberia aqui uma menção sobre a questão da renda no Ceará para que possamos nos situar em um contexto mais amplo onde estão inseridos os jovens objeto de nossa pesquisa: *“No caso do Ceará (...) ainda persistem diferenças com relação à estrutura de rendimento nacional. Como pode ser visto, em 1998, 44,5% da população ocupada no Ceará tinha rendimento médio mensal per capita de até meio salário mínimo, enquanto que, no Brasil, encontra-se apenas 20,7% da população ocupada nessa mesma faixa de rendimento.”*⁵⁵

Diante desse quadro podemos concluir que a situação da população de um estado do Nordeste com essa base de distribuição de renda, não pode ser comemorada pois as dificuldades e os impedimentos para uma real melhoria de condições materiais de vida são muito precárias e os jovens nascidos e criados nesse cenário dificilmente conseguem romper com esse ciclo de pobreza via educação ou trabalho.

Quanto à moradia, 80% dos adolescentes moram em casa própria, mesmo que em terrenos de ocupação, em condições mínimas de infraestrutura e saneamento básico. Os bairros dos jovens que moram na capital localizam-se na periferia de Fortaleza. Têm, portanto, acesso precário aos bens e serviços à disposição da população nos bairros privilegiados da cidade. Apenas a família de um jovem mudou de endereço depois do delito praticado por ele e saiu do bairro de periferia onde morava.

Cabe aqui fazer uma reflexão a partir do conhecimento dos bairros de maior procedência dos jovens que cometem infração (Capítulo III). O bairro do Papicu, apontado como tal, incorpora o cenário de contradições característico da cidade de Fortaleza, capital dos contrastes, onde convivem em um mesmo espaço físico os barracos de taipa de uma favela e as mansões da pequena parcela muito rica da população fortalezense. Trata-se de um bairro onde habitam pessoas representantes fiéis das desigualdades sociais que só vêm sendo aprofundadas nesses últimos anos na sociedade brasileira, e como não poderia deixar de ser, na cearense. Convivem lado a lado, às vezes, de forma pacífica outras não. Aí parece travar-se um conflito entre o real e o virtual, entre o desejo de ter e sua impossibilidade de concretização. Presume-se que

⁵⁵ Documento O Brasil diz não à Violência. Sociais de Prevenção à Violência. Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência. Fevereiro/2002 (Versão: Fortaleza).

as desigualdades sociais sejam algumas das circunstâncias propícias ao cometimento de delitos.

Quem vive na cidade, no entanto, pode observar como aos poucos essas populações de baixa (ou nenhuma renda) vão sendo retiradas do cenário, atualmente, nobre da cidade como por exemplo o bairro do Meireles, de onde as populações pobres já foram banidas há bastante tempo. Pelo registro apresentado em um estudo realizado por Gisafran Jucá sobre a cidade de Fortaleza entre 1945 e 1960 temos que: “De 1930 a 1950, além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o Cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, situado entre o açude João Lopes e o atual Monte Castelo, além da Varjota, Meireles, Papoquinho e a da Estrada de Ferro.” (2003: p.48). Sabemos que ambos os bairros Varjota e Meireles nos dias atuais são considerados área privilegiada da cidade. Quando esse fenômeno acontece, aos olhos do visitante mais desavisado e encantado com a propaganda da indústria do turismo, ficam só as lindas praças, os modernos shoppings center e as suntuosas mansões e prédios. Os contrastes e as desigualdades denunciados anteriormente vão desaparecendo, sendo deslocado para as periferias. O bairro do Papicu ainda foge a essa lógica, pois, como afirmamos, ainda se misturam condomínios das classes mais abastadas e favelas, ocupando o mesmo espaço social. Aos poucos, no entanto vamos assistindo a retirada de algumas dessas favelas das áreas mais visíveis, como no caso das casas localizadas próximo ao viaduto da Av. Eng. Santana Júnior no cruzamento da recém inaugurada Via Expressa.

Com relação à escolaridade, o nível entre os entrevistados é bastante diversificado. Vale observar que na instituição eles são regularmente matriculados em cursos vinculados oficialmente à Secretaria de Educação do Estado. Três adolescentes cursam o Supletivo do Ensino Fundamental; dois cursam o Ensino de Jovens e Adultos I (EJA I), que corresponde à 1ª e 2ª Séries; três estão no Ensino de Jovens e Adultos II (EJA II), que corresponde à 3ª e 4ª Séries, e, por fim, dois estão engajados no Supletivo do Ensino Fundamental. À exceção de dois jovens, os outros têm muitas dificuldades de expressão no uso correto da língua. Ademais, pudemos perceber a dificuldade com a escrita quando solicitamos um relato de suas histórias de vida. Essas

Histórias de Vida encontram-se no final deste capítulo e foram preservadas em sua forma original, ou seja, exatamente como os jovens as escreveram.

Esse item nos remete a refletir sobre a qualidade da educação em nosso país. Como sabemos, a educação é considerada, no quadro de índices sociais, questão prioritária nos países desenvolvidos. No Brasil, entretanto, os indicadores sociais confirmam sua profunda deficiência nessa área: temos 15% de analfabetos entre a população maior de 15 anos, fenômeno que se agrava nos estados do Norte e Nordeste; de 100 crianças que entram para o ensino fundamental só 20 concluem, para enunciar apenas alguns elementos. Isso sem contar que o tempo médio que crianças e adolescentes conseguem ficar na escola é de menos de quatro anos para um quarto de jovens e adultos. (OLIVEIRA, 2001). É muito comum os jovens das classes pobres, que estão pelas ruas ou mesmo os que estão cumprindo medida socioeducativa, confirmarem que passaram só alguns anos na escola e que, às vezes, foram inúmeras as tentativas de retorno, por necessidade e iniciativa próprias ou por pressão da família, em geral sem sucesso.

Não é sem razão que o Brasil ocupa um lugar tão escandaloso no cenário mundial no que se refere à educação, “só perdendo para Bangladesh e Guiné-Bissau, em classificação recente da UNESCO”. (Ibidem, Idem: p. 48). Nas análises de Carmen Oliveira sobre o contexto nacional no âmbito da educação, mesmo reconhecendo algumas diferenças regionais, percebemos bem esta problemática:

De um modo geral, a precária situação no setor educacional no Brasil pode ser apontada como um dos fatores que levam o adolescente de periferia a se sentir pouco mobilizado com a escola, um lugar de onde evade muito cedo, ou que serve apenas para preencher o tempo ou cumprir os ritos sociais previstos nesta faixa etária. Uma recusa à escola que é feita, em primeiro lugar, pelos governos, quando esses são os primeiros a desprestigiar a escola pública, com os salários achatados dos professores e com os escassos

investimentos na infra-estrutura para o trabalho em sala de aula. (OLIVEIRA, 2001: p. 49).

No Ceará a situação não é diferente, estudos⁵⁶ comprovam que o índice atual de desenvolvimento humano está abaixo do registrado para o Brasil. Tal situação tem refletido na situação educacional do Estado que, em última instância, interfere negativamente no nível de qualificação da população. Os adolescentes que estão privados de liberdade confirmam esses estudos: ouvimos de todos os professores que prestam serviço no CECAL as dificuldades dos jovens em acompanhar as aulas ministradas em razão de seus baixos níveis educacionais.

Ademais, o que temos podido comprovar, não só em estudos atuais sobre educação mas a partir também de dados empíricos, é o fato, cada vez mais comum, de alunos da 4ª série do Ensino Fundamental que mal sabem ler e escrever, podendo ser considerados semi-analfabetos. Como vemos na fala de um jovem interno que “na liberdade” cursou até a 4ª Série e na privação de liberdade está inserido na turma de EJA II que corresponde ao nível de 3ª e 4ª Séries: “*Sei ler muito não, mas eu sei. Só um pouquinho mesmo...*” (D., 17anos).

4.4. Ouvindo as histórias dos jovens “do mundo de lá”

*Cada crime, uma sentença. Cada sentença, um motivo,
Uma história de lágrima, sangue, vidas e glórias.
Abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo,
desilusão,
Ação do tempo. Misture bem essa química, pronto:
fiz um novo detento.
Racionais MC's, Diário de um detento*

Antes de retratar o resultado de nossos colóquios com os entrevistados, convém informar que os adolescentes foram recebidos um de cada vez, sempre no mesmo local, no bloco da equipe técnica. Todas as entrevistas desenvolveram-se em um só encontro, por isso mesmo não marcávamos prazo

⁵⁶ Documento: O Brasil diz não à Violência. Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência. Fevereiro/2002 (Versão: Fortaleza).

determinado para concluí-las, assim cada jovem teve o tempo que quis para falar. Obviamente alguns só responderam estritamente o que perguntamos e não acrescentaram nenhum comentário a mais, outros, ao contrário, falaram além de nossas expectativas. Em média realizávamos duas entrevistas por dia, dependendo da disponibilidade dos próprios adolescentes e das atividades de rotina da unidade.

Alguns jovens já nos estavam cobrando a data da entrevista, o que consideramos um sinal positivo pois indicava que alguma expectativa havia sido criada em relação a esses futuros encontros.

Depois de ter traçado minimamente o perfil dos jovens entrevistados, passamos a questões de ordem mais subjetiva: **1. Quem é você?** Não obstante as reações tenham sido as mais diversas, percebemos a dificuldade que os adolescentes demonstraram em falar de si mesmos, na tentativa de construir uma espécie de “auto-imagem”, Além disso, nenhum deles fez referência à sua fase da infância. Todos iniciaram suas falas a partir do ato infracional que cometeram. Percebendo a lacuna fizemos algumas perguntas diretas sobre a infância, lembrança boa ou ruim, desta fase: **4. Você tem alguma lembrança da infância, boa ou ruim, que lhe tenha marcado muito?** Alguns esboçaram poucas referências como brincadeiras nas ruas, peladas de futebol, mas nada que pudesse expressar alguma experiência de forte significado para eles nesse período de suas vidas. As respostas variavam até no tempo verbal, tais como a destes jovens:

“Eu sou uma pessoa normal, né? Gosto de brincar. Falo com todo mundo, respeito todo mundo e vou levando a vida. É isso mesmo que eu sou.”

(B., 18 anos)

“Eu sou um cara legal...um cara bacana... porque a droga tomou conta do meu juízo, tá ligado?...” **(D., 17 anos)**. Ou como a resposta destes outros:

“Assim, às vezes eu ia pra festa...depois eu parei de gostar de festa porque aquelas festa só dava era confusão. Aí eu ainda estudava quando comecei a namorar com a J., aí teve confusão com o pai dela aí eu deixei ela e vim pra cá passei uns tempos aqui pra trabalhar. Depois eu voltei pra Mombaça e aí aconteceu...” **(F. B., 18 anos)**

“Eu era um jovem normal, que estudava, gostava de jogar bola, de sair, de passear e de namorar... Tinha muitos amigos também... Depois comecei a usar droga e tudo ficou muito diferente, tudo mudou...” (J., 18 anos).

“Eu sou uma pessoa que trabalhava, estudava. E quando sobrava tempo, eu fazia curso de informática.” (D.F., 17 anos).

Ou ainda com projeções futuras, como:

“Eu sou um rapaz que pretendo crescer na vida, sair daqui, ter minha família, né?...” (J.R., 17 anos).

E, nesse percurso, nenhum dos dez jovens fez qualquer referência à sua infância embora não seja esta uma fase que esteja já tão distante. Esse foi um aspecto que nos chamou atenção, embora reconheçamos o imediatismo próprio da fase da adolescência. Apenas um jovem ao falarmos de lembranças se reportou à idade de quatorze anos e disse: *“Eu lembro quando eu tinha 14 anos e o meu pai gostava muito de mim...”* (D., 17 anos).

Aproveitamos a oportunidade para falar sobre suas **famílias**, o significado que assumem em suas vidas e até no seu envolvimento com a prática do homicídio: **2. Você considera que a família é importante na vida das pessoas? A sua família tem importância para você? Quem são as pessoas mais importantes?** O resultado dessa reflexão foi impressionante pois, 100% dos jovens responderam que a família tem uma importância fundamental na vida das pessoas. Alguns confessaram que só depois que ficaram privados de liberdade foi que atentaram para o real valor de suas famílias. Referem essa importância anteriormente ao acontecimento do delito, quando lhes eram dados conselhos e orientações, e agora na internação, com o apoio que lhes prestam através das visitas, dos telefonemas e de outros contatos. Além do mais, todos quando falaram de seus planos para o futuro incluíram “estar com as famílias, cuidar das famílias, constituir novas famílias...”

“Família é muito importante, assim é importante pra orientar a pessoa, tirar dúvida, né? E também a pessoa se sentir querido, porque é sempre bom um carinho, né?” (A., 17anos)

“Sempre gostei da minha mãe e do meu pai, sempre respeitei.” (B., 18 anos)

“É importante a família pra gente. Acho bom, a mãe e o pai é bom demais. Todo dia eu me lembro, tenho saudade mas ... não pode fazer nada, né?” (F. B., 18 anos)

“Todas família? A família ajuda a pessoa. Ela ajuda... Ela me dava conselho pra eu não ir pra essas coisas, pra essas drogas, dava conselho demais pra mim estudar.” (D., 17 anos) Com relação a esse jovem vale registrar que dos entrevistados ele é o único que não recebe visita.

“A família é tudo na vida das pessoas. Se uma pessoa tem o amor de sua família nunca vai se sentir desamparado. Se você não tem uma família você não é uma pessoa feliz.” (J., 18 anos)

“Sem elas o cara é ninguém, tá ligado? [...] Se o cara tem o apoio da família aí o cara vai se meter em várias confusão, tá entendendo? Aí o cara , pó meu irmão, minha coroa, minha família não liga pra eu, aí o pessoal vai pensar só besteira, tá entendendo? Se o cara fez alguma coisa assim, a família se preocupa com o cara, dá uma idéia pro cara... Fica aí mesmo, comportado, um dia ce sai. Chegando do cara, né? Se tiver família que vira as costas pro cara, o cara precisa duma força, porque o cara tá preso...” (sic). (J.N., 19 anos).

Este jovem afirmou que dois dos seus irmãos homens são disciplinados só ele e outro irmão são “pirados”, inclusive esse último está no presídio respondendo por homicídio. Perguntamos se havia acontecido alguma coisa para ele ter ficado “pirado” ao que respondeu enfaticamente que sim e passou a contar fatos de sua infância que indicam ter sido ele vítima de violência doméstica cujo agressor era justamente esse seu irmão e referiu um sentimento de ódio e revolta que foram crescendo a medida que o tempo passava. Além de ter também afirmado que seu pai abandonou a família quando ele ainda estava na barriga da mãe. Reporta-se à idade de cinco, sete anos quando saía com esse irmão para “trampar” (trabalhar) e as muitas marcas no corpo que foram deixadas pelas “peias” e “lapadas” deste irmão. Quando cresceu mais e esse mesmo irmão vinha lhe dar conselhos pensava: *“não me serve mais”* (sic).

“Quando eu estava na liberdade eu não sentia o valor que a minha família tinha (...) Agora não, eu tô preso, eu andava aqui de noite, eu olho pra aquela grade e começo a chorar. P(...) meu irmão, tanto que eu, tanto que minha mãe pedia pra eu chegar e agora eu tô aqui, doido pra mim ver ela e não consigo(...) Família era 10%, agora é 100%. Bom demais, família... (J.R.,17anos)

Em relação ao valor referido e enfatizado pelos jovens sobre a família, vamos nos reportar a Roberto da Matta que, ao fazer uma reflexão sobre essa instituição, afirma que: “(...) entre nós ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada mas constitui também e principalmente um *valor*. Há uma ‘escolha’ por parte da sociedade brasileira, que valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social” (1987: p,125). Parece que a fala dos jovens vai ao encontro dessa análise.

Não obstante o valor atribuído pelos adolescentes às famílias sabemos que estas também se constituem espaço de conflitos e que, muitas vezes, as relações familiares são permeadas pelo acirramento das diferenças de gerações, sobretudo quando os jovens vivem momentos de envolvimento com ações delitivas, uso de drogas ou mesmo na participação declarada em gangues. Ou ainda por situações de violência, alcoolismo, abandono por parte dos pais. Parece ser desse acirramento nas relações que flui a memória positiva sobre o valor de suas famílias como se nos jovens, naquele momento doloroso de privação de liberdade, as lembranças dos “conselhos” dos pais ou dos avós tivessem o poder de fazê-los compreender que àquela época eles tinham razão e talvez toda aquela situação pudesse ter sido evitada.

“... se eles seguirem os conselhos que eu não segui, né?(...) Eu acho que todo pai, toda mãe quer só o bem pro filho, né? Aí só fala coisas boas, pra você não se meter em tal coisa , que isso não presta pra você e tal. Dá só conselhos pra que a pessoa seja gente boa, não se meta em confusão, não se meta em roubada, como essa que eu me meti... dessa forma...” (A., 17 anos).

Dessa forma, no que pese as relações familiares, observamos, através das entrevistas e dos momentos presenciados dos contatos dos jovens com as pessoas de suas famílias, que, de fato, essas pessoas têm significado especial

em suas vidas, principalmente, no que se refere ao apoio demandado por eles no tempo da internação.

Ademais, há sempre uma referência de afetividade nessas relações, com exceção de um jovem que sinalizou relação afetiva apenas com o pai que faleceu quando tinha quatorze anos. Este jovem de há muito tem experiência nas ruas e nas instituições. Sua inserção na marginalidade foi se dando gradativamente e sua realidade parece algo surreal, pois ele não consegue nem falar quantos são seus irmãos. Um outro jovem referiu que o pai abandonou a família quando ele ainda era pequeno e que sofreu muitas agressões físicas por parte de um irmão. Tudo indica que ele foi, desde muito cedo, para as ruas pois tem uma história de muitos envolvimento com delitos, drogas e homicídios, embora só esteja respondendo pelo último que cometeu. Este jovem apresenta sérias dificuldades de relacionamento com os demais internos e com instrutores, além de também ter grande resistência em se submeter às normas da instituição. Esses são os dois casos mais preocupantes e que indicam serem conseqüências da vida familiar pois, o primeiro, é o que menos tem apresentado autocrítica sobre sua vida e seus delitos, o outro também mas principalmente por causa da falta de perspectivas concretas de mudar sua história. Uma mãe muito ausente e ele próprio muito envolvido com o uso de drogas.

Com relação à pessoa considerada mais importante pelos entrevistados aparece em 100% das respostas em primeiro lugar a mãe. Em segundo, foram apontados os pais para os jovens que têm essa convivência ou avós que assumem o papel de pais. Os irmãos empataram com a companheira ou filhos no caso de os terem, em terceiro lugar. Comentários do tipo “*mãe é mãe...*” foram feitos por diferentes sujeitos, diversas vezes. Interessante observar que, mesmo aquele adolescente a que nos referimos sobre a ausência de sua mãe em sua vida pois sequer vai visitá-lo (fato raro de acontecer), também apontou a figura da mãe como a mais importante.

Na perspectiva do “ter”, ou melhor, do “não ter” e do “querer ter” no contexto de suas vidas familiares, foi que perguntamos aos jovens se teria faltado alguma coisa em suas vidas que pudesse ter contribuído para o cometimento de homicídio. **18. Se você tivesse tido melhores condições de**

vida, você pensa que poderia não estar aqui? O que faltou para você? As respostas foram quase unânimes em afirmar que “nunca faltou nada em casa...”. Apenas um adolescente afirmou que faltou alguma coisa no sentido material, no afetivo não faltou. Seu pai abandonou a família (sua mãe e quatro filhos) e segundo ele, passaram muitos apertos, mas foi o único que referiu tal situação. No entanto, como vimos afirmando, numa sociedade marcada pela lógica do mercado e do consumo, fica extremamente difícil aceitar como pacífica esse tipo de declaração por parte de adolescentes que na vida real têm pouco acesso ao consumismo exacerbado sugerido aos jovens pelas imagens⁵⁷ de propagandas na televisão, nas revistas, nos *outdoors*. Como demonstra o depoimento deste jovem com relação a uma lembrança inesquecível da infância: *“Eu me lembro quando eu era bem pequenininho eu não ganhava presente porque a minha família é pobre, né?... Aí meu pai começou a dar presente, aí eu recebi um presente de Natal, né? Um carrinho de rolimã...”* (B.S.R., 18 anos).

Ademais sabemos que com um rendimento mensal baseado no máximo em dois salários mínimos, com famílias numerosas, é pouco provável que os desejos de consumo possam ter sido minimamente realizados.

Abordamos também uma questão que consideramos fundamental e que poderá responder a uma das nossas perguntas de partida; **3. Para você a vida tem importância?** As respostas foram unanimemente afirmativas, embora alguns dos jovens tenham uma vida muito situada no mundo da criminalidade e afirmem que entre matar e morrer, preferiam matar. Vale registrar algumas respostas que foram além do simples “sim” e “a vida de todo mundo tem importância”:

“Se a gente souber viver é importante, né? Saber viver é trabalhar e respeitar todo mundo que tá vivendo.” (B., 18 anos)

“A vida tem importância. De qualquer pessoa.” (J. H., 16 anos)

“A vida é a coisa mais importante.” (J., 18 anos)

“É só as pessoas querer, né? Se a pessoa não quiser que a vida dele seja importante, a pessoa vai pro mundo errado, porque a vida é importante,

⁵⁷ Imagens como nos reportamos anteriormente na “supermodernidade” de Marc Augé e propaganda como se refere Inês Sampaio, como uma comunicação *persuasiva* (Ver Capítulo II).

mas se o povo não quer... [...] Quem tem que fazer a vida é você, não é o povo que vai fazer por você, que a vida é boa se você souber fazer ela” (J.R.L.)

Fica evidenciado que não existe, pelo menos até onde nos foi possível compreender, nenhum sentimento de banalização em relação vida por parte desses jovens, não se confirmando, portanto, nossa hipótese.

Conversamos então sobre vários outros assuntos e fomos estabelecendo um clima de confiança e colaboração. Falamos sobre sentimentos, drogas, música, lazer, sonhos, planos para o futuro e, mesmo sem que eles tivessem consciência disso, falamos de políticas públicas para jovens. Seguindo essa trajetória, fomos sentindo⁵⁸ que o tema principal de nossa conversa podia ser destacado sem parecer para o jovem que estávamos apenas curiosas em conhecer sua história no envolvimento com o homicídio cometido. Assim, fomos adentrando por essa lógica e conhecendo, com a aquiescência deles, as razões que os levaram a cometer crimes de homicídio.

Dos entrevistados, três jovens não assumem o ato infracional: um nega absolutamente seu envolvimento, conta com testemunhas favoráveis à sua versão e toda uma história de vida que concorre para sua inocência no caso; outro, apesar de afirmar que não praticou o homicídio, assume que foi cúmplice do verdadeiro autor do crime e reconhece sua responsabilidade no fato, e, um terceiro adolescente que conta uma história de surpresa frente ao fato ocorrido. Segundo este último, os companheiros com quem andava atiraram e mataram um rapaz enquanto ele teria entrado numa bodega⁵⁹ para comprar bombons. Dessa forma, dentre os três, apenas o jovem que assume sua responsabilidade no delito pôde falar sobre suas razões para tê-lo praticado.

É mister esclarecer que ao nos referirmos às razões que os levaram a cometer o delito, estaremos excluindo os dois que negam absolutamente qualquer envolvimento na infração pela qual estão respondendo processo judicial. Chamamos a atenção para casos de erro judicial, comuns de acontecerem na área jurídica para adultos, se repetindo na área da infância e

⁵⁸ Essa é fundamentalmente uma possibilidade incomparável que se dá através do contato pessoal.

⁵⁹ Termo regional que significa pequeno comércio de gêneros alimentícios e variedades localizado nos bairros.

da juventude. Nas duas situações, os grandes prejudicados são sempre os pertencentes às classes pobres.

Assim, cabe registrar que todos os adolescentes entrevistados sinalizaram aspectos comuns e importantes, exceto obviamente os que não assumem o ato infracional: a consciência da gravidade do crime que cometeram e o sentimento de arrependimento. Sobre essas questões sondamos os jovens através das perguntas: **15. Você tem idéia da gravidade de seu ato? 16. Você tem algum sentimento de arrependimento?**

“Senti sim... Acho que se eu pudesse voltar atrás..eu saía do bairro, mudava de cidade, só pra isso não acontecer...” (A. ,17anos)

“Me senti um merda, né? Me arrependi desse dia. Tá em mim esse sentimento. Se eu pudesse ir e pedir desculpa a família da vítima eu ia, mas não posso, né? Todo dia eu peço perdão a Deus pelo que fiz.” (B., 18 anos)

“Arrependimento porque podia ter sido evitado. Tem gente que faz uma coisa e diz que não se arrepende, mas não tem isso não, se arrepende. Agora tem gente que quer ser machista demais aí fica, ‘-não, não me arrependi.” Mas quando tá assim num canto sozinho, começa a pensar e... se pudesse voltar toda vida atrás de novo, não acontecia.” (F. B., 18 anos)

“Eu não me arrependi não porque não foi nem eu que fiz, né? (J.H., 16 anos)

“Sim porque isso aí não vale nada pra mim pra eu fazer isso... Por causa de um loló, tinha deixado pra lá, mas eu tava muito drogado, aí achei de fazer isso...” (D., 17 anos).

“Foi um ato infracional muito grave, muito grave. Não era nunca pra ter acontecido... Demais... Ainda não existiu um dia que eu não tive esse sentimento, principalmente porque tudo que eu mais amo na minha vida é criança. Se eu ver uma criança chorando eu faço qualquer coisa pra ela parar de chorar e pra ela dar um sorriso, tá entendendo? Aí de uma hora pra outra acontece uma coisa assim comigo, que eu até hoje eu tô pra entender...” (J., 18 anos)

“O que eu fiz foi um ato violento sim, porque eu premeditei, né? Eu não dei só uma facada, dei quatro facadas. Um crime premeditado. ... Tem muito... O que eu mais peço a Deus é que Deus me perdoe por eu ter feito

isso. Tirei uma vida, né? Deixei uma filha sem mãe. Deixei uma mãe sem filha, né? Isso se fosse com a minha mãe, minha mãe nunca ia gostar. Às vezes me dá vontade até de morrer, de me matar enforcado porque eu penso assim: - pó meu irmão eu vou me matar porque eu matei... (...) Aí num resolve nada eu quero pagar o que eu fiz, que três anos não paga o que eu fiz.” (J.R.L., 17 anos)

“Eu penso muito na minha vida. Não era pra eu ter feito isso não, não era pra eu ter se envolvido com isso não. (...) Aqui dentro eu tô vendo o que é bom e o que é ruim.” (O., 18 anos)

Outro ponto abordado em nossas entrevistas que não consta do roteiro de perguntas foi quanto à justiça da medida de privação de liberdade (“pagar pelo que fez” como eles costumam falar), a oportunidade de repensar a vida e a certeza de querer “mudar de vida”, de sair do “mundo do crime” (só alguns falam assim), de deixar de usar drogas, de trabalhar e cuidar ou ajudar a família. A equipe técnica defende que essa consciência vai sendo construída gradativamente ao longo da internação, pois via de regra, ao chegar os adolescentes só perguntam quando é que vão poder sair dali, como se a gravidade de seu ato delitivo não tivesse nenhum peso em sua racionalidade. A partir dos atendimentos com a equipe parece que essa consciência vai se “des-velando”⁶⁰ e eles mesmos vão se dando conta da realidade que os rodeia, inclusive, quanto às questões judiciais referentes aos seus casos, que rapidamente vão conhecendo e acompanhando seu trâmite legal.

“Tô pagando, né? Quando eu sair daqui nunca mais vou fazer nada de errado. Isso é uma lição pra mim, até o dia de sair daqui.” (B., 18 anos)

“Aqui tá servindo pra eu pensar mais, né? Pra eu parar de beber, né? Pensar se compensa eu sair daqui e voltar a beber de novo, né? Porque o cara passa por aqui, um ano, um ano e meio, dois, né? (F. B., 18 anos)

“(…) Porque eu errei. Errou tem que pagar.” (D., 17 anos)

“É. Não é justo não, porque eu poderia passar o resto da minha vida e não pagaria o que eu cometi, tá entendendo? Mas é a lei, né? É pra você pensar um pouco e se conscientizar que existe uma lei, né? E que existe

⁶⁰ No sentido utilizado por Paulo Freire (1980), de conhecer e penetrar o objeto de maneira crítica em sua essência fenomênica.

também outra principal que é a lei de Deus. Que essa é a lei verdadeira.” (J., 18 anos)

“O que tá previsto na lei é eu pagar os três anos, vou pagar os três anos, bem direitinho eu vou pagar. (...) Tá na minha consciência que eu tô pagando, minha família também.” (J.R.L., 17 anos)

“Se eu não tivesse vindo pra cá talvez eu até tivesse pior, se eu tivesse continuado nesse mundo. Eu acho que foi o homem lá de cima que me botou aqui, né? Antigamente eu não pensava assim, agora eu tô pensando, ainda bem que meus pensamentos tá se regenerando. Regenerar é parar de usar droga e mudar de vida, né? Deixar o mundo do crime de lado e viver junto com a sociedade, né? Porque o mundo do crime não tem... não traz nada, só traz coisa ruim e a sociedade é 100% paz, né? (...) Ó aqui só não amadurece mesmo quem não quer nada na vida...” (O, 18 anos).

Quanto ao tema específico da violência, levantamos a questão: **11.O que é violência para você?** As respostas algumas vezes foram um pouco confusas outras vezes estavam relacionadas com o ato infracional cometido, como podemos verificar, a seguir:

“Violência mesmo é... todo tipo de violência, né? (...) É claro, né? Matar o cara... Só quem pode tirar a vida dos outros é Deus, né? É violência também. Tem muita violência por causa de cachaça e de droga... Começa a brincar, depois começa a confusão, puxa a faca e já quer matar, né? (B., 18 anos)

“O que fiz foi violência e falta de maturidade também, porque eu tirei a vida de um ser humano... Porque isso aí não é pra ninguém tirar a vida de ninguém. Deus fez, Deus que pode tirar. Em Mombaça tem muita violência de adulto, muitos crimes de homicídio...” (F. B., 18 anos)

“Violência é qualquer ato que você age sem pensar, se torna uma violência. Até mesmo as palavras podem gerar violência. Eu acho também, porque o agir desse jeito é mais falta de conhecimento, mais falta de oportunidade, porque tem muita gente aí que não tem conhecimento, que não tem nem uma idéia do que é as coisas, por isso vem qualquer um e bota aquilo na tua cabeça e você vai e faz até mesmo pela cabeça dos outros.” (J., 18 anos).

“Violência é triste.. (...) O que aconteceu foi violência, por causa de briga de gangue... (...) Apontar a arma para uma pessoa é violência” (J. H., 16 anos). Esse adolescente informou que desde os 14 anos de idade que usa arma para se defender porque “um bocado de neguinho que queria assim quebrar a gente... aí a intenção era logo de matar... mas eu nunca matei ninguém” (sic), além de já ter se envolvido várias vezes em assaltos. Acrescenta que era muito conhecido em seu bairro e perseguido pela polícia mesmo quando não estava envolvido nos delitos que aconteciam.

“O que eu fiz foi um ato violento sim, porque eu premeditei, né? Porque eu coloquei a faca no quarto aqui em casa aí eu chego lá e vejo ela e eu coloquei na minha cabeça que foi ela que mandou, aí eu vou e esfaqueio ela. Violência também é a fome, a polícia, a justiça também é muito errada.” (J.R.L., 17 anos)

“Violência pra mim, eu acho que é uma coisa muito grave. Acho que é crime organizado, né? Pessoal que anda fazendo mal no meio do mundo, aí é violência, né? É o terror, é a droga, é um pessoal que não tem Deus no coração e não tem paz, né? (...) O mundo do crime só gera violência. É violência em cima de violência. É um roubando o outro, crescendo o olho no dinheiro do outro, matando pra poder ficar com o dinheiro, é briga por droga. Muita revolta... (...) revoltado assim, porque usa droga e se revolta, fica muito doido aí se revolta. Se revolta com a vida. (...) Cresce os olhos nas coisas dos outros aí vai roubar aí acaba se dando de mal, né? Aí muitas vezes vai preso, muitas vezes morre num assalto, vigilante mata, segurança, a sociedade mesmo mata, certo?” (O. , 18 anos)

Temos aí um universo repleto de estranhamentos do outro, de outros mundos. Entramos então diretamente na pergunta sobre o cometimento do homicídio: **17. O que levou você a matar alguém?** Passamos a registrar as respostas e comentários dos jovens em relação a esse ponto.

“Eu acho que esse homicídio foi por revolta mesmo da pessoa, né? Porque antes de cometer o homicídio eu já tinha dado um tiro e também foi por medo de morrer, porque eu acho assim, acho que também qualquer pessoa, né?, se é da gente morrer, melhor a gente matar, né? Porque não tem quem queira morrer. Eu pensei dessa forma. Aí, eu... já que ele tava atrás de

me matar, vamos ver quem é que vai primeiro. Aí pronto... As amizades também falava demais, aí pronto, eu também tinha medo... eu tinha não, eu tenho medo de perder minha família, aí eu pensei muito nisso, aí pronto, aí aconteceu... Foi por dinheiro, foi por dinheiro..." (sic). (A., 17anos).

"Eu não matei ele quem matou foi meu irmão. . Era um dono de um mercantil, na casa dele. Nós tava esperando ele, né?Aí ele chegou. Aí nós escoremo ele, aí ele reagiu. Ainda bem que não foi eu que baleei ele, aí entremo pra dentro, peguemo as coisa de valor, dinheiro e saímo. Quando foi com nove dias depois, o cara que tinha ido mais nós, a polícia chegou e começou a bater nele, né? Aí não agüentou a pisa, aí entregou nós. (...) Nós somo pobre mas eu tinha dinheiro todo dia, né? Trabalhava e tudo, tinha precisão de roubar não, mas a gente ia assim mesmo, por causa que queria... O meu irmão trabalhava mas tava precisando de dinheiro pra terminar de construir a casa dele, tava faltando só as telha e o piso. Ele queria esse dinheiro, era sete mil real, ele queria esse dinheiro, nós fomo..." (sic) (B., 18 anos)

"Foi cachaça mesmo... tava bebendo na calçada da casa dele... Aí ele desligou a televisão e entrou lá pra dentro . Aí ele veio com a faca na mão, aí nós fumo e derrubemo , tomemo a faca, aí... naquela hora. sei nem como aconteceu aquilo,. porque naquela hora que nós fomo na casa dele, se nós tivesse pensado logo, num tinha feito, né? Tinha só tomado a faca dele e tinha ido pra casa..." (sic). (F. B., 18 anos)

"Por causa do loló, que ele me enganou. Eu dei 5 real pra ele ir buscar 3 real de loló e duas rocha. Aí ele pegou e foi buscar e não voltou...Depois ele veio e me deu loló, só um pouquinho. Aí eu ameacei ele, '- ô bicho safado eu vou te matar agora!'. Aí eu ameacei e saí. Aí eu peguei um comparsa dele e chamei o parceiro dele pra matar ele... Fui eu e ele que matamo ele. Aí nós chegamo lá... aí demo umas pedrada nele. Aí pronto, ele morreu." (sic) (D., 17 anos).

"Juntou muita coisa, de muito tempo guardado e a pior coisa que tem na vida é você ficar guardando as coisas. Você agüentar e não desabafar, não botar pra fora aquilo, ficar guardando, tá entendendo? Certos acontecimentos que você vai guardando e de uma hora pra outra você junta tudo e você não

*consegue mais, ainda induzido por aquilo que impede o seu raciocínio, aí você vai lá e acaba cometendo um grande erro na sua vida. (...) Se eu não tivesse drogado, não tinha... De repente se não tivesse drogado não tivesse acontecido isso... Tinha pensado a droga empata você de pensar. (...) Não tinha nada a ver, tá entendendo? A minha história lá era com o cara. Era eu e ele, de homem pra homem, a moça era irmã do meu irmão, então é uma coisa que pra você entender é muito difícil, você chora, você se arrepende, mas não vai desfazer o que você fez, tá entendendo? E você também não pode deixar de viver por causa disso, você tem que ser forte, pó aconteceu mas eu tenho que viver, eu tenho que fazer alguma coisa de importante pra contribuir... Eu não vou mais viver nessa vida não.” (sic). **(J.,18 anos)***

*“(...) Aí ela começou a dançar com o cara lá... Aí eu: – Dá pra tu parar de dançar, aí? O primo dela foi lá e deu o recado. Aí ela: - cachorro que late num morde. Aí já começo a tomar tudo... E eu com a faca aqui e só olhando, e eu com aquela fúria, aquela raiva... [...] - Tu não vai pra casa não? Aí ela: - Eu não já falei que prefiro ir com o Fulano? – Pois tu não vai com ninguém. Aí foi na hora que eu puxei e dei a facada. Disseram que eu dei quatro facadas sobre ela sentada e eu em pé na frente de todo mundo na seresta. Aí pronto, eu só me lembro da primeira, aí foi na hora que o satanás, que naquela hora Deus não tava em mim não. Naquela hora eu não tava com Deus em mim não. [...] Por causa de mentiras, né? Raiva, medo, tudo eu coloquei na cabeça... Eu tava bebo, embriagado aí foi na hora que o cão se encostou em mim, aí pronto eu fiz aquilo. Porque se eu tivesse bom eu num tinha feito aquilo não, porque você vê que eu bom eu sou uma ótima pessoa”. (sic) **(J.R.L., 17 anos)***

“Ele atirou no cara sem ter nada a ver, era briga de gang, né? Era o bairro que ele mora, que é a Boa Vista e o outro bairro, Dias Macedo. Aí o sobrinho desse cara, (esse cara tinha um sobrinho) chegou numa mobilete e puxou a arma pra gente aí a gente corrimo, né? Aí quando nós chegamo onde nós morava ele pegou a arma aí chamou a gente pra ir atrás dele... Aí quando foi de manhã nós encontremo o tio dele, aí eu disse assim: - não, mas o tio dele não tem nada a ver não. E o cara respondeu: - não mas a gente quer só que ele diga onde o Cauê tá. E o Cauê dentro de casa e num falava nada, aí o cara pegou e matou o tio dele, sem ter nada a ver matou um inocente. Aí eu

comecei a discutir com ele, ele armado e eu desarmado, em tempo de me matar, né? (...) Pura violência, só violência mesmo, só por loucura. (...) Tava drogado e tava encachaçado, eu não bebia só fumava maconha mesmo. (...) Só que eu acho que eu peguei corda, né? Eu peguei corda dele e fui querer ser o tal junto com ele, né? E acabei se dando de mal...” (sic) (O., 18 anos).

A próxima abordagem foi realizada antes da pergunta mais direta sobre o cometimento de homicídio, até para poder não tratar prematuramente de tal assunto. No entanto, resolvemos conservá-la nesta parte do texto para dar um tom mais conclusivo, ou melhor, de indicações projetivas como sonhos e planos para o futuro dos jovens entrevistados. Por questões didáticas e também pela própria reação dos jovens durante as entrevistas, que na prática, utilizam esses dois conceitos, sonhos e planos, como se tivessem o mesmo significado, resolvemos também considerar as respostas em conjunto. Assim as questões, **7) Você tem sonhos? Quais são os maiores?** e, **8) Você tem planos para o futuro? Quais são? O que já está fazendo para realizá-los?** foram formuladas em bloco. Pudemos verificar que os sonhos sempre passam pela conquista da liberdade e estão sempre relacionados a uma mudança de vida, de constituição familiar ou de cuidado com suas famílias atuais, como já havíamos nos referido anteriormente. Observamos também que não é fácil para os adolescentes alcançarem um nível de organização no pensamento que lhes torne possível detalhar, no sentimento de traçar metas, seus projetos para o futuro. Senão, vejamos.

“Antes deu vim pra cá, quando eu tava na liberdade eu não pensava muito não. Mas depois que eu vim pra cá comecei a pensar no que eu fiz de errado no que eu fiz de bom. E quando eu pensava nas coisas que eu fiz de errado, eu me arrependia muito, eu ficava triste por ter feito aquilo. Aí hoje eu penso assim que quando eu sair daqui quero ficar com a minha família fazer só coisas boas, deixar o que eu fiz de ruim pra trás, e criar meu filho, trabalhar viver uma nova vida, uma vida boa porque eu acho que a vida que eu levava não era boa pra mim.” (sic) (A., 17 anos)

“Quando eu sair tenho outros plano, trabalhar e cuidar da minha mãe, tenho também três filhos pra criar. Vou só mesmo sair daqui e arrumar um emprego pra mim cuidar deles, né?” (sic) (B., 18 anos).

“Sair daqui, né? Trabalhar, cuidar da minha vó, da minha mulher. Terminar os estudos para criar mais possibilidade de arranjar um emprego em qualquer canto. Vir morar em Fortaleza...” (sic) (F.B., 18 anos)

“Meu sonho agora é sair daqui, poder voltar a estudar e trabalhar como antes. Terminar meu 3º Ano e tentar fazer um vestibular que nem minha irmã.” (sic) (D.F., 17anos)

“Fazer um curso lá no Semear. Quando eu sair daqui eu quero fazer um curso lá no João XXIII também. Quando eu sair daqui eu vou voltar a estudar de novo num colégio do Estado. Meu sonho é jogar futebol, quando eu sair daqui vou juntar dinheiro e vou treinar. Quando eu sair daqui eu vou mudar de vida, procurar ajudar minha família”. (sic) (D., 17 anos)

“Estudar, trabalhar, ter uma família.” (sic) (J.H., 16 anos)

“Eu vou embora, não vou mais morar aqui, vou ter minha casa lá noutro canto. Eu vou chegar lá e primeiramente eu vou procurar um estudo, vou terminar meus estudo, depois que eu terminar meus estudo pronto. Aí eu vou decidir o que é que eu vou fazer. Agora eu vou fazer isso, vou me dedicar. E tá sempre com o pensamento positivo, que é o mais importante, né?” (sic) (J., 18 anos)

“Quando eu sair daqui você vai ver que eu vou mudar de vida” (sic) (J.N., 19 anos)

“Só sair daqui mesmo e ir simhora do Ceará porque o que eu fiz, não dá pra voltar lá pra minhas áreas. A primeira coisa que eu quero é meu empregozinho, depois meu barraco, depois disso pronto.” (sic) (J.R.L., 17 anos)

“Meu sonho é quando eu sair daqui, ir só na casa da minha tia mesmo, passar uns quinze dias com ela, passar uns quinze dias com minha vó e ir pra casa da minha mãe lá na Bahia. Lá eu vou fazer minhas patinhas e minhas cestinhas pra vender numa praça. Se eu não ganhar dinheiro com arte eu procuro outro rumo. (...) Meu pensamento é trabalhar, ajudar o próximo, né? Você ser humilde com as pessoas, saber falar com as pessoas, saber dar carinho pra minha mãe, que ela nunca teve o meu carinho, né?” (sic) (O., 18 anos)

Sonhos e planos para o futuro, além de serem considerados como a mesma coisa, são imediatamente relacionados à sua liberação da sentença, ou seja, ao seu retorno à liberdade. Fica muito claro que esse tempo de confinamento constitui, para os jovens, um grande marco em suas vidas, uma espécie de divisor de águas.

Em todas as respostas podemos verificar duas características comuns: a preocupação com as famílias e com o trabalho.

No que pese a preocupação com as famílias, vale destacar que, para alguns jovens, esse sentimento só veio se manifestar depois da experiência da internação e, para outros, sempre existiu a consciência de obrigações familiares, como se houvesse na família uma relação invertida quanto às responsabilidades pelo sustento da casa. Cabe ainda acrescentar que, essa situação sinaliza uma ambigüidade na vida familiar desses jovens pois apesar desse processo precoce de adultização⁶¹, flagramos um forte movimento entre os jovens, infantil e lúdico, de soltar “arraia”⁶² nas dependências internas da unidade. A ambigüidade passa por aí: são ao mesmo tempo, crianças que ainda empinam arraias, e adultos, pois já têm (ou sempre tiveram) família para cuidar.

No que pese o sonho de encontrar trabalho, logo depois da liberação, cabe registrar que nas entrevistas e em outras conversas informais pudemos perceber com que intenso significado esse item faz parte das projeções de vida futura desses jovens. Essa questão foi enfaticamente abordada nas respostas da pergunta elaborada sobre em que um bom governo poderia ajudar os jovens. Garantir emprego foi a resposta unânime. As outras sugestões vieram por acréscimo, mas, de fato, a indicação fundamental era o trabalho, o emprego. É mister destacar que não discutimos qualquer diferenciação entre os dois conceitos e não podemos afirmar ao certo se há nos jovens alguma compreensão sobre essas duas realidades distintas no mundo do trabalho.

⁶¹ Inês V. Sampaio destaca que no Brasil, o fenômeno social de perda da infância que os jovens têm vivido está associado à desigualdade social, “[...] pela vivência de uma situação de miséria e exclusão social que os empurra para o mercado de trabalho, para a delinqüência, a prostituição e o crime organizado[...].” (2000: p.171)

⁶² Termo regional que em outras localidades brasileiras tem como sinônimo “pipa” ou “papagaio”.

Pareceu-nos que, para os jovens, estar na possibilidade de inserção no mercado de trabalho constitui a redenção de suas vidas e de seus problemas. Consideramos tal situação um tanto problemática, uma vez que, estamos cientes do baixo nível de escolaridade e da precariedade da qualificação de mão de obra que permeiam o currículo desses jovens. Sobre essa questão da atualidade, viver em uma sociedade baseada no trabalho onde não tem mais trabalho, Viviane Forrester coloca uma instigante reflexão ao afirmar: “Reconhecemos aí os paradoxos de uma sociedade baseada no ‘trabalho’, quer dizer, no emprego, enquanto o mercado do emprego está não só periclitando, mas até perecendo.” (1997: p. 57).

A autora continua a nos alertar para uma situação real, para a qual parece que ainda não acordamos, a fim de elaborar uma leitura mais cuidadosa e crítica sobre a necessidade de políticas dirigidas para esses jovens. Nessa ordem, o trabalho parece ser a maior lacuna:

Chega-se aqui ao auge do absurdo da inconsciência planejada. Da tristeza também. Porque eles são como seus pais (e, em princípio, como seus dependentes), excluídos de uma sociedade baseada num sistema que não funciona mais, mas fora da qual não há salvação nem estatuto. Pelo menos dentro da legalidade. (1997: p. 64).

Ademais, a impressão que temos é que, a despeito dos adolescentes empregarem o mesmo sentido aos sonhos e planos, conseguir um trabalho tem caminhado para o campo dos sonhos impossíveis na realidade social em que estão inseridos. Como reforça Viviane Forrester:

Ocorre o mesmo com alguns desses “jovens” – com todos talvez – tomados por um sonho louco: integrar-se numa sociedade geograficamente contígua, mas inacessível às suas biografias. Muitos deles – bem mais do que se imagina – têm o desejo de poder ousar esse sonho tão preciso quanto real: conseguir trabalho. (Ibidem, Idem. p. 65).

Mais uma vez vamos nos deparar com uma reflexão semelhante a que vimos fazendo sobre o trabalho, quando apresentamos aos entrevistados a seguinte pergunta: **13) O que você pensa que um bom governo pode fazer pelos jovens?** Pensamos que esse ponto poderia ser, de fato, o ponto de partida para a proposição de ações dirigidas a essa população jovem, a partir de sua própria visão. As respostas variaram nas formas mas o conteúdo era essencialmente o mesmo, senão vejamos.

“O jovem também precisa muito de emprego, porque eles trabalhando, eles vão ter o seu dinheiro do seu trabalho. Aí não vão precisar de assaltar, de roubar. E também eles trabalhando, porque uma pessoas o dia todo trabalhando, quando chega em casa tá cansado, só quer saber de sentar, assistir uma tv, dormir, né? Aí pronto, evita mais de tá na rua, usando droga, porque isso também ocorre mais com pessoa desocupada, e aí é quando a droga chega. A pessoa não tem o que fazer, aí chega um colega(...), aí a pessoa tando ocupada, tendo alguma coisa pra fazer, aí não vai,né? Eu acho que falta mais é emprego pros jovens.” (sic) (A., 17 anos)

“Que fizesse era arrumar emprego, né? Tem muitos jovens que não tá trabalhando... Trabalhar assim, de carteira assinada, né? Trabalho tem, mas trabalho pesado, na roça. Na roça não tem condição... Aí tem muitos que viajam pra cá pra conhecer melhor...” (sic) (B., 18 anos)

“Acho que acabar com as drogas e com a fome, dar mais emprego às pessoas”. (sic). (D.F., 17 anos)

“A escola. Assim quando o cara faz faculdade. Quando o cara sai da escola entra na faculdade aí depois o cara vai trabalhar, aí o cara vai crescendo assim. Daqui uns dia aí vai ser o que ele quer, né, jogador ou qualquer coisa” (sic) (D., 17 anos)

“Um tipo AABB, com quadra de esporte, com piscina para o jovem praticar esporte e não ter que pagar. Dar um jeito pro menor poder trabalhar. As escolas também tinha que ter alguma coisa mais porque os alunos vão só pra aula, tem um intervalozinho, e depois só vai pra casa, não tem mais nada pra fazer.” (sic) (F.B., 18 anos)

”Dá um estudo, né? trabalho, esporte também para os jovens.” (sic) (J.H., 16 anos)

“Primeiramente o governo tem que tirar as crianças da rua e criar aí uns centros educacionais onde essas crianças se alimentem e saiam das ruas. Os homens poderosos do nosso país foram eleitos pelo povo, né? Então enquanto eles estão lá as mil maravilhas, tem criança que não tem nem o arroz com feijão pra comer, mora debaixo do viaduto, isso não é vida pra ninguém não”.(sic) **(J., 18 anos)**

“Escola, né? Que tem pouca escola e cursos para menor. Tai ó, o menino saiu daqui e não tinha nada pra ele fazer aí ele foi roubar. Aí ele saiu daqui sem uma profissionalização e lá fora num tem como ele, ele poderia até ter feito um curso aqui, sabe? Mas lá fora num tem onde ele mostrar. E o Estado é pra um canto, uma fábrica, pra quando os menores de Febem sair daqui eles for trabalhar numa mini fábrica, tem uma coisa pra fazer, pra não roubar. (...) O governo tá preocupado nada. Aqui a gente não vê curso bom não, só de informática mesmo e esse de arte. Mas pintura num é coisa que lá fora o menor ganha dinheiro não. Quem vai dar uma tela pra ele? Ele vai comprar com qual dinheiro aquela tela, aquele pincel, aquela tinta? Ele faz aqui dentro porque aqui dentro dá tela, dá pincel, dá tinta, mas lá fora até a água é paga.” (sic) **(J.R.L., 17 anos)**

“O que o governo pode fazer é arrumar emprego, fazer uma firma onde os de menor pode trabalhar. Precisa estudar e trabalhar. Para acabar a violência só acabando com a miséria.” (sic) **(O., 18 anos)**.

Há que se reconhecer, pelo que vimos observando, que temos na fala desses jovens sinais claros do lugar que eles ocupam na teia complexa das relações sociais de uma sociedade, também complexa, como a brasileira. Não fossem jovens excluídos de um sistema todo poderoso que os cria e os rejeita, não estariam certamente apontando o emprego, o trabalho, como a saída fundamental para a resolução de seus problemas e para a superação de uma etapa de suas vidas que será concluída no retorno à liberdade. A experiência da privação desse direito, o da liberdade, parece que dividiu suas vidas profundamente e a comprovação disso é o desejo de deixar esse momento para trás e inaugurar uma nova fase de suas vidas, desta feita com direito a um trabalho, para não correr o risco de “cair de novo”, como eles mesmos referem.

Como vimos, o direito à escola, ao esporte e ao lazer parecem não compor o imaginário dos adolescentes em conflito com a lei. Apenas alguns fizeram referência

ao esporte e à escola. O lazer é como se fosse um direito abortado desde a infância, quando precisaram trabalhar para ajudar em casa. Também não percebemos neles uma consciência de sujeitos de direitos, como o são de fato. Ademais, a necessidade de qualificação é uma referência muito tímida em suas argumentações, somente percebida na fala de alguns, quando sugerem cursos e profissionalização para ajudar o “menor” a conseguir emprego. Um jovem do interior diferenciou emprego com carteira assinada de trabalho pesado, na roça, que era o tipo que ele já conhecia.

Finalmente, chegamos a um ponto fundamental de nossas entrevistas, ou seja, aquele em que perguntamos aos jovens: **21) O que você gostaria de dizer para a sociedade sobre você mesmo?** Essa pergunta foi elaborada exatamente para podermos corresponder ao que apontamos desde o título do trabalho, sobre oportunizar os jovens a falar algo sobre si mesmos para a sociedade, oportunidade que, em geral, lhes é rara.

Durante as entrevistas, quando formulamos essa pergunta, colocamos para os jovens uma espécie de contextualização tomando como base o imaginário das pessoas em relação a adolescentes que cometem homicídio, pelo que temos no senso comum e pelo que temos na mídia. Nosso intuito era o de esclarecer o mais possível sobre a possibilidade de outras pessoas ouvirem suas razões para o cometimento de um ato tão grave. Além disso, desmistificar um pouco da imagem negativa e passional do adolescente infrator é necessário. E os “recados” para todos nós foram:

“Tem gente que só vê um lado, então eu dizia que visse os dois lados, o da vítima e o da outra pessoa também. Aqueles que também falam assim ‘há, ele não presta...’, não sabe o que acontece na vida gente. Não sabe o que foi que ocorreu no momento (...). Tentar saber o que aconteceu, tentar saber como é a pessoa, como é a convivência da pessoa, isso também influi muito...” (sic) (A., 17 anos)

“Eu queria mandar um recado num é nem pra sociedade, era pra polícia pra que ela possa trabalhar melhor.” (sic) (D.F., 17 anos)

“Eles pensam que o nego mata e não dá em nada. Pensa que num vai pra cadeia se mata, aí os povo fica revoltado.... O jovem sai daqui ele num vai, só se ele for besta de novo, voltar pro que era antes de matar os outro. O jovem é pra sair daqui, estudar e trabalhar, pra num dar mais trabalho de matar os cidadãos... É sair

daqui e trabalhar. Mudar de vida... Às vezes volta pro mundo de crime por causa das drogas também.” (sic). **(D., 17anos)**

“Eu não diria nada e voltaria pra sociedade pra eles verem que eu não sou o que eles pensam, precisava só de uma chance pra poder provar. Eu ia trabalhar e mostrar pra eles que eu sou uma pessoa normal” (sic) **(F.B., 18 anos)**

Para as MÃES: “Se fosse um monte de mãe aí você diz: -Oh, os filhos de vocês tão aqui mas a gente quer se recuperar e tal...” (sic) **(J.H., 16 anos)**

“Primeiramente você tem que amar a sua família pois você amando a sua família vai amar as outras pessoas e que você não veio aqui tirar a vida de ninguém não. Porque você tem o poder de construir uma vida da terra, do pó como Deus construiu, né? Só ele tem o poder de tirar. Uma pessoa que mata alguém ela fica sempre assustada. Muitos dizem que matou e não se arrepende... porque a gente somo filhos só de um homem,né? Nós todos somos irmãos e ... eu queria pedir pro irmão que vive aí nessa vida que se conscientizasse um pouco, que percebesse que a coisa mais importante é uma vida.” (sic) **(J., 18 anos)**

“Eu tô aqui pagando o que eu fiz e se eu pudesse ir pra todos os rádios, pra tv o que eu tô falando agora que o povo da sociedade não tenha raiva de mim não. Porque eu fiz isso, eu num tava no meu sentido, tá certo que não tem sentido também eu falar isso, mas eu falo que eu fiz e tô pagando porque foi decretado por um juiz e ele assinou minha sentença e eu assinaí também. E que não tenha raiva de mim não que eu não sou o monstro que vocês pensam não, que a sociedade pensa. E quando eu sair daqui eu vou mostrar pra vocês, dizer pra sociedade que eu não sou o monstro que eles pensam não, que vão me ver de outra cara diferente, do R. L. que é o Raimundinho. A sociedade vai ver...” (sic) **(J.R.L., 17 anos)**

“Eu tenho fé em Deus que eu vou ser um cidadão, todo mundo vai me dar confiança, né? Eu vou reconquistar a confiança de todo mundo, sem ninguém tá olhando com mau-olhar pra mim, sair desconfiando de mim... Às vezes a gente merece dar uma chance... Dá uma chance pra ver se a pessoa muda, né?... Eu vou ter uma chance quando eu sair daqui. No dia que eu for passando naquele portão ali, eu quero sair no portão da frente, no dia que eu sair aí eu digo: agora eu tenho uma chance. Agora eu vou viver o mundo, né? (...) A sociedade nunca pode discriminar a gente porque todo mundo erra. Nós somo muito novo, tem capacidade

de reconquistar o que perdeu e entrar pro meio da sociedade de novo.” (sic) **(O., 18 anos)**

Percebemos nas falas desses jovens a necessidade de aceitação de suas pessoas pela sociedade. Expressões como “vou mostrar pra sociedade”, ou seja, para todos aqueles que me condenam, “vou ser um cidadão”, mesmo sem ter consciência crítica do que cidadania significa, “vou sair pelo portão da frente”, ou seja, com muita dignidade e consciência de ter pago o que devia, ou “eu não sou o monstro” que reflete como sua imagem é construída lá fora, são a prova inconteste que esses jovens não estão alheios ou indiferentes às relações estabelecidas no mundo social e aos sujeitos desse mundo, suas referências de inclusão, de vida social.

Além disso, todas as falas denotam a vontade de superar a pior época de suas vidas, em que estão privados de liberdade, projetando um futuro completamente diferente do presente, onde deixar as práticas do passado constitui etapa fundamental. Mesmo aquele jovem mais envolvido com ações delitivas, referiu a vontade de “cuidar da piveta” o que só será possível se ele realmente se afastar da criminalidade, fato sobre o qual tem plena consciência.

Acreditamos que ao tentarmos compreender melhor as histórias de vida desses jovens, através também de suas falas, temos cumprido com nossos objetivos demarcados no início desta pesquisa em relação às razões e as versões dos jovens que cometeram homicídio e estão cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade. No próximo tópico apresentaremos as Histórias de Vida escritas por três jovens, cuja identidade foi preservada e cuja redação foi mantida literalmente.

4.4 Histórias de Vida: quando o jovem é o escritor

Quando alguém mergulha nas próprias recordações, abre uma porta para o passado; a estrada lá dentro tem muitas ramificações e a cada vez o trajeto é diferente.
Xinran, *As boas mulheres da China*

Após a entrevista onde os sujeitos da pesquisa responderam as indagações da pesquisadora consideramos importante o registro do recurso metodológico das histórias de vida dos jovens quando alguns escreveram sua própria história, embora a maioria não tenha conseguido se expressar na forma escrita, como já comentamos anteriormente.

Passamos agora a transcrever uma preciosa etapa de nossa pesquisa. Preservamos as identidades dos jovens e mantivemos suas redações de forma literal a fim de não correremos o risco de não sermos absolutamente fiéis às diferenças de cada um. Inclusive a arrumação do texto no papel foi copiada fidedignamente.

J.,18 anos

“Minha Existência Resumida”

Tive uma infância completa e feliz...Minha família sempre alimentou os meus maiores sonhos, proporcionando a mim educação, carinho e amor.

‘A adolescência incompleta’

Aos 14 anos de idade era um jovem estudante, cursando a 7ªsérie. Esportivo, alegre, tranqüilo, muitos amigos e amigas. Vivía uma vida normal. Aos 15 anos infelizmente as influências com pessoas errantes transformou meu sonho em um pesadelo que ainda hoje aos 18 anos de idade estou tentando acordar e ver minha realidade diferente.

Tudo começou infelizmente por minha imaturidade: minha incapacidade de não imaginar as tristes conseqüências que o parasita caminho das drogas pode (e acaba) ferosmente a vida de um ser: a plena frustação de medo. Eu pedi um

revolver a um cara que era meu inimigo desde o princípio e eu não acreditava. Esse cara foi o mesmo que me deu a primeira e viciante vez.

‘O inferno pessoal em mim’

Eu perdi o revolver dele, a polícia tomou. Ele pediu 150 reais eu paguei os 150. Aí ele dobrou a palavra querendo mais 50 reais. Eu disse que não ia dar porque já tinha pago! Ele começou as ameaças tive que deixar o colégio. Porque ele ia lá em frente me procurar. Não teve jeito. Um dia eu estava esperando a minha namorada entrar no colégio que ela estudava, esse cara e mais outro quizeram me bater. Mais mesmo assim me entreguei nas mãos de Deus pensando que isso tinha acabado. Mais não, ele queria de qualquer jeito minha infelicidade. Outro dia eu estava indo para a casa de minha querida avó e no caminho veio ele e outro cara me pedir dinheiro pra comprar pó. Eu disse que não tinha eles me ameaçaram e roubaram o meu óculos. Mais uma vez eu aceitei tudo.

Mais um dia eu estava jogando futebol com os meus amigos de infância, ele chegou muito drogado e disse para mim que se me pegasse na virada ia dar um tiro na minha cara e que só não ia da ali porque tinha muita gente.

O medo da morte me tornou um cara como ele.

Pra falar a verdade eu não aguentava mais ver minha vó e mãe desesperada porque ele ligava pra minha casa dizendo que os meus dias estavam contados.

Tudo isso é o motivo de hoje eu estou aqui, completamente evoluído e no mesmo lugar sem poder evoluir.

Sem poder dizer a nossa linda juventude que podemos destruir nossas vidas por uma simples má influência. Que as drogas são um risco mortal. É um caminho que por mais que trilharmos nunca sairemos do lugar.

Afirmo: Que a maior felicidade de uma pessoa é obter conhecimento divino e intelectual e acreditar que somente Deus é o renovador do amanhã desejado de paz, amor, sabedoria...Na mente e no coração dos homens. Sem precisar que Jesus sofra de novo sobre a cruz.

PAZ, SABEDORIA UNIVERSAL, TEMOR E AMOR A DEUS...

F.J.S.J.” (sic)

Julho / 2003.

D.F., 17 anos

“Eu me chamo D., espero e creio que justiça seja feita e que continue minha vida como sempre, nunca pensei que fosse Ter um atraso desses em minha vida, estava no 1º ano segundo grau e estava cursando um curso de informática e logo iria fazer um curso profissionalizante de informática no Senac, como a polícia pode pegar a pessoa errada e a Germana logo estávamos namorando espero que ninguém me roube ela, e a minha comunidade na qual eu tocava violão, fiquei feliz e triste ao mesmo tempo quando o Padre veio lá de São Paulo me visitar aqui no Cecal junto com os meus advogados, tinha certeza que vou passar no vestibular e ser um grande, assim como meu pai, fico muito triste pois os músculos do meu pai estão emagrecendo, tudo por causa das preocupações que ele tem comigo, mas sei que logo terei todos e que logo vamos sorrir como sempre. A minha família graças a Deus pode-se dizer classe média alta, pois temos três casas, algumas alugadas, meu pai tem um carro, moto e o caminhão dele e minha irmã a moto dela, e tenho sorte, pois tenho uma família muito unida, todos torcem e todos choram ao mesmo tempo, às vezes penso e não tenho mais lágrimas pra tamanha desgraça, estou aqui e sei que estou pagando pelo que os outros fizeram, pois tenho e sei que um dia isso sairá da minha mente, nunca pensei que com 16 anos poderia passar por um local feito esses, só em 3 meses que estou aqui, já presenciei várias brigas, e nem lá fora tinha visto tantas brigas, apenas naquelas festas, que às vezes as pessoas brigavam, sem motivo, que nem aqui, toda visita, todos choramos juntos, nem vontade de comer me dá, nunca provei tanta porcaria, sei que quando sair vou Ter o cardápio de sempre, o que eu amo e também sei que a comunidade está me esperando.

Nunca pensei que fosse ouvir tanta porcaria como esse ‘Racionais’, apenas tenho certeza que sinto o meu coração livre e o meu corpo preso, mais

se Deus quiser não vou escutar essas músicas por muito tempo, já estou seis meses e as saudades me apertam o coração a cada dia-a-dia graças a Deus a minha família está toda rezando por mim e toda a comunidade, pois sei que um dia esquecerei esse lixo.” (sic)

D. F.

Julho / 2003-08-13

O., 17 anos

“Só resta tempo paciência e um amor no meu coração.

Diga não as drogas Diga sim a Paz.

De: O. para Monica

Espero que goste.

A HISTÓRIA DE MINHA ADOLESCENCIA

10 ano de idade:

❖ *Vamos começar o dia: de manhã cedo mim acordava tomava um banho para poder ir para o colégio estudar e ser alguém na vida. Chegava do colégio tomava um banho para poder almoçar chegava a tarde*

1 hora ia para o reforço 5 hora da tarde já estava em casa era a hora de brinca para tomar outro banho saia de novo para o meio da rua mim divertir nove horas minha tia mim chamava para dentro Nilson já está na hora de entra tomar um banho para se deita que amanhã tem aula.

11 ano de idade

❖ *Vamos agora começar o dia do meu 11 ano: já era um pouco danado ia para o colégio de manhã estuda para ser alguém na vida chegava a tarde minha tia queria que eu fosse para o reforço e eu dizia que queria ir trabalhar e ela dizia assim meu filho está muito novo para poder trabalhar vá crescer estudar para ser alguém na vida ai eu disse a senhora vai passar o resto da vida trabalhando para poder criar sobrinho ai ela disse vou sim vou mostrar para vocês que o*

mundo é assim na sua idade só quero que faça é estuda meu filho. Essa é a história dos meus onze ano de idade.

12 ano de idade:

- ❖ *Vamos começar agora o dia dos 12 ano: como eu já disse anterior já era mais um pouco danado tinha um pouco de medo da minha tia medo de fazer ela sofrer ela já sofria trabalhando eu estudava fazia muitas coisa que alegrava ela e ela mim dizia meus filhos o mundo não é facil soffro tanto para cria vocês dava pena muitas vezes até chorava de pena dela vou trabalhar para lhe ajudar Faltava o reforço para ir trabalhar sem ela saber por se ela soubesse ela mim batia e mandava eu ir para o colégio chegava fim de semana eu ganhava dez reais dava todim a ela mais ela de tão certa não queria receber o dinheiro ficava só perguntando de onde você tirou esse dinheiro ai eu dizia mentindo foi meu pai que mim deu você já foi atrais do seu pai no foi não e para ir mais não na proxima vezes que você for você vai apanhar eu disse tá certo não vou mais não chegou outra semana fui trabalhar de novo ganhei mais dez fui dar o dinheiro a ela ela mim respondeu dizendo você já foi atrais do seu pai de novo no foi joia mim bateu não mim bata não vou dizer quem mim deu o dinheiro pois então diga foi trabalhando ela sorriu para mim dizendo meu filho muito obrigado continui assim trabalhando e estudando que você vai bem fiquei alegri por ela deixou eu lhe ajuda. Essa é a minha história dos meus doze ano.*
- ❖ *13 ano de idade: só trabalhava e estudava
Essa é a história dos meus treze ano.*
- ❖ *14 ano de idade
Só trabalhava e estudava e já gostava de namora e gasta o dinheiro.
Essa é a minha historia dos meus 14 ano.*
- ❖ *15 ano de idade:
Trabalhava e estava acabando a vontade de estuda por que chegava cançado a noite só dava para ir para o colégio namora quando tinha esquema só final de semana ou então quando faltava aula para namora fui começando a da desgosto a ela ai ela começou a*

dizanima de mim foi perdendo a fé da minha pessoa comecei chegar tarde em casa saia e não dizia para onde ia isso tudo sem usa droga só cortindo e praticando esporte. Essa é a minha história dos meus 16 anos. Comecei usa droga e fazer coisas errada eu e um parceiro e parei de estudar e trabalhar fiquei no mundo do crime só fazendo o que não presta usando droga sem trabalhar e sem estudar a fé que minha tia tinha foi perdida fui preso passei 24 hora preso fui solto fui acusado de um homicidio ai no dia 02/08/02 fui preso fui direto para o Patativa do Assaré passei 54 dias sem ver ninguem da família chegou a minha vez de ir para o Forum eu e mais cinco elemento 4 liberado 2 foi centenciado vei para o Cecal Centro Educacional Cardeal Aloísio Lochaide no dia 24/09/02 e até hoje estou aqui com um ano preso só por causa de uma carona de bicicleta estou sem ver minha familia sem mulher para mim da carinho sem fé de ser feliz mais nunca e tarde de fazer minha tia feliz minha mãe chora sentindo minha falta vou fazer 18 ano longe da minha mais quando sai da qui vou mudar vou para Bahia viver uma vida em paz junto da minha mãe Monica vou ficando por aqui com fé de voce mim ajuda um beijo um abraço bem forte thiau.

100% PAZ 100%AMOR A LIBERDADE MIM ESPERA.

ESPERO MEU PRESENTE NO DIA 8 DE AGOSTO...

Ass: um detento" (sic)

Julho, 2003

As experiências aqui contadas revelam vidas marcadas pela violência mas também revelam o sonho de uma vida melhor. A seguir passaremos às considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de havermos percorrido esse caminho no esforço de compreender melhor as histórias de vida e as razões que levaram os adolescentes, que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, a cometer crimes de homicídio, temos um sentimento de incompletude que nos traz, contraditoriamente, uma única certeza: em tema tão complexo jamais poderíamos, de fato, chegar a posicionamentos hermeticamente conclusivos.

Nesse sentido, o que trazemos aqui é muito mais uma contribuição que, esperamos, possa vir a suscitar novos estudos, uma vez que este tema ainda encerra muitas questões a serem exploradas, e, até quem sabe, subsidiar o planejamento de ações voltadas para o atendimento da população juvenil no Estado do Ceará.

Nossos relatos constituem o resultado de observações que foram acontecendo em numerosas e diferenciadas situações do cotidiano institucional, e a partir do muito que ouvimos dos próprios adolescentes, objeto do nosso interesse de investigação. Vivenciar estas situações foi, a rigor, uma rica experiência uma vez que provocou reflexões que até poderiam estar em nossos corações e mentes de forma latente, mas só investiam-se de importância em ocasiões que fugiam à normalidade do nosso cotidiano. O que estamos querendo dizer é que, se não tivéssemos notícias desses jovens, autores de delitos graves, pela mídia ou, quando mais de perto, nos sentimos ameaçados, possivelmente não nos importáramos com eles, com suas condições de vida, seu futuro, sua felicidade. Dificilmente pensaríamos nos jovens das periferias como uns “excluídos precoces”, que desde muito cedo parecem estar fadados a ficar com aquilo que ninguém mais quer, ou seja, os piores trabalhos, as piores escolas, os piores lugares para morar. Ou então quando usamos aquele argumento perverso, já antigo, de que é melhor vê-los catando o “nosso” lixo, do que vê-los “fazendo besteira” por aí, ou seja, nos roubando, nos ameaçando ou mesmo nos importunando com suas presenças. Alguns poderiam até dizer que não somos responsáveis por todas as mazelas

do mundo, porém, insistimos: o fato de não poder diretamente resolver não implica necessariamente, que devamos ser indiferentes, desconhecedores de seus reais condicionantes, tampouco da responsabilidade de cada um dentro de seus limites e competências.

Obviamente não esperamos o ideal de uma sociedade participativa e solidária a ponto de que seu conjunto se envolva com todas as nuances do processo de exclusão social e dentre elas com o problema da violência na juventude. No entanto, poderíamos esperar, em tempos democráticos, em que tanto se fala em controle social das ações públicas, uma contribuição mais consistente do Estado e da sociedade civil, para além das aparências. Esse nível de envolvimento, certamente, deveria culminar em posturas propositivas por parte da sociedade organizada, dos representantes legítimos eleitos pelo povo e dos dirigentes, enfim. Nesse elenco, não poderíamos deixar de conclamar o papel fundamental da academia, não apenas como depositária dos saberes, mas como veículo de divulgação e de organização desses saberes para além de seus muros.

Passaremos a tecer, agora, nossas considerações acerca dessa investigação que, para nós, constituiu motivo de profunda e profícua reflexão. Cabe acrescentar que as perguntas que nortearam nosso processo de estudo ao longo do trabalho foram muitas vezes enriquecidas, tanto a partir dos esclarecimentos obtidos nas próprias respostas nas entrevistas como também, a partir de nossas impressões e sentimentos.

Para responder a pergunta fundante de todo o processo desta pesquisa, que, inclusive, transformou-se no título do trabalho, qual seja, “Matei porque...”, ou as razões que levaram os jovens a cometer crimes de homicídio, teceremos alguns comentários complementares que vão além das respostas dos entrevistados registradas no 4º Capítulo .

Desde o início de nosso percurso profissional na área da infância e da juventude, o que sempre nos incomodou foi o consenso generalizado e equivocado sobre a situação de risco dessa população. Com o fenômeno da violência nos rondando e a divulgação do protagonismo juvenil nas situações de violência, essa situação de incômodo aumentou. A partir desse mal estar, traçamos nosso recorte de investigação no intuito de encontrar, tomando como

referência os próprios sujeitos jovens, uma compreensão maior sobre as razões que os levavam a se envolver com atos de violência grave. Fomos então ao local para onde são encaminhados esses jovens no cumprimento de medida judicial legal pelo cometimento de crimes de homicídio.

Essa foi uma das incursões mais profundas, se é que daria para classificar o que foi mais ou menos profundo na conversa com esses jovens, pois a bem da verdade, tudo foi muito significativo e tocante.

As razões desses jovens para o cometimento de homicídio foram, à exceção de um caso, todas circunstanciais. Nenhum deles tinha a intenção premeditada de matar. O único que declarou ter chegado à casa da vítima para fazê-lo, se enganou e atingiu a pessoa errada. Os outros sete, afirmam que mataram pelas circunstâncias do momento e que foram condicionadas por diversos fatores tais como: uso excessivo de droga, uso abusivo de bebida alcoólica ou a combinação perniciosa de drogas e álcool. Além disso, os jovens referiram terem sido perpassados por sentimentos de medo, revolta, raiva, vingança, ciúme e desespero. O uso de drogas ou bebidas alcólicas não seria, em si, um dado surpreendente, embora, alguns adolescentes tenham apontado que só mataram por estarem, absolutamente, fora de si devido ao efeito alucinógeno dessas substâncias. Apenas um jovem não havia feito uso de nenhum tipo de droga antes de cometer o homicídio.

Mas o que, de fato, nos surpreendeu foi a referência dos jovens a sentimentos que, quando exacerbados podem levar a comportamentos violentos como o homicídio, e, a clara percepção de alguns sobre essas possibilidades. Esses sentimentos, de raiva, de ciúmes, de vingança são abordados pela equipe técnica ao longo dos atendimentos a fim de que possam ser trabalhados pelos sujeitos. Outro fato que nos chamou atenção foi quando eles admitiram que sentem ou sentiram medo, pois, numa sociedade marcadamente machista como a nossa, o medo não faz parte do código de honra masculino, tampouco o faria na vida desses jovens. do

Desmistifica-se, portanto, a figura fria e calculista daqueles que são capazes de cometer um crime de homicídio. Tal conclusão encontrou respaldo quando tocamos na entrevista sobre a consciência da gravidade dos atos dos entrevistados e sobre o sentimento de arrependimento, que porventura possam

ter tido. Todos os jovens, com exceção de um, expressaram tanto que tinham plena consciência de que tirar a vida de uma pessoa é muito grave, “ninguém tem esse direito” (sic), como que sentiam um profundo arrependimento, sempre considerando que “se não fosse a droga” (sic), “se não tivesse sido a bebida” [...], “se não fosse a precipitação” (sic), ou como eles mesmos falaram, “por vacilo” (sic), nada teria acontecido. Ainda acrescentaram que o crime poderia ter sido evitado ou como um afirmou: “nunca deveria ter acontecido” (sic).

Cabe aqui relatar duas observações. A primeira é que o jovem que assegurou não se arrepender do que fez era, dos dez entrevistados, o mais envolvido com violência e com ações delitivas já tendo, inclusive, cometido outros homicídios. De acordo com o relato de sua história, desde pequeno já andava pelas ruas trabalhando e se envolvia em brigas, além disso começou a usar drogas aos dez anos de idade e o faz até hoje. Faz uso de armas, assalta e aterroriza a comunidade onde mora. Segundo ele, a vítima já o teria ameaçado de morte várias vezes e sempre o estava perseguindo. Quando teve oportunidade se antecipou e o matou, o que em sua consciência, segundo declarou na entrevista, foi justo pois como afirmou: “ – se era de morrer, melhor morrer ele.” (sic).

A outra observação refere-se ao sentimento de arrependimento que, como acabamos de referir, foi manifestado pela maioria dos jovens. Em conversa com a diretora da unidade, a mesma afirmou que esse sentimento de arrependimento não se manifesta imediatamente à chegada dos adolescentes na instituição. Ao contrário, parece ser uma manifestação construída a partir da experiência de estar privado de liberdade, dos atendimentos da equipe técnica e de seus estímulos à tomada de consciência da gravidade dos atos e da justiça da medida punitiva.

Construído a partir desses elementos ou não, para nós é significativo o fato de que, mesmo depois de um certo tempo, o arrependimento eclode e isso pode resvalar para uma mudança de comportamentos ou até mesmo para uma nova visão de mundo.

Dessa forma, cremos ter respondido à questão central de nossa investigação, ou seja, que não existe uma relação linear de causa e efeito para o cometimento de homicídio por adolescentes. São múltiplas as facetas das

razões que podem levar pessoas tão jovens ao cometimento de atos infracionais, alguns deles extremamente graves.

Ainda sob a lógica dessa reflexão, vamos nos reportar à pergunta seguinte, “por que os adolescentes matam?”

Quando nos deparamos estarecidos com as notícias, veiculadas na mídia, sobre violência cometida por adolescentes somos levados a pensar que, de fato, está ocorrendo um exacerbamento de atos dessa natureza praticados por jovens na sociedade brasileira.

Não podemos desconhecer que a mídia exerce papel fundamental na formação da opinião pública e que, para servir a outros interesses, muitas vezes impulsionam a divulgação distorcida de fatos relacionados à população juvenil. Cabe esclarecer, que essa visibilidade relaciona-se, principalmente, com os jovens das classes empobrecidas, moradores das periferias nas cidades brasileiras, pois, quando se trata de delitos cometidos pelos jovens das classes médias e alta, o fato não é divulgado ou se o faz de maneira discreta, quase escamoteada. A exceção fica por conta dos casos que levam a sociedade à comoção geral como o exemplo, já emblemático, dos jovens de Brasília que assassinaram um índio pataxó pensando tratar-se de um mendigo.

Assim, é necessário que exercitemos um olhar crítico sobre o fenômeno da violência envolvendo os jovens em nossa sociedade, pois, a despeito do que a mídia tem insistido em veicular, muitas vezes de forma inescrupulosa, essa população é responsabilizada pelo aumento da violência na sociedade brasileira, embora seja essa uma imagem construída socialmente em bases falaciosas.

Não podemos negar, contudo, que os jovens, de fato, estejam se envolvendo mais em ações delitivas, independente de sua situação socioeconômica, como apontam os estudos de Carmen S. Oliveira (2001), os de Sérgio Adorno (2002); um estudo elaborado aqui no Ceará pela Secretaria de Ação Social (2003); bem como as próprias estatísticas da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) do Ceará, com as amostras dos anos de 2001 e 2002, conforme demonstrado no 1º Capítulo. Essas estatísticas indicam que a natureza das infrações varia dos delitos mais graves, como homicídios, estupros e latrocínio, aos menos graves, como roubos, furtos, perturbação da

tranqüilidade e ameaças, por exemplo. O homicídio não constitui, no entanto, o principal motivo das apreensões dos adolescentes. Somente nas unidades de internação, como no caso do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL as estatísticas internas (Anexos), apontam que o ato infracional mais cometido é o homicídio. Entretanto, esta é a unidade para onde são encaminhados os jovens que cometeram as infrações mais graves.

Não podemos desconhecer também que os jovens das periferias e favelas estão mais vulneráveis ao cometimento de infrações, pela própria situação de exclusão social a que estão submetidos, pela carência de perspectivas de futuro e pela falta de políticas públicas direcionadas a si e às suas famílias.

Nesse sentido, afirma Loïc Wacquant:

(...) na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo da pilhagem” (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria do cotidiano. (2001: p. 8)

De fato, esses jovens vivem de uma maneira muito diferente. O mundo desses jovens é verdadeiramente um “mundo de lá”, o qual, quando procuramos adentrar, sentimos um profundo estranhamento, como já afirmara Glória Diógenes (1998). Mas é esse estranhamento que nos mobiliza a conhecer mais, a buscar construir um novo olhar sobre esse mundo diferente.

Por outro lado, há que se reconhecer que os adolescentes de maior poder aquisitivo também cometem delitos, tais como, envolvimento com drogas, porte ilegal de armas, violência no trânsito, agressões físicas e até homicídios. No entanto, seus encaminhamentos a unidades de atendimento privativas ou restritivas de liberdade é algo muito raro de acontecer. Mesmo os casos graves que conseguem ganhar alguma visibilidade na mídia, não constam registros de encaminhamentos àquelas unidades.

Diante desse quadro, podemos considerar que, na verdade, os adolescentes estão mais envolvidos com a onda crescente de violência presente na sociedade brasileira, cometendo, de fato, mais infrações, embora, não necessariamente cometendo homicídios.

Isto posto, temos ainda a observar que, contraditoriamente, nos deparamos com outros estudos que apontam a população juvenil na sociedade brasileira muito mais como vítima do que como autora da violência. Sérgio Adorno (2002), por exemplo, afirma algo que muito bem expressa essa realidade: “ser jovem no Brasil é ser potencialmente vítima da violência”. Se é verdade que os jovens também estão cometendo crimes violentos, estes são numa proporção bem menor do que o conjunto da população. Essa assertiva vem ao encontro do que Loïc Wacquant (2001) chamou de suposta “explosão” da “violência urbana” por parte dos jovens.

No que pese a situação socioeconômica dos adolescentes que estão cumprindo medida privativa de liberdade, podemos considerar que, baseados em dados aproximados da renda familiar, uma vez que eles não conseguem precisar as informações, por não saberem ou porque trata-se de um dado absolutamente imprevisível, a realidade econômica das famílias destes jovens, com exceção de um apenas, indica situação de carência, mesmo a despeito do que os adolescentes afirmaram com a frase :” – nunca faltou nada não” (sic). Essa carência relaciona-se à composição da renda familiar tendo como referência o salário mínimo.

Ainda compondo o contexto socioeconômico encontra-se a situação de moradia, que, segundo as informações obtidas, são todas próprias, com exceção de uma família de Fortaleza que teve que sair de sua casa e alugar uma outra. Todas contam com o sistema de saneamento básico. Quanto aos bairros onde moram essas famílias, todos estão situados nas periferias de Fortaleza. Sobre os bairros onde moram os adolescentes nas cidades do interior, não tivemos a oportunidade de situá-los.

Outro fator importante para a composição do perfil socioeconômico dos adolescentes, é o nível de escolaridade. Entre os jovens entrevistados, esse nível é muito baixo, uma vez que as séries cursadas correspondem, em sua maioria a séries do Ensino Fundamental. Apenas três jovens, dos dez

entrevistados, inserem-se no Ensino Médio. Além disso, são claramente perceptíveis as dificuldades que têm no uso correto da língua, não só na linguagem escrita como na linguagem oral.

A partir do que observamos sobre a situação socioeconômica dos jovens que se encontram cumprindo medida socioeducativa de internação, consideramos que esses jovens, como a maioria da população brasileira, encontram-se inseridos em situação de precariedade quanto às condições mínimas de sobrevivência e sofrendo os efeitos do problema do desemprego, do subemprego e da exclusão social. Em síntese: não há jovens das classes médias ou alta cumprindo medida de privação de liberdade.

Uma de nossas indagações, fruto também de profunda inquietação, foi em relação à própria concepção de vida dos adolescentes autores de homicídio. A nós importava saber se havia algum sentimento de desvalorização da vida e banalização da morte. Se matar para eles era fato revestido de simplicidade. Dessa forma buscamos resposta a uma pergunta simples e direta contida na entrevista que questionou se a vida tinha importância e se essa importância era extensiva à vida de qualquer pessoa.

Chegou a ser emocionante a unanimidade das respostas. Formular essa pergunta para uma pessoa que tirou a vida de alguém ensejou a possibilidade de perceber as inúmeras contradições a que estamos sujeitos, quer seja na manifestação de nossos sentimentos, quer seja em nossas relações com o outro.

Na verdade, como inclusive já nos referimos, a grande maioria dos jovens não tinha a intenção de matar. Mesmo aquele adolescente que tinha vivência de vários anos nas ruas, ou em albergues e abrigos institucionais; aquele que matou um outro jovem em situação semelhante, por causa de cinco reais de loló, cuja situação existencial concreta poderia nos sugerir uma possibilidade de desvalorização da vida, mesmo esse, afirmou que não precisaria ter matado e que não estava certo tirar a vida de alguém.

Ademais, as manifestações de arrependimento são muito significativas e apontam nitidamente para a não verificação de nossa hipótese. Foram, na verdade, manifestações de muita sinceridade e pesar, percebidos não só nos

argumentos, mas também na linguagem gestual do olhar e do corpo, da maioria absoluta dos entrevistados.

Um único jovem, mesmo tendo afirmado a importância da vida, não manifestou coerência entre suas palavras e suas atitudes. Seu envolvimento sem qualquer criticidade, nas mais diversificadas formas de expressões da violência, reflete sua própria história de vida onde aparece um rol extenso de experiências negativas desde sua mais tenra idade, tanto nas relações familiares como nas relações sociais mais amplas. Talvez, ao contrário, sua vida delinqüente seja exatamente coerente com sua história de vida. Vamos nos reportar à Viviane Forrester, que sem justificar a delinqüência, questiona: "(...) suas brutalidades, suas violências são inegáveis. Mas e as devastações de que eles são vítimas? Destinos anulados, juventude deteriorada. Futuro abolido." (1997: p. 61). Essa lógica nos leva, de fato, a questionar que futuro poderá ter esse jovem, que desde muito cedo precisou ir trabalhar para ajudar em casa e conheceu os encantos e os perigos do mundo dos adultos, do mundo fora de casa. É semianalfabeto, não tem qualificação profissional, a não ser a de servente de pedreiro. É também usuário de droga. Com esse currículo parece quase impossível vislumbrar um futuro de mudança de vida, de comportamento e de relação com o mundo. Nessa situação encontram-se a maioria dos jovens que praticam atos delitivos e que estão em conflito com a lei.

No tocante às relações familiares e a possibilidade de, a partir delas, os adolescentes receberem influências negativas, que, em última instância, contribua para o aprendizado de comportamentos violentos, observamos que: todos os jovens têm referência familiar e demonstram claramente resguardar um sentimento de família. Percebemos, contudo, uma nítida complexidade em suas relações, em função das várias formas de organização familiar que vivenciam e que decorrem mais de sentimentos mal resolvidos do que da "forma estrutural" que suas famílias assumem, como refere Célia do Amaral. Alguns jovens, desde pequenos foram criados e cuidados por seus avós ou por tios mesmo com a mãe biológica viva. Aliás, a figura da mãe foi citada sempre como uma referência positiva em suas vidas, e também como uma

pessoa que precisa e merece ser cuidada por eles (quando estiverem “em liberdade”).

A propósito dessa vontade de querer cuidar da família, esse fato nos chamou atenção por tratar-se de um sentimento não obstante adultizado, citado por quase todos os jovens. Parece ser uma espécie de gratidão e reconhecimento pelo que as famílias puderam fazer por eles (embora pudessem até não reconhecê-lo) e ainda fazem, apoiando-os, inclusive, nessa fase difícil que estão vivenciando.

Além disso, os jovens foram unânimes em expressar a importância fundamental que a família tem hoje em suas vidas. Seus depoimentos sinalizaram que, tal importância, foi muito mais sentida e percebida a partir do momento da privação de liberdade, portanto, da privação da convivência familiar.

Na maioria das famílias não há indícios concretos de violência familiar, pelo menos referida pelos jovens entrevistados. Apenas um jovem comentou ter sido vítima de violência física cujo agressor seria seu irmão mais velho. E um outro que, apesar de não ter se posicionado criticamente a esse respeito, deu a entender que tenha sido negligenciado por sua mãe, já que, a despeito da razoável situação econômica da família, desde muito cedo passara a viver pelas ruas e a freqüentar abrigos institucionais. Esses dois jovens, de fato, eram os que apresentavam mais indícios de relações familiares problemáticas e pareciam ser os que tinham mais dificuldades de relacionamento com os outros internos e com os profissionais da unidade, além da falta de consciência quanto à necessidade de mudar o curso de suas vidas.

Consideramos importante esta constatação pois, a partir da interação entre o universo individualizado da família e do grupo cultural dos jovens, construído em suas relações sociais, eles têm condições de estabelecer melhores esquemas de percepção sobre o mundo social onde estão inseridos e sobre possibilidades e formas de se relacionar neste e com este mundo.

Dessa maneira não nos pareceu tarefa fácil compreender as relações familiares desses jovens somente a partir de seus relatos, dos registros em seus prontuários e das observações das profissionais. Algo, porém, nos pareceu claro: não podemos atribuir necessariamente uma relação de causa e

efeito entre relações familiares problemáticas e a prática de atos violentos. Além do que, é inegável o valor atribuído pelos jovens às suas famílias tanto a partir de uma perspectiva presente, do momento que estão vivenciando agora, como numa perspectiva de futuro, pois fazem planos que as incluem como personagens principais de suas vidas na ocasião de seu retorno à vida comunitária.

Assim nossa hipótese, de apontar uma certa lógica entre relações familiares mal construídas, situações conflituosas ou de profunda ausência familiar e social com envolvimento em ações delitivas na infância e na adolescência, pode ser confirmada, entretanto, com restrições, como afirmamos há pouco. Não numa relação linear de causa-efeito mas através de sinais concretos capazes de confirmar essa relação. Entre nossos entrevistados, os que parecem ter vida familiar com laços afetivos mais fortalecidos apresentam menos problemas na instituição, sem que isso signifique conformismo ou omissão. Além do mais demonstram mais firmeza de propósitos no que pese os projetos de mudar o rumo de suas vidas.

Finalmente no tocante à nossa análise sobre as políticas públicas para adolescentes infratores no Ceará, gostaríamos de tecer alguns comentários:

Tratar de políticas públicas no Brasil nos remete a uma análise de que estas têm se reduzido, ao longo dos últimos anos, a um enfoque fragmentado da questão social além de ter submetido a lógica do direito à supremacia do mercado que finda por travestir as políticas em mercadorias.

Como afirma, Elimar Pinheiro do Nascimento (1994), numa sociedade como a brasileira, cuja formação traz em seu bojo uma carga densa de exclusão em relação aos índios, aos negros e, posteriormente, aos trabalhadores rurais e cuja maioria da população atual é herdeira e descendente desses nossos “primeiros excluídos”, é comum nos depararmos com a visibilidade da pobreza e da aviltante desigualdade social que atingem mais de 60 milhões de brasileiros. Nesse contexto, a perspectiva de uma vida cidadã, ou seja, com direitos a ter direitos, vai ficando cada vez mais distante da população pobre. É nesse contexto que se encontram os jovens moradores das periferias das cidades. São eles também o alvo preferencial do fenômeno

da violência, tanto como autores, como, e principalmente, na condição de vítimas dessa violência.

Assim, falar de políticas públicas para essa população, requer que exercitemos com essa população um novo olhar e um novo compromisso. Urge compreender que esses jovens se inserem numa realidade social que, apesar de separar mundos, não apaga os desejos, os sonhos, e muito menos as necessidades. E por não ser assim, parece que as políticas para a população juvenil vêm carregadas da tendência em só perceber o adolescente das camadas excluídas como uma ameaça à ordem pública estabelecida. De fato, o que se constata é sempre maior investimento em ações de natureza punitiva.

No que pese o recorte desta investigação, chegamos enfim às políticas para os jovens que já estão envolvidos com a prática de infrações. Há que se reconhecer que, diante do cenário brasileiro de pauperização, o investimento do Estado deveria ser direcionado, prioritariamente, para políticas preventivas, que em última instância deveriam constituir-se de políticas básicas de saúde, educação, moradia, e geração de emprego e renda. As ações estatais, no entanto, têm se limitado, essencialmente, a políticas de natureza punitiva sinalizando que, na teia das relações sociais perpassa um viés ideológico que finda por escamotear as razões do Estado para tal investida. Loïc Wacquant nos traz uma instigante reflexão a esse respeito:

(...) desenvolver o Estado penal para responder às demandas suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres*. (2001: p.10)

No estado do Ceará, tem havido um pesado investimento em unidades de atendimento para adolescentes em conflito com a lei e muito menos em programas de profissionalização, geração de emprego e renda e investimento em trabalhos com as famílias. Só em Fortaleza existem oito unidades de atendimento. Três delas foram inauguradas nos anos de 2000, 2001 e 2002,

com pesadas estruturas de funcionamento. Todas as unidades, com exceção da unidade de recepção e da unidade feminina, foram projetadas para o atendimento de sessenta adolescentes e estão sempre atendendo a uma média de cem internos. Além do mais, há ainda quatro unidades de semiliberdade no interior do estado, funcionando desde o ano de 2002.

Para que se possa perceber o grau de alcance das medidas de natureza punitiva, quanto mais se inauguram unidades de internação, mais aumenta o número de adolescentes autores de atos infracionais que nelas ingressam. Além do mais, não se pode entender esse modelo de institucionalização como o mais pedagogicamente recomendável. Principalmente pelas próprias condições de internação, uma vez que as unidades estão sempre funcionando com população acima da sua capacidade de atendimento. Não se pode, portanto, entender a proposta de institucionalização como a principal alternativa de investimento enquanto políticas públicas para a população juvenil envolvida em comportamentos delitivos. Defendemos que investir em educação de qualidade, revendo principalmente os pontos que tornam a escola pública desinteressante, seria uma das maneiras mais produtivas de se proteger os adolescentes do envolvimento em ações delitivas.

Tomando como referência as necessidades dos adolescentes entrevistados, manifestadas por eles mesmos, quando abordamos a questão sobre o que um governo poderia fazer de bom para os jovens, pareceu-nos que aqueles jovens têm uma boa noção do que seja política pública para a adolescência. Todos responderam com muita segurança que era estudo e trabalho. Na verdade a expressão mais usada foi emprego, porém no decorrer da conversa pudemos notar que trabalhar para eles representa garantir sua sobrevivência e a de suas famílias, e representa ainda não precisar roubar, ou seja, ocupar a vida da pessoa e ela não voltar para as antigas práticas” (sic). Constata-se que a questão da sobrevivência é para eles uma necessidade prioritária.

No âmbito institucional, especificamente, percebemos que ainda falta muito a se construir. Construir principalmente um olhar que transcenda a visão do senso comum em relação aos jovens infratores. Há que se exercitar um novo olhar que considere esse jovem, sujeito inserido, mesmo que de forma

atípica aos modelos estabelecidos em nossa sociedade, no mundo contemporâneo cuja lógica é a do mercado, do lucro e do consumo. Esse jovem que mesmo tendo cometido um crime de homicídio, não pode ficar restrito apenas à sua condição de infrator, pois tem necessidades, sonhos e desejos: de consumir o que o mercado insistentemente oferece através dos meios de comunicação, de ter oportunidades no mundo do trabalho, de ter sua própria casa e sua própria família, de “cuidar da mulher e dos filhos e ajudar os pais” (sic).

Reafirmamos então que, na esfera pública do estado há também que se redimensionar o foco de análise sobre essa população, tendo como ponto de partida o adolescente autor de delitos, numa perspectiva de interconexões e totalidade, para além da infração que tenha cometido. Urge desconstruir a rotulação banalizada de “criminoso”, como se fosse possível a qualquer homem, enquanto ser social, restringir-se a uma única e negativa dimensão. Só dessa forma se imprimirá sentido à formulação de políticas públicas centradas no real significado do objeto que pretende trabalhar.

Ademais há que se repensar a lógica do aprisionamento. Não defendemos jamais a impunidade mas o que de fato temos conseguido construir com e para esses jovens a partir de sua segregação? Por um lado, com a dor do confinamento o jovem pode vir a repensar muitas de suas práticas, além de prestar contas pelo que cometeu, mas por outro, lá fora, além dos muros, o mundo continuará a hostilizá-los e a segregá-los, excluindo-os das escolas, do mercado de trabalho, do esporte, da arte, da cultura e do lazer.

A privação de liberdade tem o significado de muito sofrimento para os jovens detentos, ao contrário do que os críticos do ECA consideram. Ademais, garantir um atendimento digno a essa população é dever e não concessão. Já basta ao adolescente infrator a pena em si mesma. Esta sim é a referência para a sua “prestação de contas”, não o confinamento em lugares em que as condições de acolhimento são sub-humanas, como acontece na maioria das instituições disciplinares.

A análise de Michel Foucault vem ao encontro de situações comuns de acontecerem no cotidiano, quando muitas pessoas questionam o fato de os adolescentes privados de liberdade usufruírem o que lhes é garantido por lei,

como alimentação de boa qualidade, lugar digno para dormir e estar, por exemplo. Senão vejamos:

Na realidade, a prisão, nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. Acrítica ao sistema penitenciário na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? (1977: p.20)

No trato, portanto, do problema dos adolescentes que cometem atos infracionais, não podemos permanecer no nível das opiniões pessoais, pois como bem afirma Ecléa Bosi, o conhecimento é a opinião verificada, ou seja: “o conhecimento começa pela resistência à opinião, principalmente à que está endossada pelo poder.” (1977: p.104). Nesse sentido, temos que transcender o nível das aparências do fenômeno, precisamos compreendê-lo mais profundamente para sermos capazes de propor políticas, programas e ações compatíveis com a construção de um novo homem, de um novo mundo. Só dessa forma também a instituição estará preparada para uma postura ética e propositiva com relação às questões alusivas à população de crianças e adolescentes, bem como, estará qualificando seu quadro de pessoal.

Assim, o que poderíamos dizer acerca dessas coisas? Que os adolescentes matam por que têm fome e sede, não só de alimentos e água potável, mas de justiça, de oportunidades, de reconhecimento, de respeito a suas pessoas, de aceitação de suas diferenças do padrão da estética globalizada, de um lugar que não seja apenas as sobras de uma sociedade profundamente injusta e desigual, de direito a ter direitos. De ser alvo de atenção por parte do poder público que lhes valorize como sujeitos, protagonistas da história, de apoio e ajuda quando precisarem, de construir perspectivas viáveis de futuro, de pensar sobre felicidade possível, de ter sonhos independente das drogas, de ter educação de qualidade, de ter casa

para morar, de ter familiares que cuidem deles porque trabalham e garantem a sobrevivência da família, de fazer projetos de constituir famílias rompendo enfim com o ciclo de multiplicação da pobreza.

O que temos visto é de fato um grande desperdício, desperdício de vidas, desperdício de talentos, desperdício de valores. O potencial desses jovens desperdiçado no mundo da violência de que são vítimas e também sujeitos, é que precisa ser entendido e tomado como referência nesse complexo mundo onde prevalece o contraditório.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia de, SPOSITO, Marília Pontes (Organizadoras). *Juventude em Debate*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do – *Família às Avessas: Gênero nas relações familiares de adolescentes*. Fortaleza: EUFC, 2001.

ADORNO, Sérgio. *Adolescentes, crime e violência*. IN: ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia de, SPOSITO, Marília Pontes (Organizadoras). *Juventude em Debate*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). *Pós Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

_____. *Sobre a Violência*. Tradução André Duarte. 3ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARIÉS, Philippe - *História Social da Criança e da Família* - 2ª edição Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S. A , 1981.

AUGÉ Marc. *Não- Lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Papirus Editora. [s.d.]

AZEVEDO, Ma. A. Guerra V.N. A - *Infância e Violência Doméstica*. São Paulo: Cortez, 1993.

BARBOSA, Arnaldo Parente - *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE, 2001.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BENJAMIN, César [et al.] – *Pós-Neoliberalismo* – Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIERRENBACH, Maria Inês, SADER, Emir, FIGUEIREDO, Cintia Patrocínio.(orgs.) *Fogo no Pavilhão*. Uma proposta de liberdade para o menor. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

BORÓN, Atílio. *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*. IN: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). *Pós Neoliberalismo*. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BOSI, Ecléa. *A Opinião e o Estereótipo*. IN: Contexto. São Paulo, Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia. HUCITEC, nº- 2,1977.

_____. *Cultura de Massas e Cultura Popular. Leituras de Operárias*. In: OLIVEIRA, Paulo de. (Organizador). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Brasileira, 1988*. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988– Maurício Antônio Ribeiro Lopes (Org.), 6.ed. atualizada em 2000.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____. *Código de Menores, Lei federal n.6.697, de 10- 10- 1979*. Departamento de Imprensa Nacional.1979.

_____. *Novo Código Civil – Lei federal n. 10.406, de 10- 1- 2002* . Coordenação e Supervisão da Equipe Atlas. São Paulo: Atlas., 2002.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei federal n. 8.069 / 90 de 13- 07- 90. Centro Brasileiro para a infância e adolescência-- Impresso no Brasil, Ministério do Bem Estar Social :1993.

_____. Relatório *Situação Mundial da Criança 2000*, Brasília: UNICEF, 2000.

_____. Relatório PNUD / IBGE, 1999.

----- Relatório “Síntese dos Indicadores Sociais – 2000”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2001.

_____. Documento *O Brasil diz não à Violência*. Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência. Governo Federal, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Governo do Estado do Ceará, Governos Municipais, Setor Privado. Fevereiro/2002 (Versão: Fortaleza).

BRAVO, Ma. Inês Sousa Bravo, PEREIRA, Potyara A. P.(organizadoras). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BRITO, Leila Maria Torraca de (Coordenadora). *Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para adolescentes no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

CAMARGO, Aspásia. *Os usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas*. IN: Revista de Ciências Sociais, Vol. 27, n.1, 1984.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Sociais em tempo de crise – Para onde sopram os ventos contemporâneos. IN: *Infância e Adolescência em Discussão*. Fortaleza: Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança – NUCEPEC – UFC/CBIA, 1994.

CARVALHO FILHO, José de. *Marcas de Famílias*, Travessias no tempo. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de cultura e desportos do governo do Estado do Ceará, 2000.

CEARÁ. SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL. *Proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Ceará*. Fortaleza, 2003.

CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1994.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações sobre a família à Brasileira. In ALMEIDA, Angela Mendes de et al. *Pensando a Família no Brasil da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.

DANZIATO, Octávia de C. Martin. *ONG'S e a prática Social com Adolescentes* - Ed. Umijuí - RS – Brasil, 1998.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2ª ed. São Paulo, Atlas: 1987.

DIÓGENES, Glória - *Cartografias da Cultura e da Violência* - gangues, galeras e movimentos hip hop – São Paulo: Annablume, 1998.

DONZELOT, Jacques. *A política das famílias*. Tradução de M.T da Costa Albuquerque, 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FALCÃO, Maria do Carmo, José Paulo Neto. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editora Relógio D'água, 1993.

FOLSCHEID, Dominique, Jean-Jacques WUNENBURGER. *Metodologia Filosófica*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FORESTER, Viviane. *O Horror Econômico* - São Paulo – UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. 12ª Edição. Da tradução portuguesa, Editora Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: _____. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. Cortez Editora - São Paulo: 1997.

GIDDENS, Antony. *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4ª Edição, São Paulo, Ed. Perspectivas, Coleção debates.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. *Menor Infrator: A caminho de um novo tempo*. Curitiba, Juruá, 1990.

GROPPO, Luís Antônio – *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL: 2000.

HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Agnes - *O Cotidiano e a História* - Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª Edição - Paz e Terra, 1985.

_____. *Sociologia de La vida cotidiana* 3ª Edição, Barcelona: Ediciones Península, 1991.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade dimensões históricas e ético-políticas. In: Debate Nº 6 — Revista CRESS-Ce Fortaleza, 1997.

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 6ª edição, 1992.

JÚCA, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)* São Paulo: Anablume, 2003.

KUPSTAS, Márcia - (ORG.) - *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997 - Coleção Polêmica - Série Debate na Escola.

KUIUMIJAN, Márcia de Melo Martins. *Violência, poder e ordem social*. In: Revista Ser Social 2. SER/UNB, 1998

LASCH, Cristopher – *Refúgio num mundo sem coração - A Família: santuário ou instituição sitiada?* Tradução de Ítalo Tronca e Lúcia Szmecsanyi. Rio de Janeiro : Paz e Terra,1991.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LAUREL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LEAL, César Barros. *Prisão: crepúsculo de uma era*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

LINS, Daniel. (Mimeo). *A adolescência e a História*. In: Notas de Curso de Especialização “Família, Famílias” do Centro de Estudos da Família. Fortaleza, 1997. 08 p.

LIRA, Patrícia O., CARVALHO, Glória Maria M. de. *A Lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito*. In: Revista de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia) Brasília, 2002. Ano 22 ,v. 1, n.1.

MADEL, T. Luz. *As instituições médicas no Brasil - Instituições e estratégias gerais*. Biblioteca de saúde e sociedade, 3º edição, Rio de Janeiro.[s.d.]

MAJOLO, Marisa - Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. Cortez Editora - São Paulo: 1997.

MARRE, Jaques Léon, História de vida e Método Biográfico In Cadernos de Sociologia: Metodologias de pesquisas Porto Alegre, v.3 nº- 3, jan. /jul. 1991.

MARTINS, José de Souza: Cotidiano e História na Modernidade Anômala--A Sociabilidade do Homem Simples. Editora Hucitec: São Paulo.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom - Manual de História Oral-3ª Edição, Loyola, São Paulo: 2000.

MENDES, Emílio Garcia. *Legislação de "Menores" na América Latina: Uma Doutrina em Situação Irregular*. In: Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente 2. Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. Florianópolis/SC [s.d.]

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, 1999.

_____. Org. Pesquisa Social-Teoria, Método e Criatividade-13ª Edição – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Caderno CRH No 21. Jul/Dez 1994.

OLIVEIRA, Francisco de – Artigo: *A questão do Estado* – Cadernos ABONG. Subsídio à Conferência Nacional de Assistência Social – 1 – CNAS/ABONG.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). *Pós Neoliberalismo*. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Manfredo - *Ética e Racionalidade*. Edições Loyola, Coleção Filosofia.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de – *Sobrevivendo no Inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

OSTERNE, Ma. Do Socorro Ferreira – *Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.

_____. *A Institucionalização da Assistência ao Menor no Brasil*. In: Revista de Psicologia. Fortaleza: EUFC, vol. 4, nº 2, Jul./Dez. de 1986.

_____. *Menino Trabalhador: Identidade no Confronto Família-Rua*. Fortaleza: UFC, 1991, 216 p. (Dissertação de Mestrado do curso de Pós-graduação em Sociologia) .

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, Ma. Inês Sousa Bravo, PEREIRA, Potyara A. P.(organizadoras). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PIAGET, Jean – *A situação das ciências do homem no sistema das ciências* – Texto de introdução de Tendances Principales de la Recherche dans les sciences sociales et humaines –. Trad. Eduardo Diatahy Bezerra de MENEZES (Para uso interno do Curso de Epistemologia das Ciências Humanas, 2001). Paris – La HAYE: Mouton/UNESCO, 1970, pp. 1 – 65.

PINHEIRO, Ângela de A. A. *A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa*. Fortaleza: UFC, 2001, 369p. (Tese de Doutorado em Sociologia do curso de Pós-graduação em Sociologia).

POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*. Biblioteca tempo universitário 50, Edições UNB, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Experimentos com Histórias de Vida*. IN: Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. Org. e introdução Olga de Moraes von Simson – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

RAINER, Maria Rilker. *Cartas a um jovem poeta*. Tradução de Paulo Ronai e Cecília Meireles. São Paulo: Globo, 2001.

REVISTA de Ciências Sociais - *História oral e História de vida*. Editora Campus. Vol.27, nº- 1 / 1984-

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.). *Pós Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleith I.B. A síndrome do pequeno poder. In: *Violência em Debate*. São Paulo: Moderna - Coleção Polêmica - Serie Debate na Escola, 1997

SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. *Televisão, Publicidade e Infância*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*. Volume I, Cortez editora: 2000.

SARTI, Cinthia Andersen - *A Família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHINEIDER, Leda. *Marginalidade e Delinquência Juvenil*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1987.

SILVA, e Silva Ma. Ozanira – *Avaliação de Políticas Sociais: concepção e modelos analíticos*. In: Serviço Social e Sociedade, No. 53, Ano XVIII, Março, 1997.

SIMSON, Olga de Moraes. Organização e introdução *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1988.

SPOSATI, Aldaísa de Oliveira, BONETTI, Dilsea Adeodata, YASBEK Maria Carmelita, FALCÃO Maria do Carmo B. Carvalho. *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TARMAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental*. Bertrand Brasil, 1999.

TAYLLE, de La, Yves. *Violência: falta de limites ou valor? Uma análise psicológica*. IN: ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia de, SPOSITO, Marília Pontes (Organizadoras). *Juventude em Debate*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Rejane Batista. *Estatuto Da Criança E Do Adolescente - Culpa ou Inocente – Uma análise do Processo de Desmonte da Lei 8069/90 – E.C.A. Monografia*. Fortaleza, UECE: 1996, 115p. (Monografia do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas) Universidade Estadual do Ceará.

VIEIRA, Evaldo - *Democracia e Política Social* – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VOLPI, Mário - Organizador- *Adolescentes Privados de Liberdade: A Normativa Nacional e Internacional. Reflexões acerca da responsabilidade penal- FONACRIAD- São Paulo: Cortez, 1997.*

WASELFISZ, Júlio Jacob (Coordenação técnica). *Juventude, violência e cidadania: Os jovens de Brasília*. UNESCO. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

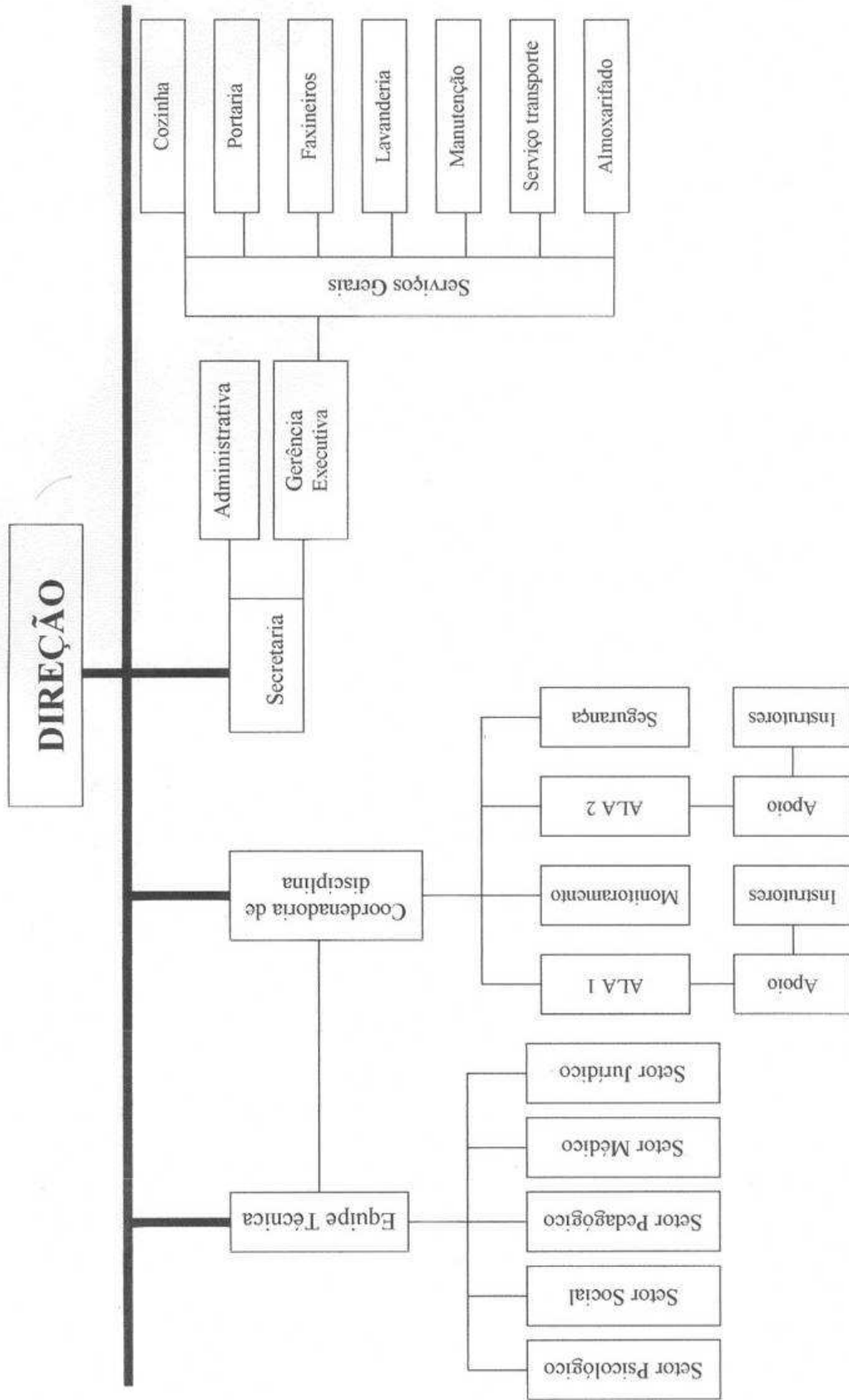
WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e Assistência Social*. Ed. Cortez. São Paulo, 1993.

ZALUAR, Alba – *Da revolta ao crime S.A.*- São Paulo: Moderna, 1996 (Coleção Polêmica).

ANEXOS

ORGANOGRAMA DO CECAL



SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER
NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Título I - Das Disposições Gerais

O presente REGULAMENTO tem por finalidade dispor sobre os objetivos, as diretrizes, a organização e o funcionamento do CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER, unidade de atendimento em regime de internação, instituído e mantido pela SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, entidade governamental do Estado do Ceará, com sede na Rua Soriano Albuquerque, nº 230 – Joaquim Távora - Fortaleza.

O CECAL tem as suas instalações localizadas na Rua Ipaumirim, nº 830 – Pantanal – Fortaleza – Ce, e possui as seguintes características físicas:

- 1 – Número de vagas: 60 (sessenta).
- 2 – Total de área construída: 7.200 m².
- 3 – Número de Dormitórios individuais: 60(sessenta).

O Centro Educacional tem por objetivo a medida de internação aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude a adolescentes/jovens de 14 a 21 anos de idade, autores de atos infracionais de natureza grave.

Título II - Da Rotina Diária

1. RECEPÇÃO:

- 1.1. Todo adolescente que for admitido na Unidade deverá vir encaminhado através de ofício do Juizado da Infância e da Juventude.
- 1.2. O adolescente atendido na Unidade deverá vir sentenciado.
- 1.3. O adolescente que vier encaminhado pelo Juiz de outra Comarca, caso seja no horário noturno, feriado ou final de semana, deverá ser recebido na Unidade. Sendo em horário administrativo, orientar o condutor para ir ao Juizado de Fortaleza – Justiça Já - que funciona no prédio do S.O. S Criança;
- 1.4. O adolescente que vier para a Unidade encaminhado pelo fato de ser evadido, sem autorização do Juiz, devem ser recebido e comunicado imediatamente ao Juiz através de ofício.

- 1.5. O adolescente que for admitido na Unidade deverá ser atendido pela Direção e/ou Equipe Técnica, devendo ser dada todas as informações e assistência para que o adolescente sinta-se seguro na Unidade;
- 1.6. Caso o adolescente chegue no final de semana ou feriado, deve ser recebido pelo instrutor educacional, ser encaminhado ao bloco 06 e só será liberado após ser atendido pela Direção e/ou Equipe Técnica;
- 1.7. Ao chegar, o adolescente deve ser vistoriado, tomar banho e receber uma muda de roupa da Unidade. Todos os seus pertences deverão ser guardados e relacionados num livro próprio;
- 1.8. Nos finais de semana o Instrutor de plantão recebe e lança no Livro de Ocorrências os pertences, para que o plantão seguinte se encarregue de repassá-los para a Direção;
- 1.9. Todos os funcionários deverão manter sigilo no que diz respeito a identidade dos adolescentes admitidos, assim como o ato infracional;
- 1.10. Ligações telefônicas não serão permitidas, somente após o atendimento Técnico;
- 1.11. O adolescente deverá realizar a limpeza do dormitório, sendo acompanhado pelo instrutor designado;
- 1.12. Após o atendimento o adolescente será, encaminhado ao dormitório designado pela Direção, onde serão obedecidas as regras de faixa etária, compleição física dos adolescentes, bem como constatar se existem problemas de relacionamento com outros internos;
- 1.13. O adolescente que chegar à Unidade sob efeito de drogas deverá permanecer no dormitório até que passe o efeito, depois será atendido pela Equipe Técnica. Na ocasião deve ser evitada qualquer abordagem, no entanto, este deverá ser acompanhado, sendo registrado em ocorrência, alterações no seu comportamento.
- 1.14. Quando o adolescente chegar lesionado na Unidade, o educador deverá registrar no livro de ocorrências. O estado do mesmo, se exame ou guia de exame de corpo delito.

2. VISITAS E COMUNICAÇÕES:

- 2.1. No caso da família procurar a Unidade no final de semana, antes de ser atendida pela Equipe Técnica, o instrutor deverá certificar-se de quem se trata, comunicar à Direção sobre a visita e permitir que esta ocorra por um tempo de 20 minutos, solicitando que os familiares retornem durante a semana para fazer a carteira de autorização;

- 2.2. O adolescente ao ser atendido pela Equipe Técnica, terá direito a comunicação por telefone com seu familiares;
- 2.3. As ligações telefônicas serão realizadas mediante avaliação da Direção e Equipe Técnica. Caso seja necessário o adolescente manter contato telefônico com os familiares, nos finais de semana, a Equipe Técnica deixará registrado no Livro de Ocorrência a liberação para que o instrutor tome ciência e faça-a ou autorize receber, isso nos casos extras;
- 2.4. Caso os familiares dos adolescentes liguem em horário de atividades, não é permitido ao mesmo atender. Será esclarecida a não autorização ao familiar e anotado o recado para posteriormente ser transmitido ao adolescente, salvo adolescentes do interior;
- 2.5. Todo contato telefônico feito pelos adolescentes deve ser registrado no livro de controle de ligações;
- 2.6. As visitas dos adolescentes deverão cumprir os horários estabelecidos na unidade, ou seja: 8:00 às 11:00hs e de 14:00 às 17:00hs, salvo famílias que residam no interior. As visitas permanecerão no máximo (01) uma hora, e obedecerão aos dias estabelecidos pela Equipe Técnica, através do registro na carteira de visitas. A primeira visita do familiar deve ser feita durante a semana, para ser atendido pela Equipe Técnica;
- 2.7. Só poderão visitar os adolescentes: Familiares (pai, mãe, irmãos, parentes mais próximos, companheiras e/ou namoradas desde que devidamente autorizadas pela Equipe Técnica). Caso sejam menores de idade, devem ser devidamente autorizados pelos pais ou responsáveis, acompanhados por estes. Todos devem portar carteira fornecida pela Unidade, juntamente com documento com foto;

OBS 1: Visitas não autorizadas (namoradas, irmãos menores, amigos...) não devem passar do primeiro portão, para evitar repasse de armas ou drogas;

OBS 2: As visitas de namoradas só serão autorizadas durante a semana, após atendimento pelo Setor Técnico;

- 2.8. Os objetos destinados aos adolescentes, trazidos na ocasião da visita, deverão ser vistoriados e retirados da embalagem de origem sendo colocados em sacos plásticos, pelo Instrutor Educacional, juntamente com um policial militar de plantão. É vetado a entrada de perfumes, desodorantes, garrafas de vidro, latas, barbeadores, aparelhos de som potentes ou qualquer outro objeto que a unidade já forneça. Só é permitido a entrada de (02) refrigerantes descartáveis lacrados, (04) biscoitos, bat-gut, (04) carteiras de cigarros lacrados e frutas em pequena quantidade (maçã, pêra e laranja, esta última

devendo vir descascada). As frutas devem permanecer com os adolescentes nos dormitórios;

- 2.9. Os pertences dos visitantes, durante a visita deverão ficar retidos no guarda-volume;
- 2.10. Na área de visita devem estar presentes um Instrutor e um Policial, quando o adolescente estiver recebendo familiares;
- 2.11. No fim de cada visita, antes do adolescente retornar para o pátio, este deverá ser vistoriado, qualquer objeto encontrado “não autorizado” deverá ser recolhido e entregue a direção;
- 2.12. Os adolescentes não poderão consumir alimentação durante o período da visita;
- 2.13. Durante a visita, os adolescente, visitantes, funcionários e policiais não deverão fumar, devido ao espaço reduzido e ao grande número de visitantes, inclusive crianças;
- 2.14. Não é permitido visita em dias e horários diferentes do estabelecido, salvo autorização da Direção ou Equipe Técnica. Caso a família compareça em dia ou horário não condizente com o estipulado, poderá deixar os pertences e lanches trazidos, com tanto que não vire rotina;
- 2.15. A Equipe Técnica por ocasião do atendimento deverá orientar os visitantes, principalmente companheiras e namoradas com relação à maneira de se comportar e vestir durante a visita, evitando situações constrangedoras. Caso persista, o instrutor deve repassar o fato para a Equipe Técnica para que ela converse novamente com a pessoa.

3. VISITAS DO VENUSTÉRIO:

- 3.1. Só serão autorizadas visitas íntimas aos adolescentes que comprovadamente possuírem companheiras, com ou sem filho e maiores de 14 anos, conforme a lei determina.
- 3.2. A companheira não deve estar com bolsas e/ou objetos no venustério e ao término da visita íntima, o adolescente ao retornar para o bloco deverá ser vistoriado minuciosamente, inclusive roupas, boca e etc...
- 3.3. A periodicidade da visita será quinzenal, de Segunda à Sexta, no horário da visita em dias marcados na carteira de autorização.
- 3.4. Todos os adolescentes tiverem autorização para o uso do venustério, bem com o a companheira, deverão receber orientação com relação às normas

e regras da instituição, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar;

- 3.5. Somente a Direção e Equipe Técnica poderão suspender o direito a esta visita;
- 3.6. O tempo de permanência no venustério é de 60 minutos, podendo o adolescente usufruir anteriormente de 30 minutos na sala de visita. O casal deverá ser informado sobre o horário de entrada e saída, e no local deverá ter um relógio. O tempo de tolerância será de 5 minutos;
- 3.7. Durante a visita a porta deverá ser mantida trancada por fora. O instrutor deverá ficar de posse da chave e permanecer próximo, para evitar que ocorra situação de conflito que dificulte o acesso.
- 3.8. Em caso do adolescente e/ou sua companheira serem menores de idade, será necessário a autorização dos pais ou responsáveis, cabendo a equipe técnica informar ao Juizado da Infância e da Juventude;
- 3.9. Caso haja suspeita do uso de drogas durante a utilização do venustério, o adolescente e a companheira devem ser advertidos, sendo suspenso o benefício da visita íntima;

4. ROTINA, ATIVIDADES, OFICINAS E SALA DE AULA:

4.1. O engajamento em qualquer atividade será feito pelo Setor Pedagógico. Não sendo permitida a mudança de oficina, curso ou sala de aula sem a prévia autorização deste.

4.2. A participação nas atividades é obrigatória, não devendo nenhum adolescente permanecer ocioso ou fora de sala. A recusa da participação destas atividades implicará em faltas disciplinares.

4.3. Fica estipulado que às 22:00 h será encerrado o som e as atividades esportivas.

4.4. Os adolescentes e funcionários não poderão fumar nas atividades em sala de aula, oficinas, refeitório, sala de visitas e durante o atendimento técnico.

4.5. Não é permitido o trânsito de adolescentes na monitoria, na área da contenção, nas salas de atividades, no refeitório e na ala dos dormitórios em momentos em que não seja destinado para tal.

4.6. Durante o horário de verão ou horário eleitoral, toda a programação poderá sofrer alterações, ficando a critério da direção e toda a equipe organizar os novos horários;

4.7. Fica estipulado que às 22:00 hs será encerrado o som e as atividades esportivas;

4.8. Sala de aula, oficinas e cursos deverão seguir as normas existentes. Após o término das atividades, os adolescentes escalados deverão fazer a limpeza da sala, acompanhados pelo instrutor;

4.9. As escalas de limpeza e de dormitórios só deverão ser modificadas com autorização da Direção (salvo estando o adolescente em risco eminente). Se for necessário realizar a troca, esta deve ser lançada em ocorrência, inclusive com justificativa do porque, assinada por quem tomou a decisão;

4.10. Não é permitido dar café aos adolescentes fora do horário de lanche;

4.11. Os adolescentes e funcionários não poderão fumar nas atividades em sala de aula, oficinas, refeitório, sala de visitas e durante o atendimento técnico;

4.12. Não é permitido o transito de adolescentes na monitoria, na área de contenção, nas salas de atividades, no refeitório e na ala dos dormitórios em momentos em que não seja destinado para tal;

4.13. As batas utilizadas nos cursos e ou oficinas deverão permanecer nas salas devidas;

4.14. O adolescente não poderá se ausentar da sala de aula/oficina para tomar água, ir ao banheiro. Devem ser orientados a fazer isso antes do início da atividade, ou no intervalo;

5. VISTORIAS:

5.1. O adolescente deverá ser vistoriado pelo Policial Militar e Instrutor Educacional, sempre que sair e chegar da visita e da Unidade (Audiências, passeios, exposições, hospitais, etc.);

5.2. Quando o adolescente for para atendimento com a Direção e/ou Equipe Técnica deverá ser revistado somente pelo Instrutor Educacional, tanto na ida quanto na volta;

5.3. A vistoria nos dormitórios deverá ser feita uma vez por semana e/ou sempre que os instrutores acharem necessário, bem como nas demais dependências da Unidade, sem que os adolescentes estejam avisados ou presentes;

5.4. Por ocasião das vistorias, se for encontrado armas, cossôcos ou drogas nos dormitórios, ficarão recolhidos por 24 horas e separados todos os integrantes do quarto que estiverem envolvidos;

5.5. Será permitido ao adolescente receber roupas de seus familiares e guardar no dormitório, sendo que no caso de calça comprida e cinto, ficarão guardados no armário da Direção;

5.6. Os coordenadores de disciplina devem periodicamente fazer revista nos dormitórios e demais dependências, para recolher objetos não permitidos, com a ajuda da equipe de instrutores educacionais;

5.7. Em atividades externas os adolescentes não podem ser conduzidos no banco da frente, junto com o motorista;

6. ATRIBUIÇÕES DO INSTRUTOR EDUCACIONAL

6.1. Ao recepcionar o adolescente, o instrutor deverá procurar com a gerência: colchão, roupa de cama, roupas limpas, sabonete, escova, etc.

6.2. Relacionar diariamente os nomes dos adolescentes que desejam falar com: Equipe Técnica ou Direção, encaminhando conforme a disponibilidade dos setores.

6.3. Acompanhar os adolescentes nos atendimentos técnicos.

6.4. Registrar toda ocorrência acontecida no dia do plantão.

6.5. Zelar pela limpeza da Unidade, mantendo-a sempre organizada.

6.6. Não dar conhecimento aos adolescentes sobre fugas em outras unidades, acontecimentos e decisões tomadas em reuniões, ou em conversas informais com a Equipe Técnica.

6.7. Estimular sempre os adolescentes ao bom comportamento: com elogios, conselhos e palavras de confiança.

6.8. Ministras a medicação dos adolescentes, conforme orientação médica, contida na pasta de medicamentos e se responsabilizar pela medicação.

6.9. Cumprir com responsabilidade todas as normas funcionais estabelecidas pela Unidade.

6.10. Evitar fugas e atrito entre os adolescentes, protegendo sempre a integridade moral e física destes.

6.11. O Instrutor Educacional deve permanecer em todas as atividades de salas de aula e oficinas.

6.12. É dever do Instrutor Educacional apresentar-se sempre bem trajado na Unidade (calça, camisa, sapato ou tênis). Devendo trazer calção no caso de futebol com os adolescentes.

- 6.13. Apresentar uma intervenção adequada, nas situações difíceis, evitando qualquer tipo de agressão ou abuso de autoridade.
- 6.14. Chegar no horário do repasse do plantão.
- 6.15. Conferir todo o material repassado pelo plantão anterior.
- 6.16. Zelar pelo material que se encontra sob sua responsabilidade.
- 6.17. Não se ausentar de sua escala de serviço, sem acertar antecipadamente com a direção e os colegas para substituí-lo.
- 6.18. Procurar estar informado de toda a dinâmica da Unidade.
- 6.19. Ter conhecimento do ECA, principalmente no que se refere ao adolescente infrator.
- 6.20. Trabalhar em união com toda a equipe de forma que todos participem.
- 6.21. Solicitar esclarecimento a Direção e Equipe Técnica sobre situação dos adolescentes.
- 6.22. Manter sigilo da situação tanto familiar como do ato infracional do adolescente.
- 6.23. Participar de cursos de capacitação possibilitando seu crescimento pessoal.
- 6.24. Não presentear os adolescentes, nem fazer qualquer tipo de negociação;

6.25 Atender aos horários estabelecidos pela Unidade;

07:00 – 07:30Higiene Pessoal
 07:30 - 08:00.....Café
 08:00 - 09:45.....Sala de Aula ou oficina – Ala 01
 09:45 - 10:00.....Intervalo
 10:00 - 11:30.....Sala de Aula ou oficina

OBS.: A Ala 02 nesse período estará com outras atividades (grupo operativo – com os técnicos, educação física, orientação religião, e/ou atividade esportiva).

11:30 - 12:00.....Banho
 12:00 - 12:30..... ..Almoço
 12:30 - 13:15..... ..Repouso
 13:30 - 15:15.....Oficina/cursos ou sala de aula
 15:15 - 17:00.....Intervalo
 17:00 - 17:45.....Atividades esportivas

OBS.: A Ala 01 nesse período estará com outras atividades (grupo operativo – com os técnicos, educação física, orientação religião, e/ou atividade esportiva).

17:45 - 18:00.....Banho
 18:00 - 18:30.....Jantar
 19:00 - 23:00..... Tempo livre, sai um bloco de cada vez para jogar na quadra ou áreas livres da Unidade.
 21:00 Banho e ceia
 23:00 -Encerramento e recolhimento ao dormitório (de segunda a quinta e domingo).

01:00 - Sexta e sábado.

OBS.: Cursos, oficinas e salas de aula

Manhã.

1ª turma: 8:00 às 9:45 hs.

Intervalo: 9:45 às 10:00 hs.

2ª turma: 10:00 às 11:30 hs.

Tarde.

1ª turma: 13:30 às 15:15 hs.

Intervalo: 15:15 às 15:30 hs.

2ª turma: 15:30 às 17:00 hs.

6.26. Os adolescentes que solicitarem o recolhimento aos dormitórios mais cedo, poderão participar do banho de 21:00hs, devendo retornar ao dormitório;

6.27. Programação da TV e do rádio: É proibido todo e qualquer acesso a meios de comunicação que não tenham caráter educativo, tais como programas de TV do tipo Barra pesada, Aqui e Agora, Cidade em alerta, OZ e similares. Também é proibido aluguel de fitas pornográficas. E ainda revista playboy, G, e outras do tipo;

6.28.

Título III- Dos Destinatários

Capítulo I - Dos Direitos:

O Programa deve pautar a sua ação em conformidade com os preceitos constitucionais e da legislação federal e estadual em vigor, em especial as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990).

Cumpra ao internado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, ajustar a sua conduta às normas de execução da medida que lhe restou imposta e às regras do Programa de Atendimento, inclusive submetendo-se às ordens da Direção, da Equipe Técnica e da Monitoria.

Art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 124 - São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- * Ser informado de sua situação processual, sempre que solicitado;
- * Ser tratado com respeito e dignidade;
- * Corresponder-se com familiares;
- * Habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- * Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- * Ter acesso aos meios de comunicação social adequados;
- * Receber assistência religiosa, segundo sua crença, e desde que assim o deseje;
- * Manter a posse de seus objetos pessoais e, dispor do local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles que porventura forem depositados em poder da entidade;
- * Receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade;
- * Em nenhum caso haverá incomunicabilidade;
- * A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais e responsáveis, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente;
- * Receber escolarização e profissionalização, e obter aproveitamento eficaz;
- * Participar das reuniões de avaliação do seu Plano Individual de Execução;

- * Ter respeitada sua individualidade, suas formas de expressão, suas opiniões, religião, sentimentos;
- * Receber, conforme programação do CECAL, objetos necessários a sua higiene pessoal, uniforme, material escolar e vestuário;
- * Ter atendimento médico, odontológico, psicoterapêutico, assistencial, pedagógico ou outro especializado sempre que deles necessitarem;
- * Receber visitas de familiares e companheiras, ao menos semanalmente, obedecendo a critérios estabelecidos pela Equipe Técnica e Direção;
- * Usar o telefone do CECAL, por tempo máximo de 5 minutos; sendo uma vez por semana aqueles adolescentes cujas famílias residam no Interior do Estado ou não recebam visitas sistemáticas; os casos extras deverão ser avaliados pela Direção ou Equipe Técnica;
- * Só poderão receber ligações telefônicas autorizadas pela Direção ou Equipe Técnica;
- * Ter audiência pessoal com a Direção do CECAL;
- * Ter férias das atividades escolares, sendo estas substituídas, no período, por recreação e lazer, programados;
- * Participar de atividades externas (passeios), com autorização do Juiz responsável, seguindo os seguintes critérios estabelecidos pela Direção e Equipe Técnica do CECAL:
- * Serão autorizados para passeios externos os adolescentes com o período de no mínimo 6 meses de internamento, que tiverem comportamento condizente com Programa de Atendimento;
- * Durante os passeios à praia deverão ser acompanhados por Instrutores educacionais, Policiais e salva-vidas;
- * Ao sair e chegar do passeio, os adolescentes terão que ser submetidos à revista por policial, acompanhada pelo Instrutor Educacional.

Capítulo II - Dos Deveres:

São deveres do Educando:

- * Participar das atividades programadas no Plano Individual de Execução;
- * Frequentar regularmente as aulas;
- * Frequentar regularmente o curso profissionalizante escolhido;
- * Manter sua higiene física;
- * Apresentar-se vestido adequadamente nas dependências do CECAL;
- * Organizar seus aposentos, arrumando diariamente cama e objetos pessoais;
- * Proceder e manter a limpeza e higiene diária dos seus aposentos;
- * Colaborar na limpeza e conservação dos bens móveis e imóveis do CECAL;
- * Não consumir produtos que causem dependência física ou psíquica, salvo o uso de cigarros;
- * Obedecer aos horários de recolher-se, levantar-se e fazer as refeições;
- * Dirigir-se aos funcionários, colegas e visitantes de forma educada;
- * Em caso de doença, cumprir a medicação prescrita e seguir recomendações médicas e odontológicas;
- * Integrar-se aos mutirões de limpeza das dependências do CECAL;
- * Respeitar a integridade física e moral dos seus colegas e educadores;
- * Obedecer a regulamentos e normas do CECAL;
- * Submeter-se à sanção disciplinar imposta;

- * Comunicar à Direção do CECAL, quando houver uma relação estável com companheira definida de forma que possa ter direito ao uso do venustério.
- * Não participar de movimentos individuais ou coletivos de fuga ou subversão à ordem ou à disciplina.

Capítulo III - Da Disciplina:

Conceito: A DISCIPLINA consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações dos dirigentes, técnicos e demais servidores do Programa e na aplicação e desempenho ao estudo e ao trabalho.

- * Estão sujeitos à disciplina todos os internos do Centro Educacional;
- * No início da execução da medida sócio-educativa, todos os adolescentes serão cientificados das normas disciplinares, pela Direção, Equipe Técnica e Instrutores;
- * O poder disciplinar cabe à Direção do CECAL, cujas decisões serão sempre fundamentadas;
- * As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves.

- São consideradas faltas leves ou médias de acordo com o contexto:

- I - Não cumprir o Plano Individual de Execução;
- II - Usar palavras de baixo calão ou gestos que atentem contra a dignidade do outro;
- III - Usar ou utilizar objetos pessoais de outro, sem a devida autorização;
- IV - Apresentar-se trajado inadequadamente nas dependências do CECAL;
- V - Não cumprir as atividades de rotina, estabelecidas na programação do CECAL;
- VI - Fumar nos seguintes ambientes: sala de aula, oficinas, sala de atendimento técnico, sala da Direção e sala de visitas;
- VII - Perturbar a ordem ou fazer barulho no horário de descanso;
- VIII - Circular pela Unidade desacompanhado ou sem autorização;
- IX - Dissimular ou promover doença para eximir-se de deveres;
- X - Recusar a revista;
- XI - Recusar-se a executar ou executar mal, intencionalmente, o trabalho que lhe foi determinado;
- XII - Desobedecer ou desrespeitar a Direção ou quaisquer dos demais funcionários do CECAL;
- XIII - Organizar ou participar de apostas envolvendo roupas, calçados, cigarros, alimentos, dinheiro ou pertences de uso pessoal ou da Unidade;

OBS: Reiterar na prática de falta de natureza leve torna-se média.

- São consideradas faltas graves:

- I - Incitar ou participar de movimentos para subverter a ordem ou a disciplina;
- II - Possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;

- III - Fugir;
- IV - Causar dano ou destruir bens do CECAL;
- V - Ameaçar outros adolescentes, funcionários do CECAL ou visitantes;
- VI - Estabelecer relação de exploração física, sexual ou de trabalho com outros adolescentes;
- VII - Ingressar ou permanecer na Unidade embriagado, sob efeito de substâncias tóxicas, psicotrópicos, drogas enervantes, ou fazer uso das mesmas nas saídas autorizadas;
- VIII - Resistir ou dificultar as inspeções realizadas no CECAL;
- IX - Reincidir no cometimento de três ou mais faltas leves ou médias, no respectivo mês;
- X - Praticar furto interno;
- XI - Atribuir falsamente ao funcionário ou a outro adolescente a prática de falta disciplinar;
- XII - Cobrança de pedágio entre os adolescentes.

Capítulo IV - Das Medidas Disciplinares:

- * Na aplicação das sanções disciplinares levar-se-á em conta os antecedentes, a natureza e as circunstâncias do fato, bem como as suas conseqüências.
- * As sanções disciplinares serão proporcionais às faltas cometidas e não poderão exceder de 5 dias quando se tratar de faltas leves e de 10 dias quando se tratar de faltas graves.
- * Constituem sanções disciplinares:
 - I - Advertência verbal;
 - II - Suspensão ou restrição de direitos, como: visitas, bolsa de trabalho, idas para sala de jogos, atividades esportivas e/ou culturais, uso do venustério, ligações telefônicas, saídas para lazer e recreação, ver televisão, vídeo ou ouvir rádio/som;
 - III - Ressarcimento do dano;
 - IV - Isolamento em local adequado;
 - V - Encaminhamento à D.C.A, se for adolescente de 14 a 17 anos à Delegacia de Plantão, no caso de internos de 18 a 21 anos.
- * Todas as medidas disciplinares deverão ser registradas em livro de ocorrências da Unidade e no respectivo prontuário individual;
- * As medidas disciplinares respeitarão o adolescente e sua cidadania, não podendo expor a integridade física e moral;
- * Durante o afastamento, o adolescente fará as suas refeições no próprio local do cumprimento da medida disciplinar;
- * Todos os casos de isolamento serão avaliados pela Direção e Equipe Técnica;
- * Caso a situação exija medida mais rigorosa, a Direção poderá suspender todas as atividades;
- * Admitir-se-á o afastamento por razões não disciplinares somente por prescrição médica, devidamente justificada;
- * A equipe técnica e a equipe de saúde deverão promover, com a urgência que o caso requer, o atendimento necessário ao adolescente.

VENUSTÉRIO

Venustério deriva da junção da palavra *Vênus* (latim), que na Mitologia Romana representa a deusa do amor e da beleza e do sufixo *tério* que significa local. Portanto, podemos defini-lo como local destinado as visitas íntimas.

O Venustério foi concebido com o objetivo de garantir aos adolescentes e jovens o direito a sua sexualidade, considerando que muitos têm vida sexual ativa, inclusive com companheiras e /ou filhos.

Essa Unidade, implantou esse atendimento como experiência pioneira a nível de Estado, no tocante ao trabalho com adolescentes e Jovens dentro de uma perspectiva humanística, atingindo os fatores biológicos, psicossociais, culturais e afetivos.

A implantação ocorreu de forma gradativa, dentro de uma discussão técnica, em conjunto com funcionários e adolescentes, com o objetivo de elaborar as normas e critérios para utilização do venustério, tendo a preocupação de valorizar esse avanço, como forma de evitar o caráter promiscuo.

NORMAS

* Só serão autorizadas visitas íntimas aos adolescentes que comprovadamente possuírem companheiras, com ou sem filho e maiores de 14 anos, conforme a Lei determina.

* A companheira para ter acesso ao venustério deverá ser revistada pela policial feminina e ao término da visita o adolescente ao retornar para o bloco deverá ser vistoriado minuciosamente, inclusive roupas, boca e etc..

* A periodicidade da visita será inicialmente mensal, de Segunda à Sexta, no horário da visita em dias marcados na carteira de autorização.

* Todos os adolescentes que tiverem autorização para o uso do venustério, bem como a companheira deverão receber orientação, com relação as normas e regras da instituição, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar.

* Somente a Direção e Equipe Técnica poderão suspender o direito a esta visita.

* Tempo de permanência no venustério é de 60 minutos, podendo o adolescente usufruir anteriormente de 30 minutos na sala de visita. O casal deverá ser informado sobre o horário de entrada e saída, e no local deverá Ter um relógio. O tempo de tolerância será de 5 minutos.

* Durante a visita a porta deverá ser mantida trancada por fora. O instrutor deverá ficar de posse da chave e permanecer próximo, para evitar que ocorra situação de conflito que dificulte o acesso.

* Em caso do adolescente e/ou sua companheira serem menores de idade, será necessário a autorização dos pais ou responsáveis, cabendo a equipe técnica informar ao Juizado da Infância e Juventude.

ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

DATA DO NASCIMENTO:

FILIAÇÃO:

NATURALIDADE:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO:

RENDA FAMILIAR/QUEM TRABALHA:

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE VIDA:

1. Quem é você?
2. Você considera que a família é importante na vida das pessoas? A sua família tem importância para você? Quem são as pessoas mais importantes?
3. Para você, a vida tem importância? (De quem?)
4. Você tem alguma lembrança na infância, boa ou ruim, que lhe marcou muito?
5. Quais são as atividades que lhe dão mais prazer, mais alegria?
6. Que tipo de música você gosta mais? Para você, a música tem que "mandar mensagem"? (Funk, RAP...?) E tatuagem quer dizer alguma coisa a mais?
7. Você tem sonhos? Quais são os maiores?
8. Você tem planos para o futuro? Quais são? O que já está fazendo para realizá-los?
9. Como você vê os jovens da sua idade no mundo de hoje?
10. Qual um sentimento que constrói? Qual um sentimento que destrói?
11. O que é violência para você?
12. Você acredita em Deus? Como é a sua relação com Ele?
13. O que você pensa que um bom governo pode fazer pelos jovens?
14. Você acredita que depois de cumprir sua medida de internação vai ter chances de que?
15. Você tem idéia da gravidade de seu ato?
16. Você tem algum sentimento de arrependimento?
17. O que levou você a matar alguém?
18. Se você tivesse tido melhores condições de vida, você pensa que poderia não estar aqui?
19. Você faz uso de drogas? Quais? Considera que é dependente?
20. O que você gostaria de dizer para a sociedade sobre você mesmo?

ORIGEM DOS ADOLESCENTES (COMARCAS)

TOTAL DE ADOLESCENTES – 90

PERÍODO: EM JULHO DE 2003

FORTALEZA	59
ITAITINGA	1
PACAJUS	1
CARIDADE	1
MARANGUAPE	1
CHAVAL	1
CARIÚS	1
PARAIPABA	1
NOVARUSSAS	1
FREICHEIRINHA	3
CAMOCIM	1
GRANJA	1
QUIXADÁ	1
S. GONÇALO DO AMARANTE	1
MORADA NOVA	2
FORQUILHA	1
LIMOEIRO	1
MOMBAÇA	1
BELA CRUZ	1
SANTANA DO ACARÚ	1
CAUCAIA	1
SOBRAL	4
JUCÁS	1
MADALENA	1
IBIAPINA	1
PACATUBA	2
CANINDÉ	1
EUSEBIO	2
TIANGUÁ	2
ARACATI	1
IBARETAMA	1

ATOS INFRACIONAIS
JULHO – 2003
TOTAL DE ADOLESCENTES – 98

FORTALEZA	59
ITAITINGA	1
PACAJUS	1
CARIDADE	1
MARANGUAPE	1
CHAVAL	1
CARIÚS	1
PARAIPABA	1
NOVA RUSSAS	1
FREICHEIRINHA	3
CAMOCIM	1
GRANJA	1
QUIXADÁ	1
S. GONÇALO DO AMARANTE	1
MORADA NOVA	2
FORQUILHA	1
LIMOEIRO	1
MOMBAÇA	1
BELA CRUZ	1
SANTANA DO ACARAÚ	1
CAUCAIA	1
SOBRAL	4
JUCÁS	1
MADALENA	1
IBIAPINA	1
PACATUBA	2
CANINDÉ	1
EUSEBIO	2
TIANGUÁ	2
ARACATI	1
IBARETAMA	1
HOMICIDIO	35
ESTUPRO E ASSALTO	1
HOMICIDIO QUALIFICADO	1

LESÃO CORPORAL	1
ESTUPRO QUALIFICADO	3
LATROCINIO	8
FORM. QUAR, MOTIM, LESÃO CORP. DANOS MAT. HOMICIDIO	1
ESTUPRO	6
TENTATIVA DE HOM. E HOMI	1
HOMICIDIO E LESÃO CORPORAL	3
HOMICIDIO QUALIFICADO	3
TENTATIVA DE FURTO, LESÃO	1
CORPORAL, PORTE ILEGAL, FURTO	1
ROUBO E TENTATIVA DE ROUBO	1
ROUBO, FURTO, ROUBO QUALIFICADO	1
ASSALTO	1
FURTO QUALIFICADO	1
ROUBO	5
DESCUMP. DE MEDIDA, LESÃO CORP.	1
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1
LESÃO CORPORAL	2
TENTATIVA DE HOMICIDIO	1
PORTE ILEGAL DE ARMA	1
ROUBO QUALIFICADO E FURTO	1
DESCUMP. DE MEDIDA	1
FURTO	1
INVASAO DE DOMICILIO, TENT. DE LESÃO CORPORAL	1
AMEAÇA (ROUBO) E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	1
ROUBO, FURTO, TENT. FURTO DANOS MAT	1
FURTO, ROUBO. TENT. ROUBO, PERT DA TRANQ; LATROCINIO	1
DESCUMP MEDIDA, LESÃO CORP, ROUBO, MOTIM	1
ROUBO E TENT DE ESTUPRO	1
ROUBO QUALIFICADO	1
INVASÃO, TENT. FURTO ART 19, FURTO QUALIF	1
FURTO QUALIF, ROUBO E FURTO	1
DESCUMP. DE MEDIDA E REIT DE ATOS	1

INFRACIONAIS	
FURTO, LESÃO CORP, RESIST, PERT. TENT. DE FURTO	1
ASSALTO ESTUPRO - REGRES. DE MEDIDA	1
ROUBO, FURTO E ROUBO QUALIFICADO (LAT. PROVISORIO)	1
PORTE ILEGAL DE ARMA, ROUB, TENT. DE ROUBO	1
LESÃO CORPORAL	1

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)